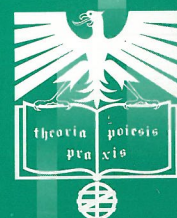


*Inserção Profissional dos Diplomados
pela Universidade de Aveiro
Trajectórias académicas e profissionais*

*Jorge Carvalho Arroiteia
António Maria Martins*

UNIVERSIDADE de AVEIRO



Jorge Carvalho Arroiteia
António Maria Martins

Inserção Profissional dos Diplomados pela Universidade de Aveiro

Trajectórias académicas e profissionais

Ficha Técnica

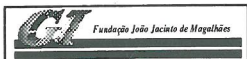
Título

INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DIPLOMADOS PELA UNIVERSIDADE DE AVEIRO
— TRAJECTÓRIAS ACADÉMICAS E PROFISSIONAIS

Autor

JORGE CARVALHO ARROTEIA
ANTÓNIO MARIA MARTINS

Artes Gráficas e Serviços de Pré-Press



Impressão

TIPAVE, INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE AVEIRO

Edição

UNIVERSIDADE DE AVEIRO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE SANTIAGO
3810 AVEIRO

1.ª Edição

MARÇO DE 1998

Tiragem

1000 EXEMPLARES

Depósito Legal

121302/98

ISBN

972-8021-56-9

CDU 377

Catálogo recomendada

Arroteia, Jorge Carvalho
Inserção profissional dos diplomados pela Universidade de Aveiro : trajectórias académicas e profissionais / Jorge de
Carvalho Arroteia, António Maria Martins. — Aveiro : Universidade, 1998. — 83 p.
ISBN 972-8021-56-9

1. Diplomados — Universidade de Aveiro 2. Inserção na vida activa 3. Mercado de trabalho
CDU 377

Jorge Carvalho Arroiteia
António Maria Martins

Inserção Profissional dos Diplomados pela Universidade de Aveiro

Trajectórias académicas e profissionais

UNIVERSIDADE de AVEIRO



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
1.1. Apresentação do problema.....	7
1.2. Metodologia	8
1.2.1. Inquérito por questionário	8
1.2.2. Universo e selecção da amostra	9
1.3. Importância do estudo e seus limites.....	10
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
2.1. Quadro de referência.....	11
2.2. A formação dos recursos humanos	13
2.3. A re-socialização dos saberes	14
2.4. A territorialização da formação	16
2.5. A partilha da inovação	16
2.6. Trajectórias sociais e profissionais e inserção no sistema de emprego	18
3. A UNIVERSIDADE DE AVEIRO (UA)	21
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	23
4.1. Caracterização dos inquiridos	23
4.2. Percurso formativo após obtenção do diploma	28
4.3. Os diplomados e o mercado de trabalho	32
4.3.1. Situação dos diplomados em 1996 face ao emprego	32
4.3.2. As actividades económicas e o tipo de emprego a que estão ligados os diplomados	37
4.3.3. Situação dos diplomados e perspectivas profissionais	42
4.3.4. Níveis de rendimento dos diplomados em 1996	48
4.4. Os diplomados e a Universidade de Aveiro	52
4.4.1. A formação recebida na UA e a passagem à vida activa	52
4.4.2. Ligação dos diplomados à Universidade de Aveiro	54
4.5. Trajectórias profissionais após a obtenção do diploma	57
4.5.1. Entrada no sistema de emprego e estabilidade neste	57
4.5.2. Mobilidade dos diplomados	59
4.5.3. Evolução e estrutura da rendibilidade	63
5. CONCLUSÃO	67
BIBLIOGRAFIA	71
ANEXOS	75
Anexo 1. Caracterização dos inquiridos	75
Anexo 2. Situação dos diplomados face ao emprego	76
Anexo 3. Posição dos diplomados face à Universidade de Aveiro	79
Anexo 4. Trajectórias e inserção no mercado de trabalho	82

1. Introdução

1.1. Apresentação do problema

O reconhecimento da importância da formação dos recursos humanos e do seu contributo no processo de desenvolvimento económico e social está na origem deste trabalho destinado a analisar a inserção profissional dos diplomados pela Universidade de Aveiro (UA) no mercado geral de emprego, bem como as dificuldades e perspectivas experimentadas por estes jovens no início das suas funções ou já durante o seu percurso profissional. Estas informações parecem-nos relevantes tendo em conta não só as transformações da sociedade portuguesa e do seu tecido empresarial mas também a evolução das instituições universitárias em Portugal que nos últimos anos se viram confrontadas com um aumento da sua população, das áreas de leccionação e dos recursos, devido quer ao processo mais vasto de democratização do ensino quer à expansão progressiva da rede de Ensino Superior.

Não admira, por isso, que confrontados com o aumento crescente da população universitária e das suas expectativas de emprego e de mobilidade social num contexto marcado pelas alterações induzidas pelo processo de revolução industrial e da valorização *crescente do conhecimento como um factor essencial para a competitividade das sociedades* (Amaral, 1996: 11), nos tenham questionado sobre as suas dificuldades quando da inserção no mercado de emprego numa conjuntura económica particularmente difícil, de grandes transformações e permanente inovação económica, tecnológica e social.

Para além do interesse académico deste estudo, ele parece-nos igualmente oportuno para se apreciar a participação da UA no contexto do mercado geral de emprego, através não só da aceitabilidade dos seus diplomados mas também da adequação da sua formação às características do tecido produtivo nacional. Em nosso entender, estes dados poderão ser úteis quer para planear a evolução futura desta instituição universitária, isoladamente e nas suas relações com o contexto societal onde se insere, quer ainda para se apreciar a capacidade de aceitação das empresas face a uma população jovem, cada vez mais numerosa e detentora de preparação de nível superior.

Quanto aos resultados da pesquisa sobre a inserção dos diplomados pela UA ora divulgados, pensamos que estes nos ajudarão globalmente a conhecer:

- a capacidade de penetração dos diplomados no mercado geral de emprego, bem como as suas dificuldades, tipo de inserção, trajectórias e mobilidade profissional;

- a natureza das relações universidade/empresa em cujo estreitamento estes diplomados podem desempenhar um papel fundamental;
- o contributo desta instituição no processo de desenvolvimento regional, tendo em conta a distribuição geográfica e por sectores de actividade dos seus diplomados, bem como o seu contributo na inovação e na melhoria dos processos relacionados com as actividades produtivas e os serviços que integram o tecido económico e empresarial circundante.

1.2. Metodologia

O estudo presente desenvolve-se em duas dimensões: na primeira, discute-se questões teóricas relacionadas com a temática e na segunda, depois de caracterizada a UA, estuda-se as trajectórias académicas, profissionais e geográficas dos indivíduos que aí obtiveram um diploma bem como a sua ligação à Universidade. Ainda na segunda dimensão, será feita a apreciação, com um carácter mais subjectivo, da formação realizada na UA e das perspectivas profissionais e sociais dos agentes em questão.

Para o estudo do segundo conjunto de questões foram inquiridos os diplomados pela UA entre os anos lectivos de 1984/85 e 1994/95 de todos os cursos quer licenciaturas quer bacharelados.

1.2.1. Inquérito por questionário

Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário enviado por correio durante o 1.º semestre de 1997.

A sua construção foi orientada pelas questões relacionadas com o problema colocado anteriormente e seguindo modelos já testados no âmbito do CÉREQ/IRÈDU — Universidade de Bourgogne (coordenado por Jean Bourdon) e da Universidade de Barcelona (coordenado por Jordi Planas).

O questionário encontra-se estruturado em cinco grupos:

- o primeiro grupo é constituído por questões relativas à identificação dos diplomados e dos cursos que frequentaram;
- no segundo grupo de questões, é feito o levantamento da formação realizada após terminado o curso bem como a situação profissional actual quanto ao ramo de actividade económica, ao tipo de empresa/organismo, ao local de actividade, aos meios utilizados na procura de emprego e à classificação da profissão;
- no terceiro grupo de questões, de natureza mais subjectiva, procura-se conhecer a natureza da formação recebida na Universidade bem como a sua eventual adequação à situação de emprego e saber o tipo de relação que o diplomado mantém com a UA;

- no quarto grupo de questões, faz-se o levantamento das diferentes situações profissionais (percurso longitudinal) por que passou o diplomado desde a obtenção do diploma até 1996;
- por fim, o quinto e último grupo de questões precisa alguns dos dados obtidos anteriormente, nomeadamente a natureza da empresa em que foi exercido o primeiro emprego, bem como o rendimento médio no início do exercício da actividade profissional e na actualidade para, através da sua comparação, se delinear qual o sentido da trajectória dos diplomados.

1.2.2. Universo e selecção da amostra

O universo deste estudo é constituído por todos os diplomados pela Universidade de Aveiro entre 1984/85 e 1994/95, com morada conhecida, num total de 3450 indivíduos (o número total de diplomados neste período foi 4520).

A amostra é constituída por 835 diplomados, isto é, 24.0% do universo. A amostra é do tipo estratificada, atendendo às áreas em que se inscrevem os cursos (cf. Quadro 1) e aos anos em que o diploma foi obtido (cf. Quadro 2). Conforme se pode constatar nos quadros antes referidos, a representatividade é significativa em todos os estratos criados.

Quadro 1. — Estrutura da mostra por área de formação

Área	Universo		Amostra		Estrutura da Amostra
	N1	%	N2	%	N2/N1*100
Bacharelatos	315	9.1	74	8.9	23.5
Licenciaturas em ensino	1465	42.5	269	32.2	18.4
Licenciaturas em engenharia	1086	31.5	315	37.7	29.0
Licenciaturas em ciências	584	16.9	154	18.4	26.4
S/R	0	0.0	23	2.8	0.0
Total	3450.0	100.0	835.0	100.0	24.2

Quadro 2 — Estrutura da amostra segundo o ano de obtenção do diploma

Período	Universo		Amostra		Estrutura da Amostra
	N1	%	N2	%	N2/N1*100
1984/85 a 1989/90	1346	39.0	236	28.3	17.5
1990/91	347	10.1	112	13.4	32.3
1991/92	388	11.2	93	11.1	24.0
1992/93	346	10.0	106	12.7	30.6
1993/94	460	13.3	128	15.3	27.8
1994/95	563	16.3	143	17.1	25.4
S/R	0	0.0	17	2.0	0.0
Total	3450.0	100.0	835.0	100.0	24.2

1.3. Importância do estudo e seus limites

Em nosso entender, a apreciação do desempenho da Universidade não pode limitar-se apenas ao estudo objectivo das suas estruturas e da forma como se constitui nos domínios funcionais, científicos e pedagógicos mas também através das opiniões de todos os agentes directa ou indirectamente ligados à Universidade. A título de exemplo, podemos referir os alunos que frequentam ainda a Universidade, os indivíduos que nela obtiveram já um diploma, os empregadores e a própria cidade onde se insere este estabelecimento de ensino, ou seja, a cidade de Aveiro.

Neste sentido, o conhecimento dos percursos profissionais e sociais dos diplomados pela Universidade e ainda o das suas opiniões sobre esta apresentam-se com uma importância bastante a justificar o estudo.

O principal limite advém da natureza parcelar do estudo, mas também o tipo de técnica utilizada revelou algumas fragilidades. No primeiro caso, é necessário ter presente que a realidade social é sempre complexa e os estudos são sempre limitados na sua explicação; no segundo caso, o inquérito por questionário não nos permite recolher informação em profundidade e com capacidade de explicar um dado facto na sua complexidade.

As situações especiais em que se encontravam muitos inquiridos, isto é, na condição de bolseiros e estudantes em pós-graduações, fez crescer o número dos sem resposta em valores acima do que seria desejável.

Estes limites não invalidam de qualquer forma o sentido que os dados, nas suas dimensões objectiva e subjectiva, exprimem. Espera-se que os resultados ora alcançados possam ser úteis não só para apreciação das condições de funcionamento da UA mas também da inadequação social e laboral dos seus diplomados.

2. Enquadramento teórico

2.1. Quadro de referência

O interesse pelos trabalhos de pesquisa relacionados com o planeamento e a formação dos recursos humanos tem vindo a acentuar-se na Europa durante os últimos anos, principalmente a partir dos anos cinquenta quando o Velho Continente despertou para um conjunto de situações decorrentes do processo de reconstrução e expansão crescente da sua economia, da escassez de mão-de-obra, do aumento da frequência escolar, bem como da inovação técnica e tecnológica que acompanhou algumas das transformações anteriores.

Esta situação foi igualmente acompanhada pelo aumento das relações económicas, tecnológicas e culturais estabelecidas entre o Velho Continente e os países que gradualmente emergiram do regime colonial e esperançados em se afirmarem na cena política mundial. Na maior parte destes exemplos, um dos sinais mais evidentes que acompanhou as transformações aí registadas foi o fenómeno de democratização do Ensino, situação que veio levantar um certo número de preocupações de natureza política e social e a justificar uma reflexão mais cuidada quer sobre o papel da Educação no processo de desenvolvimento, quer mesmo sobre a natureza das funções do Ensino por forma a *satisfazer de maneira mais eficaz e adequada, as necessidades e os objectivos dos estudantes e da própria sociedade* (Coombs, 1970: 14).

Estas preocupações vieram a reforçar, nos seus pressupostos teóricos e metodologias de análise, o papel crescente do *planeamento da Educação*, alicerçando o enunciado de diferentes teorias que procuraram realçar o papel da Educação no processo de desenvolvimento sócio-económico. Esta perspectiva diferente das teorias clássicas, que interpretavam o crescimento económico em função da eficiência dos custos gerados pelo trabalho, pelo capital e pela dimensão dos mercados, passou a ser posta em causa depois que Shumpeter alertou para o facto da *inovação* ser fundamental em qualquer processo de desenvolvimento económico.

A importância que a Educação passou a ter no processo de mudança conducente à melhoria dos processos produtivos, bem como o esforço realizado desde então no sentido de melhorar a formação dos recursos humanos, principalmente ao nível do Ensino Superior, inspirou o desenvolvimento de diferentes estudos que de forma global têm procurado realçar a importância do *capital humano*. Por conseguinte, a necessidade do aumento dos investimentos em Educação considera

esta um factor indispensável à criação do ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento económico.

A este respeito, poderemos recordar o enunciado de vários métodos de abordagem desenvolvidos por diferentes escolas durante os anos sessenta e que encaram de forma distinta a questão da formação dos recursos humanos. Referimo-nos aos métodos da *procura social* da educação, da *mão-de-obra* e do *custo-benefício* (ou método das *taxas de rendimento*) (cf. Coombs, 1970) que ainda hoje são evocados em estudos relacionados com o planeamento da educação.

Não sendo necessário recordar o enunciado nem a discussão destas abordagens notamos que, em Portugal, se tem igualmente vindo a notar uma preocupação crescente quanto ao desenvolvimento de trabalhos relacionados com a formação e seus reflexos sobre o mercado de emprego. Entre estes, destacamos os estudos levados a cabo pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Cultura (GEP, 1987: 1988) relacionados com a formação dos recursos humanos e sobre a problemática da inserção na vida activa dos diplomados do Ensino Superior (DEP/GEF, 1996).

Embora reconhecendo o interesse dos trabalhos anteriores que nos dão uma perspectiva ampla sobre as metodologias utilizadas e os resultados concretos da relação *Educação-Formação* no contexto nacional, o estudo que estamos a realizar inspirou-se, fundamentalmente, noutro tipo de trabalhos mais específicos, relacionados com o subsistema do Ensino Superior. Foi o caso dos estudos realizados pelo Institut de Recherche en Economie d'Éducation (IREDU) da Universidade de Bourgogne (Dijon-França), que comportam muitas informações, quer metodológicas quer resultados concretos, do maior interesse para a compreensão e análise da própria situação portuguesa.

Está prevista a realização de outras pesquisas relativas a esta temática a desenvolver conjuntamente com outros estabelecimentos de Ensino Superior, Universitário e Politécnico. Desejamos que este trabalho venha a constituir-se como um primeiro passo de uma abordagem mais vasta destinada a avaliar, como preconiza Porter (1990), a importância dos *factores básicos* (recursos naturais, mão-de-obra especializada e capital) e sobretudo dos *factores avançados* (redes de comunicação e instituições de Ensino Superior) na correcção das assimetrias espaciais e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento económico do território e da sociedade portuguesa.

Como já foi referido, pretende-se conhecer não só a adequação da formação recebida pelos diplomados pela UA às necessidades produtivas nacionais (e não só ao espaço mais restrito da área directa de influência da Universidade e Aveiro, traçado a partir da naturalidade dominante dos seus alunos), mas ainda saber se a fixação desta mão-de-obra especializada poderá tornar-se numa vantagem competitiva para a realização de novos investimentos empresariais.

Embora tendo consciência da necessidade de estudos mais aprofundados que venham a contemplar a acção de outros factores *multiplicadores* do desenvolvimento regional, pensamos, mesmo assim, que os objectivos que

genericamente foram prosseguidos na criação e implementação da rede de Ensino Superior em Portugal, e que estão consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo, bastam para desenvolver o nosso trabalho, orientando-o na apreciação dos aspectos que consideramos fundamentais e directamente relacionados:

1. com a oferta da formação em geral (formação dos recursos humanos) no âmbito da formação inicial e da formação contínua (re-socialização dos saberes);
2. na implantação espacial das instituições de Ensino Superior (territorialização da formação) e no desenvolvimento de tarefas de investigação relacionadas com a actividade empresarial (partilha da inovação).

Vejamos os pressupostos teóricos em que assenta cada um dos temas enunciados.

2.2. A formação dos recursos humanos

A apreciação da carta do Ensino Superior em Portugal confirma-nos, ainda hoje, a persistência dos desequilíbrios regionais, sociais e sectoriais, que continuam a caracterizar a sociedade portuguesa. Tal facto pode ser atestado não só pela localização dos estabelecimentos na rede mas igualmente pela natureza dos próprios cursos, destacando-se em larga medida o predomínio dos cursos ligados à área das Ciências Humanas e Sociais em detrimento das Ciências Exactas e dos cursos de Engenharia.

Embora não cabendo ao Ensino Superior corrigir, em absoluto, essa situação, a leitura da LBSE e de muitos outros documentos oficiais recomenda que este deve assegurar o desenvolvimento sectorial de algumas das actividades produtivas garantindo o ajustamento dos cursos ao perfil das estruturas dominantes e à cooperação entre os Sistemas Produtivo e Educativo. Esta mesma posição tem sido defendida por outros autores (cf. Fernandes, 1985; Amaral, 1996) que reconhecem ser a Universidade um pólo potenciador desse desenvolvimento.

Note-se que a análise de diversos indicadores e não apenas os indicadores económicos e sociais relativo à distribuição dos diplomados pelo Ensino Superior no território, seria relevantes para compreender os desequilíbrios entre o *centro* e a *periferia* que dominam a sociedade portuguesa. Por outro lado, este tipo de análise permitir-nos-ia assinalar os contrastes que existem entre a rede urbana do continente, sendo certo que, embora a maior parte dos centros de maiores dimensões se distribuam pelo litoral, esta área não é, contudo, uma *área com um desenvolvimento homogéneo nem o interior é uma região deprimida na sua totalidade* (SEARL, 1980).

Esta constatação remete-nos, de imediato, para a consulta da Constituição da República Portuguesa que defende, nomeadamente, o *desenvolvimento equilibrado dos diferentes sectores e regiões, da repartição regional do produto nacional, a coordenação da política económica com a política social, educativa e cultural assim como a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e da*

qualidade de vida dos portugueses. No seu conjunto, estas medidas deverão promover a *correção das assimetrias do desenvolvimento regional e local*, favorecendo em simultâneo a democratização do Ensino, como prevêm a Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Tomando como exemplo do distrito de Aveiro, verificamos a existência de diversos centros urbanos com níveis e ritmos de crescimento muito diferentes e por isso sujeitos a terapias de correção bastante diversificadas. No seu conjunto, e sem nos referirmos à problemática da regionalização, entendemos que um dos pressupostos teóricos do desenvolvimento regional do distrito está a ser incentivado pelo alargamento da rede de estabelecimentos do Ensino Superior Universitário e Politécnico e, sobretudo, por uma maior articulação das suas actividades.

2.3. A re-socialização dos saberes

Ao aceitarmos a importância crescente dos diversos actores sociais (pais e professores, empresários e investigadores, técnicos e operários) no processo de mudança e de inovação social e tecnológica, logo nos lembramos das profundas alterações que têm experimentado os sistemas de formação e o incentivo cada vez maior que estes devem dar aos processos de auto-formação e de formação contínua indispensáveis ao desenvolvimento da nossa sociedade. Nestas circunstâncias, estamos a pensar na necessidade da formação permanente dos agentes educativos (em particular dos professores) e também dos outros quadros, através da abertura e do fortalecimento do *espírito crítico* que permitam à Educação assumir-se como *um meio de desenvolver a consciência e não unicamente um instrumento de treino e de endoutrinamento* (Ribeiro, 1978: 93).

Se atendermos primeiramente à escola, verificamos que, quer recorrendo às diversas tecnologias de tipo audio-visual quer às novas tecnologias de informação, os agentes educativos apresentam múltiplas responsabilidades: promovem as aprendizagens dos alunos (transmissão de conhecimentos) e acima de tudo acompanham o desenvolvimento humano dos seus discípulos, estimulando a sua participação e criatividade, com vista à sua integração social e à sua preparação para o exercício de uma actividade profissional.

Para além de ser um instrumento passivo de socialização, a Escola deverá assim tornar-se, juntamente com os demais agentes de socialização, num elemento activo desse mesmo processo estimulando não só a transmissão do saber mas ainda o desempenho sucessivo e simultâneo de *papéis* que facilitarão a integração dos alunos na vida adulta. Trata-se, no fundo, de reforçar a chamada *capacitação profissional* que deverá assegurar *uma especialização laboral, característica das sociedades desenvolvidas e com elevada divisão do trabalho* (Arroteia, 1991: 33).

Tendo presentes os pressupostos anteriormente enunciados, a formação permanente surge então como uma necessidade imposta, não só por razões

educativas mas ainda porque ela induz outras actividades relacionadas com a própria formação. A este respeito estamos de acordo com Sanyal (1988) quando se refere à necessidade da articulação entre a Educação e o Trabalho como factor indispensável à melhoria dos laços entre os Sistemas Produtivo e Educativo. Em sua opinião, *tal exige não somente que o Sistema Educativo seja suficientemente capaz de satisfazer as necessidades do Sector Produtivo mas que este se manifeste igualmente capaz de empregar os diplomados por um Sistema Educativo cada vez mais complexo e diversificado.*

Independentemente das perspectivas abertas pela cooperação entre o Ensino Superior e a Indústria, por via da realização de projectos comuns e do estabelecimento de contratos de investigação e de bolsas de investigação, torna-se igualmente imperioso assinalar a importância deste subsistema de Ensino no desenvolvimento de acções de formação permanente vocacionadas para os quadros técnicos das diferentes organizações sociais. Trata-se, com efeito, de uma aposta decisiva que deverá prosseguir no futuro apesar dos muitos obstáculos que a esta cooperação se continuam a levantar. A título meramente informativo, recordamos tão somente os seguintes:

- diferenças, por vezes conflitos, entre os valores (e os objectivos) universitários e os valores (e objectivos) da Indústria;
- rigidez das estruturas universitárias, o que conduz muitas vezes a uma ausência de diálogo entre as diversas disciplinas;
- quadro legislativo e administrativo pesado nas Universidades, o que conduz a processos de decisão identificados por uma certa lentidão.

Não obstante estas dificuldades, os exemplos de parceria conhecidos mostram que as exigências do desenvolvimento económico, social e cultural actuais reclamam de cada indivíduo uma formação contínua, não somente *pela necessidade de aperfeiçoar os seus conhecimentos... mas para poder fazer face às necessidades da sociedade e oferecer-lhe as maiores potencialidades de uma colectividade instruída* (Rassekh e Vaideanu, 1987: 144). E nestes exemplos cabem igualmente as necessidades de formação do próprio pessoal docente tanto no que concerne a domínios científicos específicos, como no que diz respeito à sua formação pedagógica.

Perante esta situação, diremos como Rassekh e Vaideanu (ob. cit.: 141), que a resposta do nosso Sistema Educativo à educação permanente *constitui uma resposta original e adequada aos desafios da nossa era*, sendo o único meio a preparar os cidadãos *para participar, a defender os seus direitos e os valores fundamentais de uma sociedade democrática, a instruírem-se e a desenvolverem-se numa sociedade marcada por mudanças previsíveis e imprevisíveis.* Sendo esta uma questão fulcral a prosseguir pelo Ensino Universitário e pelo Ensino Politécnico, só poderemos certamente falar em centros universitários (ou outros), com vocação regional e nacional se estes se afirmarem como centros de formação permanente e não só, como locais de formação de alunos, muitas vezes em áreas pouco ajustadas às exigências produtivas locais e às necessidades culturais do país e da região.

2.4. A territorialização da formação

Como notámos, a diversidade de instituições que fazem parte da rede universitária e as diferentes escolas integradas no Ensino Politécnico (de natureza pública e/ou particular e cooperativa), sugere-nos que atendamos a algumas das suas especificidades. Assim, para além da natureza dos cursos (mais orientados para as necessidades regionais, como acontece globalmente com o Ensino Politécnico e mesmo com algumas Universidades, ou de âmbito nacional) e da sua organização interna, alguns destes novos estabelecimentos de ensino têm revelado uma actividade científica e de docência que merece ser destacada. Esta actividade expressa-se não só pela diversidade de oferta dos cursos e pela diversidade geográfica dos alunos que o frequentam (em formação inicial e em formação pós-graduada), mas também pela sua participação em projectos de intervenção junto da comunidade.

Nestas circunstâncias, entendemos que uma das formas de se avaliar a importância regional destes estabelecimentos e a sua acção no processo de desenvolvimento *endógeno*, será apreciar a sua inserção no espaço físico e social em que a instituição se insere, através da identificação dos *territórios de formação* dominantes. Tal é apreciado através do traçado da *área de influência* directa, em termos não só de recrutamento de alunos e de professores mas, sobretudo, da extensão das suas actividades relacionadas com a formação inicial e permanente, orientada para o mundo do trabalho. O mesmo será ainda corroborado pela extensão dos projectos de investigação aplicada e da cooperação inter-institucional com outras entidades públicas e privadas.

Estes levantamentos permitir-nos-ão ajuizar da capacidade de organização científica e do seu potencial de atracção e de organização do território, polarizado pela instituição em apreço. Estes dados são ainda necessários na construção de *grelhas* de avaliação destinadas à análise das actividades desenvolvidas e da sua adequação aos interesses sociais representados no mesmo território de formação. Da mesma forma poderá constituir-se como um meio auxiliar dos mecanismos de avaliação interna. Em causa está não só o cabal cumprimento das funções e das actividades estabelecidas por lei, relativamente às instituições de Ensino Superior, mas também a capacidade de resposta às expectativas da comunidade expressas pelo montante de projectos em cursos e na qualidade dos serviços prestados.

2.5. A partilha da inovação

Como o reconhece Habermas, *O nível de desenvolvimento duma sociedade é determinado pela capacidade de aprender permitida pelas instituições* (cf. Arroteia, 1991: 34). Nestas circunstâncias, parece-nos ser imprescindível relacionar a capacidade de inovação de qualquer Sistema Social e das próprias instituições de Ensino com o tipo de organização social e a estrutura do Sistema Educativo.

Ao pensar nos múltiplos factores que hoje em dia afectam a configuração dos Sistemas Educativos (dominados por um conjunto de interacções, seguindo uma lógica particular), não devemos esquecer um outro elemento que tem igualmente contribuído para alterar o seu tradicional funcionamento: referimo-nos à procura social da Educação e à explosão escolar que de forma mais ou menos constante, mas diversificada consoante os níveis de Ensino, tem vindo a modificar os padrões de funcionamento, os modelos de gestão e a eficácia interna e externa daqueles sistemas. Assim, ultrapassado o período em que a Educação formal era privilégio de alguns, a democratização do Ensino e o conseqüente processo de *massificação da escola* trouxe novos problemas — pedagógicos, institucionais e humanos — aos quais os novos modelos de organização e de gestão dos estabelecimentos de Ensino conseguiram responder de forma satisfatória.

Contudo, como é reconhecido em diversos estudos internacionais, o aumento da procura social da Educação constitui um dos problemas actuais, surgindo a Escola como uma instituição capaz de responder às necessidades, cada vez mais variadas, da nossa sociedade. Este fenómeno tem vindo a acentuar-se quer nos países industrializados, quer no conjunto de países em vias de desenvolvimento, expressando-se na formação de quadros e no papel relevante da Educação como factor de mobilidade e de promoção social. Daqui decorre, como nota Haag (1981: 24), que a Educação possa ser considerada não só como um *bem de investimento mas também como um dos elementos residuais que contribui para o aumento da produtividade do factor de produção-trabalho, condição necessária para o crescimento do PNB*.

Por outro lado, também a procura de instrução decorrente do aumento do nível de vida tem alimentado cada vez maiores fluxos escolares, sugerindo, assim, tratar-se de um poderoso *bem de consumo*, não obstante os meios, os métodos e os resultados alcançados porem frequentemente em causa a eficácia dos sistemas educativos. Nestas circunstâncias, compreende-se as expectativas que se colocam aos modelos de gestão do Sistema Escolar e das próprias instituições de Ensino Superior, as quais terão obrigatoriamente de privilegiar, nos seus princípios e fundamentos, uma estreita relação com o meio. Daí, portanto, que o conhecimento e o envolvimento da comunidade sejam imprescindíveis para que estas escolas, como sistemas abertos que são, possam cumprir as *performances* necessárias ao cumprimento das suas funções e à inserção no seu ambiente.

São no entanto bastante diversificados os problemas que hoje se colocam ao cumprimento destas finalidades. Destacamos os de natureza político-estratégica decorrentes da modernização dos Sistemas Educativos e da universalização do Ensino, que pesam cada vez mais na adopção de uma política coerente e concertada que atenda aos interesses e às necessidades dos diferentes grupos sociais.

Para além destas preocupações, a qualidade passou igualmente a constituir uma das preocupações fundamentais não só dos responsáveis pela gestão destes subsistemas sociais, mas ainda dos seus *utentes*, pais, alunos e empregadores. Logo, o aumento da formação da população activa constitui uma das formas das nossas sociedades entrarem na actual *era da informação* que irá beneficiar não só a melhoria da qualidade da formação, mas ainda a promoção de novas

oportunidades de emprego e de reciclagem de largos estratos da população activa. Nestas circunstâncias, caberá à Educação estabelecer *um equilíbrio entre a Ciência e a Tecnologia, considerada como os meios e os valores que constituem a finalidade da vida e da acção humana* (Rassekh e Vaideanu, 1987: 88). Embora teoricamente tal seja possível, na prática são, porém, inúmeros os entraves que impedem esta dinâmica interna dos sistemas educativos. Com efeito, muitas dessas dificuldades são por todos conhecidas, sobretudo quando se faz a análise dos fundamentos económicos, sociais, políticos, legislativos, históricos, culturais e filosóficos que condicionam aqueles sistemas.

2.6. Trajectórias sociais e profissionais e inserção no sistema de emprego

Vejam agora algumas questões teóricas relativas às trajectórias sociais e profissionais e à inserção dos diplomados no sistema de emprego.

No que respeita às trajectórias dos indivíduos, e numa visão ampla, é nosso entendimento que elas serão condicionadas quer pelo conjunto das predisposições e aspirações dos sujeitos, quer pelo conjunto dos constrangimentos que a cada momento impedem a trajectória ou obrigam ao seu retardamento ou desvio. Não existe, no entanto, unanimidade sobre qual destas dimensões é a mais responsável pela definição e condicionamento das trajectórias. Mesmo assim, poderíamos agrupar as explicações em dois grandes paradigmas (Pinto, 1995; Bertrand, 1994): paradigma determinista e paradigma da acção. Para o paradigma determinista, no qual se pode incluir correntes teóricas tão diferentes como o funcionalismo, o marxismo e os neo-marxismos, o comportamento e a acção dos sujeitos, bem assim como os quadros/processos em que as relações sociais ocorrem, são condicionados pelas infra e ou super-estruturas sociais. Nesta concepção, os sujeitos tendem a ser uma determinação da sociedade, sendo a sua acção pouco relevante na definição da sua trajectória de vida e dos diferentes acontecimentos sociais. Por sua vez, as teorias incluídas no paradigma da acção tendem, de acordo com Boudon e Bourricoud (1986), a reconhecer aos sujeitos a capacidade de definirem a sua própria trajectória de vida ou de forma liberta de constrangimentos (como acontece nas explicações dadas pelo interaccionismo simbólico e pela sociologia fenomenológica) ou na tentativa sistemática da sua ultrapassagem (conforme explicações das teorias weberianas e neo-weberianas).

Do ponto de vista histórico e sociológico, as condições materiais e sociais e, consequentemente, as aspirações dos indivíduos têm estado, por múltiplas razões, sujeitas a um forte incremento pela procura de trajectórias académicas que garantam as posições sociais e profissionais de maior relevo. A consequência objectiva deste fenómeno foi a procura do Ensino Superior por grandes contingentes de alunos e a consequente criação de uma oferta excedentária de diplomados que o mercado de trabalho não conseguiu absorver contribuindo, assim, para o alargamento do espaço de tempo que medeia a obtenção do diploma e a entrada no mercado de trabalho, isto é, o alargamento da designada *moratória social*.

Neste espaço de tempo em que a trajectória dos indivíduos é retardada, eles tendem a aumentar as suas qualificações académicas e profissionais incrementando-se a quantidade e qualidade dos saberes detidos pela força de trabalho existente num dado espaço. Do que temos vindo a dizer decorre que esta procura de formação pode inscrever-se no projecto de vida dos sujeitos ou resultar dos constrangimentos existentes, e ter a capacidade de alterar ou condicionar a trajectória profissional por eles definida.

Na lógica dos constrangimentos, importaria ver como se processa a entrada no mercado de trabalho e quais as tipologias das relações contratuais. Ao normal excedente da oferta, acresce não existir um conhecimento mútuo do sistema de ensino-formação e do sistema empregador e, por outro lado, este tende a seleccionar a sua mão-de-obra com experiência em determinada área e ainda com conhecimentos em informática e numa segunda língua. Os diplomados, não possuindo este tipo de formação, particularmente a primeira, tendem a ser relegados para o fim de uma *fila de espera* na qual podem *cristalizar*, tornando-se desempregados de longa duração com a agravante de nunca terem tido um emprego.

Mesmo quando os diplomados encontram emprego, ele tende a ser cada vez mais instável e, por isso, as teorias neoclássicas não se apresentam com capacidade de explicar o actual momento em que o sistema de emprego é marcado pela crise do sistema de produção *fordista* e se assiste a uma transição para sistemas ainda não conceptualizados.

No actual momento de transição, configuram-se novas tipologias de sistema de emprego pelo acentuar da segmentação e pelo assumir de formas bastante diversas das que caracterizaram o ainda dominante sistema de emprego. As alterações ocorrem em toda a estrutura e a todos os níveis: no tipo de relação entre a mão-de-obra e o trabalho; nas novas tipologias de organização do trabalho e da sua distribuição no tempo e no espaço; na assunção de novas formas de relação salarial; e pela interferência mediatizadora das novas tecnologias que aceleram o surgimento dos novos rearranjos do sistema de emprego.

Hoje, de forma prospectiva, começa a colocar-se a questão da pertinência do próprio conceito de sistema de emprego, pelo menos como tradução de uma certa realidade cujos conteúdos estão a extinguir-se ou a transfigurar-se.

Em todos os países desenvolvidos assiste-se a uma diminuição gradual do tempo de trabalho, a traduzir não apenas a redução do tempo semanal de trabalho, mas também a existência crescente de outros horários, não tradicionais, e de outras formas de relacionamento da mão-de-obra com o trabalho. No conjunto dos países comunitários, de 1983 a 1991, verificou-se uma redução de 4.0% nos tempos de trabalho na Indústria e nos Serviços, valor que foi de 13.0% na Holanda (CCE, 1993: 31). Na base desta redução estão, quer a diminuição do tempo de trabalho semanal, especialmente nos Serviços, quer o crescimento do trabalho a tempo parcial, isto é, a semana de 24 horas, sobretudo entre as mulheres, quer ainda o incremento de outras formas de afastamento do trabalho: *feriados, baixas por doença, absentismo e licenças pagas* (Handy, 1994: 233).

Uma outra alteração que está a processar-se de forma gradual e que assume algum significado é o trabalho independente. Os valores para o conjunto dos países da comunidade na Indústria e nos Serviços eram, em 1991, de 13.0%, valor alcançado através de um crescimento em todos os países de 1983 a 1991 (CCE, 1993: 35). Para Handy (1994:229), o cenário que nos espera é o seguinte: *Talvez demore mais uma geração, mas o número daqueles preparados para se chamarem a si mesmos empregados em oposição a independentes, consultores, sócios, associados, ou membros, irá diminuindo até que se tornarão numa minoria definitiva.*

A relação salarial, de extrema importância na sociedade *fordista*, e que estruturou as relações entre o capital e o trabalho, está a assumir novas formas, quer sob a designação de honorários contratuais, quer pelo pagamento da prestação de serviços específicos sem nenhuma outra responsabilidades acessórias: *A organização contratual funciona com base no pagamento de honorários enquanto que os ordenados são pagos pelo tempo despendido. Aquele que paga os honorários pretende que o trabalho seja executado a tempo e na quantidade certa. Não se preocupa em motivar, controlar ou organizar (...)* (Handy, 1994: 194).

3. A Universidade de Aveiro (UA)

Criada em 1973 no âmbito da Reforma do Sistema Educativo Português (a qual contemplou a expansão do Ensino Superior fora dos centros universitários tradicionais de Lisboa, Coimbra e Porto), a UA tem vindo a afirmar-se entre as demais Universidades Portuguesas pela natureza das actividades de docência e de investigação que tem vindo a prosseguir desde a sua fundação.

Contando no ano lectivo de 1997/98 com uma população escolar na ordem dos 7350 alunos em Formação de Licenciatura, de 302 em Formação de Bacharelato, 420 em Mestrados ou Cursos de Especialização pós-graduada e de 200 em Doutoramento, a UA é responsável por trinta e três cursos de Licenciatura e dois de Bacharelato, distribuídos por quatro grandes áreas de formação:

- Educação e Formação de Professores;
- Engenharia;
- Ciência e Tecnologia;
- Arte e Comunicação;
- Gestão, Economia e Planeamento.

Nestas áreas, tem aprovados cerca de três dezenas de cursos de Mestrado e de duas dezenas de áreas científicas de Doutoramento, actividades que são garantidas por um Corpo Docente constituído por 568 docentes e investigadores, dos quais 53.5% são doutorados, bem como por uma rede de meios de investigação laboratoriais, informáticos e bibliográficos que apoiam os trabalhos de pesquisa coordenada por diversas Unidades de Investigação.

Quanto à sua situação geográfica, recordamos que a UA está localizada numa das regiões do país dotadas de maior dinâmica económica e demográfica, o que lhe tem permitido reforçar as suas ligações com o meio através de diversas iniciativas pedagógicas e culturais, bem como através da cooperação empresarial e pelo lançamento de uma rede de formação contínua sediada em diversos locais do distrito de Aveiro. O desenvolvimento destas actividades é fundamental quer para o crescimento desta instituição quer para o alargamento progressivo da sua área de influência, que se estende muito para além daqueles limites de natureza administrativa.

De realçar que entre a sua população discente conta ainda com um número significativo de estudantes oriundos dos Países Africanos de Língua Portuguesa (em especial de Angola e de Moçambique), bem como de outros estudantes nascidos noutros países europeus e americanos (França, Venezuela, Brasil, EUA e Canadá), onde estão radicadas importantes comunidades emigrantes oriundas desta região.

4. Apresentação dos resultados

Uma vez concluída a referência a alguns pressupostos que orientam este trabalho, importa agora apreciar os resultados dos questionários que lançámos junto da população universitária. Para tanto, a exposição que se segue será, por um lado, descritiva visando orientar o leitor na apreciação dos dados e, por outro, procurar-se-á fazer a interpretação sociológica dos elementos mais relevantes recolhidos no respectivo inquérito.

4.1. Caracterização dos inquiridos

Os diplomados pela UA e que constituem a amostra deste trabalho são uma população bastante jovem (67.0% têm idade compreendida entre os 21 e os 30 anos) e predominantemente feminina (60.0% dos inquiridos) (cf. Gráficos 1 e 2). Quanto ao estado civil, repartem-se em iguais proporções entre solteiros e casados (cf. Gráfico 3). Estes dados que referem o elevado número de não-casados estão de acordo não só com as características globais da população desta faixa etária mas também com as estatísticas nacionais e internacionais que apontam para uma celebração do casamento retardada para idades cada vez mais avançadas (Coleman e Husén, 1990).

Os diplomados inquiridos repartem-se pelas principais áreas de formação existentes na UA, havendo contudo uma maior incidência de respostas dos diplomados na área de Engenharia Electrónica em relação aos demais cursos. Mesmo assim, como se pode verificar pela análise do anexo 1.1, os diplomados distribuem-se por todas as áreas e por todos os cursos existentes na Universidade. (Os dados permitem tratamentos mais pormenorizados, em função do curso, por exemplo. Este aprofundamento não foi por nós considerado).

Por sua vez, a origem geográfica dos diplomados aponta, de forma dominante, serem naturais do distrito de Aveiro e de outros distritos próximos, mas dotados de boa acessibilidade a esta cidade. Estão neste caso os distritos do Porto, de Coimbra, de Viseu, de Leiria e outros mais distantes mas cuja acessibilidade ferroviária e rodoviária a Aveiro está mais facilitada (cf. Quadro 3, N1).

Importa realçar que não obstante esta atracção regional da população estudantil, a UA recebe alunos de todo o território nacional e numa tendência crescente (em 1994/95, os alunos provenientes do distrito de Aveiro representavam 43.0% do total), aspecto que tem a ver não só com o regime de colocação dos alunos no Ensino Superior mas também com a implantação nacional deste Estabelecimento de Ensino Universitário.

Quanto à residência de origem e actual dos inquiridos, a análise do Quadro 3 (col. N4) mostra que os distritos de Aveiro e Lisboa, particularmente o primeiro, são aqueles em que a taxa de fixação dos diplomados assume algum significado, contrariamente a outros distritos situados na faixa litoral que terão perdido parte desta população estudantil a favor de Aveiro e nalguns casos de Lisboa. Note-se que esta tendência concentracionária não se processa de forma homogénea no distrito de Aveiro mas apenas no concelho de Aveiro e num concelho mais próximo, o de Ílhavo.

Conforme pode observar-se no Quadro 4 (col. N4), só estes dois concelhos, particularmente o primeiro, apresentam ganhos de diplomados em desfavor de quase todos os outros concelhos do distrito, mesmo os que lhe estão mais próximos como Águeda, Estarreja e Albergaria que formam a *cintura urbana* de Aveiro. Esta tendência não se verifica quando se correlaciona a residência de origem dos diplomados com o local (distrito ou concelho) onde desempenham as suas actividades profissionais.

Da análise do Quadro 3 (col. N5) pode verificar-se que distritos geralmente reconhecidos pela qualidade dos seus indicadores económicos, como Aveiro, Coimbra, Porto e Santarém, não absorvem nas suas estruturas de emprego os diplomados deles originários. Dos distritos mais desenvolvidos, apenas Lisboa obteve um saldo positivo, isto é, não só absorveu os seus diplomados como os originários de diversos distritos. Nos distritos do interior (Beja, Castelo Branco, Bragança, Vila Real), ou mesmo já em Viana do Castelo e na Região Autónoma dos Açores, ocorreram alguns ganhos em diplomados. Em nosso entender, este facto poderá não ser estranho ao tipo de colocação no Sistema Educativo (grande empregador) dado tratar-se de uma população em início de carreira e por isso disponível para aceitar os lugares existentes, regra geral no interior e em zonas menos desenvolvidas.

No distrito de Aveiro, como pode observar-se no Quadro 4 (col. N5), os concelhos de Aveiro, Águeda, São João da Madeira e Castelo de Paiva são aqueles em que se verifica um saldo positivo, particularmente nos dois primeiros, na correlação entre local de origem e local onde são desempenhadas as suas actividades profissionais.

Estes dados permitem-nos algumas conclusões:

- o sistema produtivo mais desenvolvido em Portugal e tomando por unidade de análise o distrito, não está a absorver a mão-de-obra, altamente qualificada, que sai da Universidade. A única excepção que contraria esta afirmação é o distrito de Lisboa;
- existe um saldo positivo entre o local de origem e o local de desempenho de actividades em quase todos os distritos do interior, menos desenvolvidos. Este facto só aparentemente é positivo já que neles o grande empregador é o sistema educativo, mas em condições bastante precárias e de grande instabilidade. A tendência será, com o passar dos anos, a sua deslocação para o litoral mais desenvolvido;

- ao nível do distrito de Aveiro, e quanto à relação que temos vindo a referir, verificam-se ganhos com algum significado pelos concelhos de Aveiro e de Águeda (Quadro 4, col. N5), a traduzir alguma dinâmica do sistema de emprego associado à vida económica uma vez que o sistema educativo, com excepção da Universidade, se apresenta bastante estabilizado nestes concelhos e por conseguinte pouco propenso a criar emprego;
- por último, e decorrente do que foi dito antes, verificou-se ter existido uma grande mobilidade geográfica dos diplomados pela UA. Em primeiro lugar a vinda para a Universidade provocou uma mobilidade geográfica e uma concentração nos distritos do litoral, com destaque para o distrito de Aveiro. Em segundo lugar, o fim do curso e a consequente procura de emprego provocou um outro tipo de mobilidade no sentido contrário do anterior, isto é, do litoral para o interior, contrariando assim o processo de *litoralização* anteriormente descrito. Trata-se de dois movimentos diferentes: enquanto o primeiro é tendencialmente estruturante, o segundo é mais conjuntural e provavelmente não desejado. Aliás, este segundo tipo de mobilidade será mais um movimento pendular diário ou semanal uma vez que a residência assinalada continua a ser nas regiões do litoral mais desenvolvidas com destaque para o distrito de Aveiro.

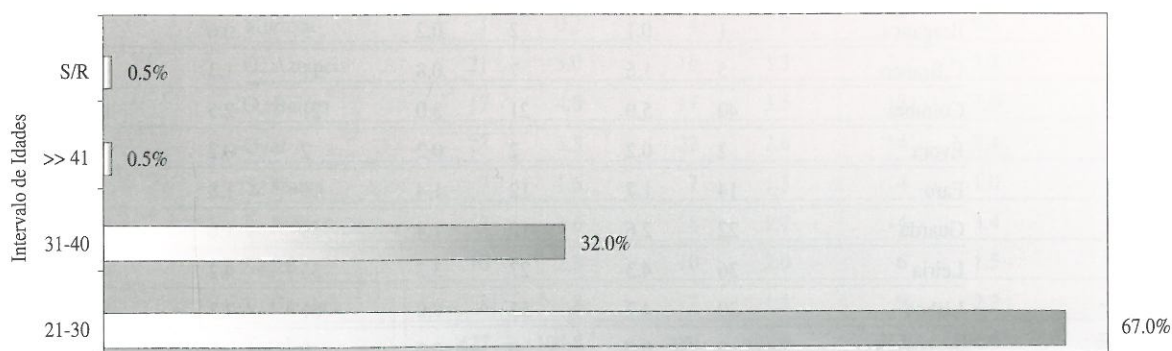


Gráfico 1. — Intervalo de idades dos inquiridos (N = 835)

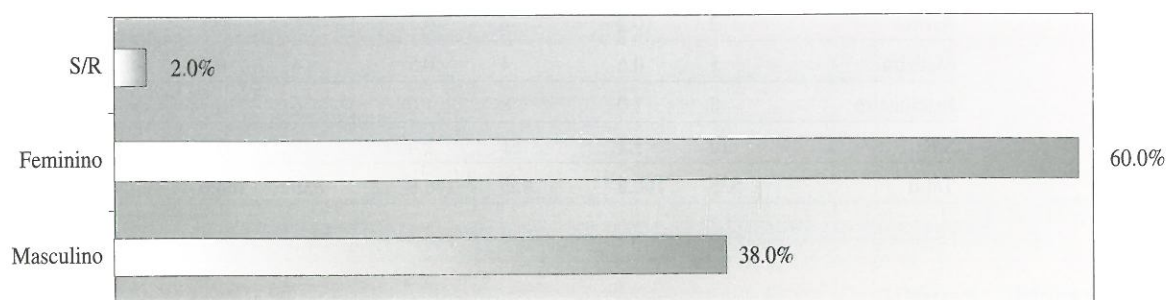


Gráfico 2. — Sexo dos inquiridos (N = 835)

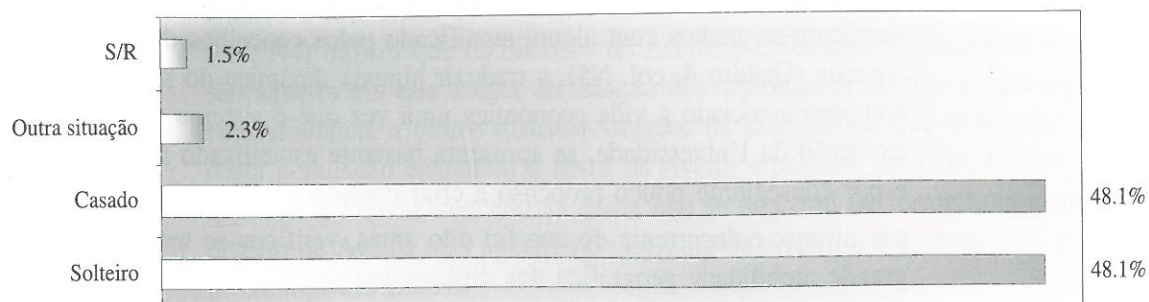


Gráfico 3. — Estado civil dos inquiridos (N = 835)

Quadro 3. — Mobilidade dos inquiridos por distrito

DISTRITOS	MOBILIDADE							
	Res. dos pais		Res. dos inquiridos		Local de actividades		N2-N1	N3-N1
	NI	%	N2	%	N3	%	N4	N5
Aveiro	427	51.0	480	57.5	413	49.5	53	-14
Beja	0	0.0	3	0.3	7	0.8	3	7
Braga	26	3.0	26	3.0	21	2.5	0	-5
Bragança	1	0.1	2	0.2	5	0.6	1	4
C.Branco	5	1.6	7	0.8	11	1.3	2	6
Coimbra	40	5.0	21	3.0	21	2.5	-19	-19
Évora	2	0.2	2	0.2	2	0.2	0	0
Faro	14	1.7	12	1.4	15	1.8	-2	1
Guarda	22	2.6	12	1.4	13	1.6	-10	-9
Leiria	36	4.3	27	3.2	35	4.2	-9	-1
Lisboa	39	4.7	55	7.0	61	7.3	16	22
Portalegre	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0
Porto	99	12.0	85	10.0	87	10.4	-14	-12
Santarém	33	4.0	20	2.3	21	2.5	-13	-12
Setúbal	8	1.0	12	1.0	8	1.0	4	0
V. Castelo	10	1.1	9	1.0	12	1.4	-1	2
Vila Real	5	0.6	6	0.7	7	0.8	1	2
Viseu	35	4.1	19	2.2	31	3.7	-16	-4
Açores	2	0.2	4	0.5	6	0.7	2	4
Madeira	5	0.6	4	0.5	4	0.5	-1	-1
Estrangeiro	8	1.0	8	1.0	6	0.7	0	-2
S/R	10	1.2	21	2.4	49	5.9	11	39
Total	835	100.0	835	100.0	835	100.0	0	0

De acordo com estes elementos, podemos concluir que a UA tem assim contribuído para uma forte mobilidade geográfica (e provavelmente social) e para a crescente urbanização da Sociedade Portuguesa (cf. Gráfico 4). Em simultâneo,

tem vindo a assegurar a formação de uma mão-de-obra altamente qualificada que o sistema produtivo parece não estar nem a absorver na globalidade nem de forma homogénea.

Quadro 4. — Mobilidade dos inquiridos no distrito de Aveiro por concelho

CONCELHO	MOBILIDADE							
	Resid. dos pais		Resid. dos inquiridos		Local de actividades		N2-N1	N3-N1
	N1	%	N2	%	N3	%	N4	N5
Águeda	27	6.3	16	3.3	37	9.0	-11	10
Albergaria	23	5.4	16	3.3	12	2.9	-7	-11
Anadia	16	3.7	13	2.7	12	2.9	-3	-4
Arouca	7	1.6	6	1.2	6	1.5	-1	-1
Aveiro	161	38.0	240	50.0	196	47.5	79	35
C. Paiva	1	0.2	0	0.0	5	1.2	-1	4
Espinho	11	2.5	7	1.5	5	1.2	-4	-6
Estarreja	25	6.0	16	3.3	16	3.9	-9	-9
Feira	21	5.0	18	4.5	17	4.1	-3	-4
Ílhavo	36	8.4	52	11.0	18	4.4	16	-18
Mealhada	5	1.1	5	1.0	3	0.7	0	-2
Murtosa	1	0.2	4	1.0	2	0.5	3	1
O. Azeméis	21	5.0	16	3.3	22	5.3	-5	1
O. Bairro	17	4.0	17	3.5	15	3.6	0	-2
Ovar	23	5.3	22	2.6	14	3.4	-1	-9
S. Vouga	7	1.6	7	1.5	4	1.0	0	-3
S. J. Madeira	7	1.6	8	1.7	14	3.4	1	7
Vagos	10	2.3	10	2.0	6	1.5	0	-4
V. Cambra	8	1.8	7	1.5	9	2.2	-1	1
Total	427	100.0	480	100.0	413	100.0	53	-14

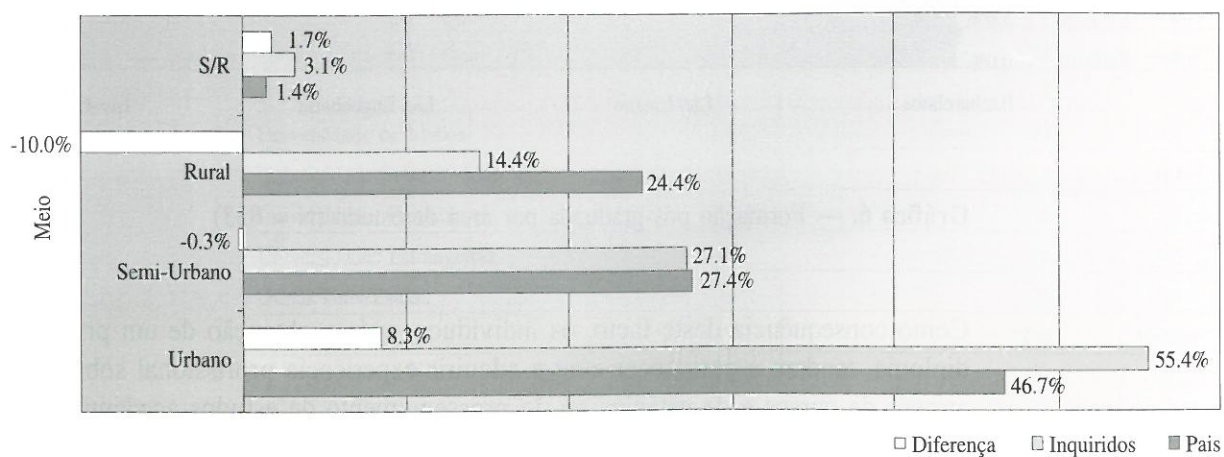


Gráfico 4. — Residência de origem e actual dos inquiridos segundo o meio (N = 835)

4.2. Percurso formativo após obtenção do diploma

A análise anterior, feita com base na caracterização dos inquiridos e sua repartição por áreas de formação, deve ser completada com dados referentes ao seu percurso formativo após a saída da Universidade. A este respeito, parece ser oportuno recordar como a inserção dos diplomados (pelas Universidades e pelo Sistema Educativo intermédio) no mercado do trabalho tende a ser cada vez mais difícil quer pela ausência de emprego quer pela não correspondência do tipo de emprego oferecido com as habilitações dos diplomados e com as suas aspirações e representações sociais.

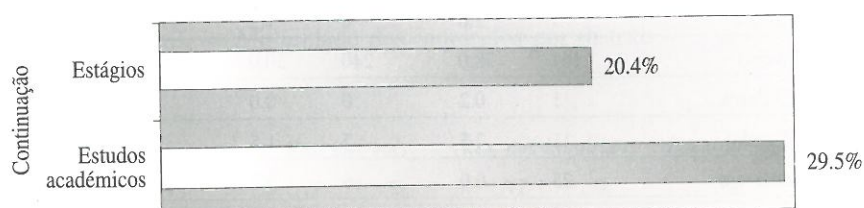


Gráfico 5. — Formação pós-graduada (N = 835)

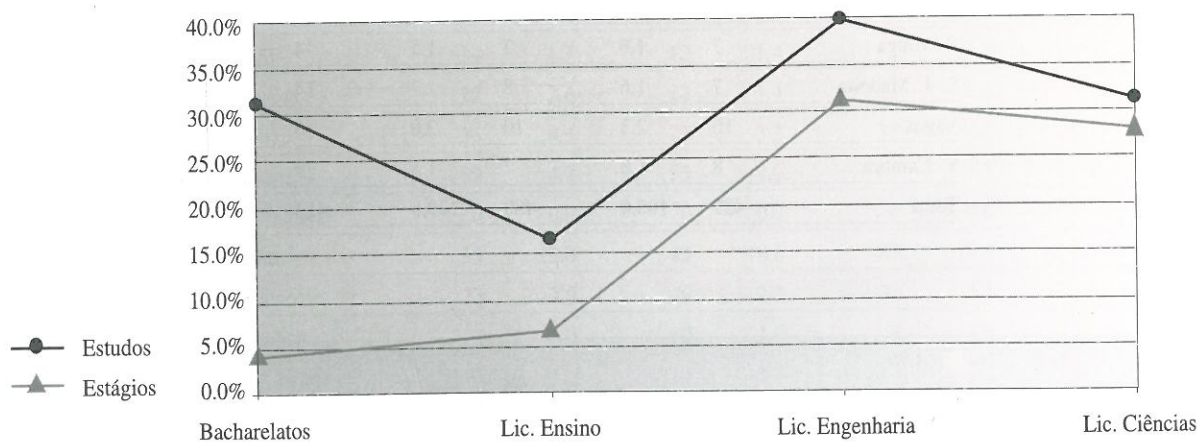


Gráfico 6. — Formação pós-graduada por área de estudo (N = 835)

Como consequência deste facto, os indivíduos, após a obtenção de um primeiro diploma, tendem a enriquecer e/ou a adquirir experiência profissional sobretudo através de cursos e de estágios ou do prosseguimento de estudos académicos. Estes aspectos parecem ser confirmados no nosso estudo já que, do total da amostra, 29.5% continuou estudos académicos e 20.4% estágios profissionais (cf. Gráfico 5). Estes valores não são uniformes, verificando-se diferenças significativas entre os diplomados nas áreas seleccionadas (cf. Gráfico 6):

- os licenciados em Engenharia e em Ciências, sobretudo os primeiros, são os que mais continuam os estudos académicos e mais estágios fazem;
- os diplomados com um Bacharelato continuam a estudar, no sentido de completarem a sua formação académica, mas não têm acesso a estágios (no sentido que lhes damos para as Licenciaturas);
- entre os licenciados, por sua vez, em Ensino é diminuta a continuação de estudos e estágios, o que certamente resulta da estabilização precoce da sua actividade profissional.

No que respeita à continuação de estudos académicos, importa ainda referir que:

- eles se processam em várias universidades, com destaque para a UA, mas sem desprezar as universidades do Porto, de Coimbra e mesmo de Lisboa (cf. Quadro 5), aquelas que, em nosso entender, registam melhor acessibilidade física em relação a esta cidade;
- os cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento são os mais referidos, facto que se poderá relacionar quer com a necessidade de progressão profissional de parte desta população quer com a não-existência de empregos compatíveis com a sua formação e com as suas aspirações quer ainda, eventualmente, com as maiores facilidades de obtenção de bolsas de estudo para continuação desta formação (cf. Quadro 6);
- a duração dos cursos situa-se em grande percentagem entre os 12 e os 24 meses (45.9% dos casos) facto que aponta para a duração normal dos cursos de pós-graduação dominantes no mercado (cf. Quadro 7).

Quadro 5. — Estabelecimentos de ensino em que decorreu a continuação de estudos

<i>Estabelecimento Ensino</i>	<i>Amostra</i>	
	<i>N</i>	<i>%</i>
Universidade de Aveiro	96	39.0
Universidade de Coimbra	22	8.9
Universidade do Minho	5	2.0
Universidade do Porto	24	9.8
UTAD	2	0.8
Universidade de Lisboa	24	9.8
Universidade Beira Interior	1	0.4
Universidades Particulares	18	7.3
Universidades Estrangeiras	16	6.5
Outras Univ/Estab.	38	15.4
Total	246	100.0

No caso dos estágios realizados, eles decorreram de forma equitativa, entre organismos públicos (51.0%) e empresas (49.0%) (cf. Gráfico 7) e ocorreram de forma dominante em regime não-contratual de emprego (cerca de 70.0% dos

inquiridos). Neste último caso, a maioria (82.0%) dos diplomados que os frequentaram foram admitidos no organismo ou empresa em que foram realizados (cf. Gráfico 9). Os estágios apresentam-se assim como meios não apenas de adquirir competências mas também de possibilitar uma maior empregabilidade dos diplomados.

Quadro 6. — Designação do curso realizado

<i>Tipo dos Cursos</i>	<i>Amostra</i>	
	<i>N</i>	<i>%</i>
Doutoramento	29	11.8
Mestrado	107	43.5
Pós-Graduação	16	6.5
Especialização	63	25.6
Licenciatura	29	11.8
Bacharelato	2	0.8
Total	246	100.0

Quadro 7. — Duração do curso realizado

<i>Duração</i>	<i>Amostra</i>	
	<i>N</i>	<i>%</i>
1-3 meses	1	0.4
3-6 meses	5	2.0
6-12 meses	38	15.4
12-24 meses	113	45.9
Mais de 24 meses	89	36.2
Total	246	100.0

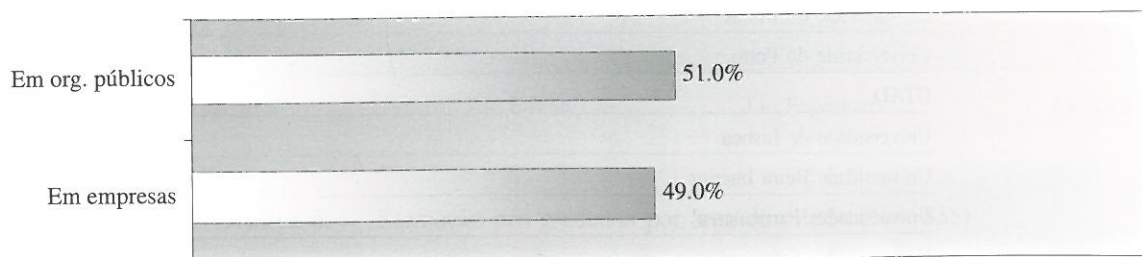


Gráfico 7. — Tipo de organismo em que decorreu o estágio

Em síntese, importa referir que os diplomados pela UA no espaço temporal correspondente ao período da nossa análise, continuaram estudos académicos e adquiriram experiência profissional fora de esquemas não contratuais de emprego retardando, assim, a sua inserção no mercado de trabalho.

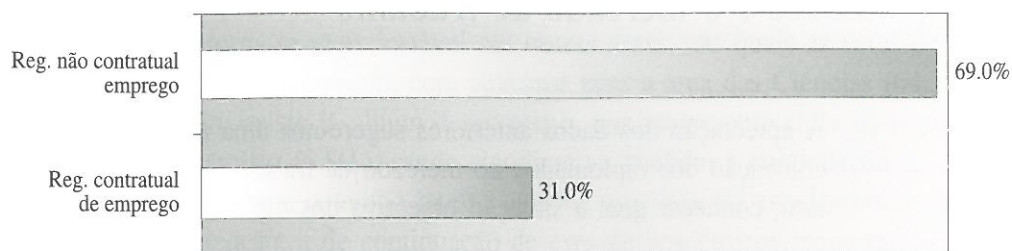


Gráfico 8. — Regime em que se realizou o estágio

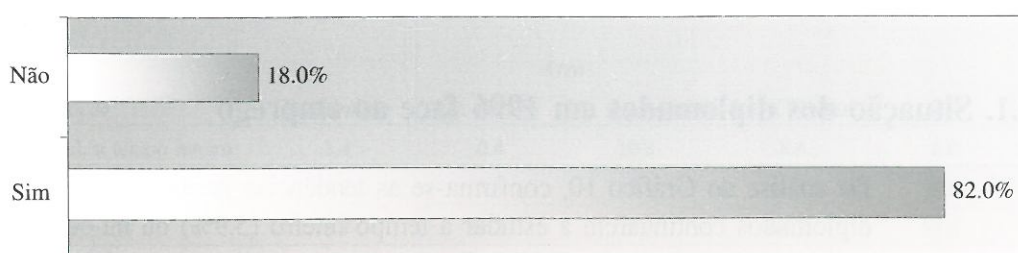


Gráfico 9. — Admissão no emprego após terminado o estágio

Desta situação objectiva podemos retirar duas ordens de consequências, de certa forma antagónicas:

- estamos a assistir a um aumento de diplomados com habilitações elevadas, o que pode permitir a criação e desenvolvimento de dinâmicas económicas e sociais mais equilibradas desde que os seus detentores tenham visibilidade junto dos vários sistemas de emprego e que os empregadores criem nas potencialidades dos recursos humanos com formação de nível superior;
- a não empregabilidade e a falta de esquemas financeiros que permitam a assunção de papéis sociais podem implicar alterações nas práticas sociais, particularmente as ligadas ao casamento, quer pelo retardamento deste, quer pelo da idade em que os indivíduos têm filhos; e sobretudo o terem de ser suportados financeiramente pelos pais até idades próximas ou superiores aos 30 anos, acentuando-se deste modo a sua dependência familiar. Se a interferência da família não se verificar nestas circunstâncias, assistir-se-á, provavelmente, a uma mobilidade social descendente entre indivíduos com habilitações académicas de nível superior.

4.3. Os diplomados e o mercado de trabalho

A apreciação dos dados anteriores sugere-nos uma outra análise relativa à colocação dos diplomados no mercado de trabalho. Neste ponto, procura-se, por isso, conhecer qual a situação objectiva dos diplomados quanto à sua:

- posição face ao sistema de emprego;
- distribuição por actividades económicas e tipologia das empresas a que estão ligados;
- posição na profissão;
- distribuição geográfica e rendibilidade das suas actividades.

4.3.1. Situação dos diplomados em 1996 face ao emprego

Da análise do Gráfico 10, confirma-se as tendências já atrás referidas de os diplomados continuarem a estudar a tempo inteiro (5.9%) ou na condição de estudantes-trabalhadores (7.5%). Esta situação contribui para minimizar as taxas de desemprego (2.3%), bastante baixas se comparadas com a taxa global de desemprego da população activa e ainda mais com a taxa de desemprego do grupo etário a que pertencem.

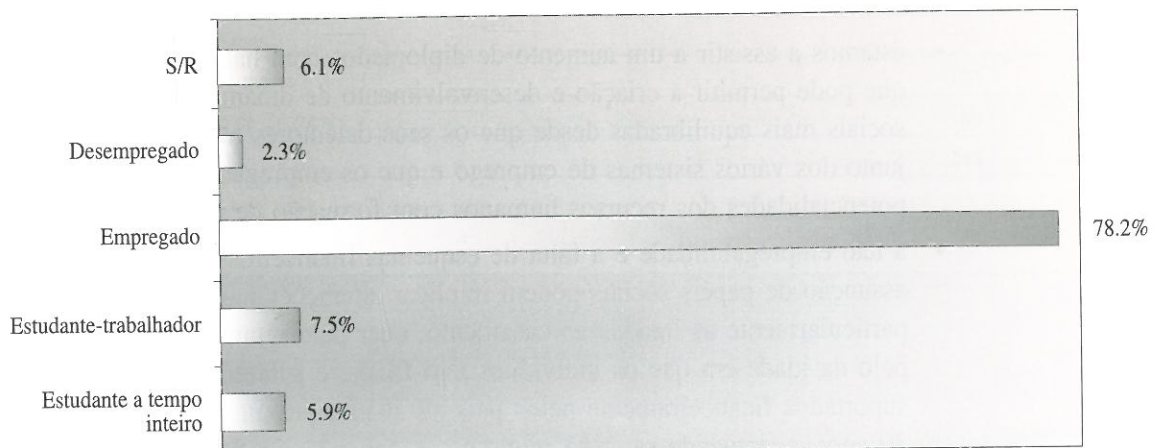


Gráfico 10. — Situação em que se encontravam os diplomados em 1996 (N = 835)

Os valores antes apresentados não são uniformes, variando de acordo com a área na qual foi obtido o diploma e com o ano da sua conclusão.

No primeiro caso, os diplomados nas Licenciaturas em Ensino são os que apresentam um quadro mais estável quer pelas elevadas taxas de empregabilidade

(89.2%), quer e sobretudo pela ausência de desemprego (cf. Quadro 8). Esta situação torna-se mais instável nas outras áreas, nas quais as taxas de empregabilidade baixam, com destaque para a área das Ciências (64.3%). Por outro lado, existe já algum desemprego, particularmente entre os inquiridos com um bacharelato (6.8%), sendo significativa também a continuação de estudos académicos quer a tempo inteiro quer na condição de estudante-trabalhador. Esta última situação, a de continuação de estudos académicos, pode traduzir ou o desejo de valorização ou, o que será mais provável, a não obtenção de emprego real ou compatível, impelindo-os a continuar estudos.

Quadro 8. — Situação em que se encontram os diplomados em 1996 segundo a área frequentada (em %)

Situação	Área					TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências	S/R	
Estud. a tempo inteiro	1.4	0.4	10.8	8.4	0.0	5.9
Estudante-Trabalhador	16.2	3.3	7.6	11.7	0.0	7.5
Empregado	75.7	89.2	77.1	64.3	65.2	78.2
Desempregado	6.8	0.0	2.2	3.2	8.7	2.3
S/R	0.0	7.1	2.2	12.3	26.1	6.1
Total (N)	74	269	315	154	23	835

No segundo caso, isto é, a situação dos diplomados segundo o ano de conclusão do diploma, a maior instabilidade verifica-se, como seria de esperar, entre os inquiridos que obtiveram o seu diploma nos dois últimos anos lectivos (1993/94 e 1994/95). Aqui verificam-se taxas de empregabilidade na ordem dos 70.0%, abaixo dos 78.2% na média geral, e taxas de desemprego de 7.0% no último ano. São também os anos em que os valores relativos à continuação de estudos académicos, quer estudantes a tempo inteiro quer na condição de estudante-trabalhador, são mais elevados (cf. Quadro 9).

Quadro 9. — Situação em que se encontram os diplomados em 1996 segundo o ano de conclusão do curso (em %)

Situação	Ano						S/r	TOTAL
	Antes 1990/91	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95		
Estudante a tempo inteiro	3.0	5.4	5.4	4.7	10.9	7.7	5.9	5.9
Estudante-Trabalhador	5.1	4.5	5.4	10.4	12.5	9.1	5.9	7.5
Empregado	84.7	80.4	83.9	77.4	68.8	71.3	76.5	78.2
Desempregado	1.3	0.9	1.1	0.0	3.1	7.0	0.0	2.3
S/R	5.9	8.9	4.3	7.5	4.7	4.9	11.8	6.1
Total (N)	236	112	93	106	128	143	17	835

Esta taxa de desemprego (7.0%) registada um ano após a obtenção do diploma está ao nível de países como os Estados Unidos da América, a Austrália, a Irlanda e o Canadá, mas bastante abaixo do que ocorre em França (20.0%), em Espanha e em Itália, países em que a referida taxa ronda os 45.0% (OCDE, 1996: 245).

Dos diplomados desempregados, a maioria (63.2%) continua ainda à procura do primeiro emprego, facto mais evidente entre os diplomados nos anos lectivos de 1993/94 e 1994/95. Esta tendência é comum a todas as áreas de formação (cf. Anexos 2.1 e 2.2).

Repare-se, ainda, que os diplomados empregados trabalham de forma dominante (80.2%) por conta de outrem, sendo diminuta (2.0%) a condição de empresário (cf. Gráfico 11). Por sua vez o trabalho independente, com 5.5%, e de forma mista (própria e de outrem), com 8.4%, assumem já algum significado. Estes últimos valores podem ser a parte visível ou o resultado da destruturação do sistema de emprego e da emergência de uma nova tipologia de relações contratuais diferentes das que caracterizaram a sociedade industrial (Martins, 1997: 132).

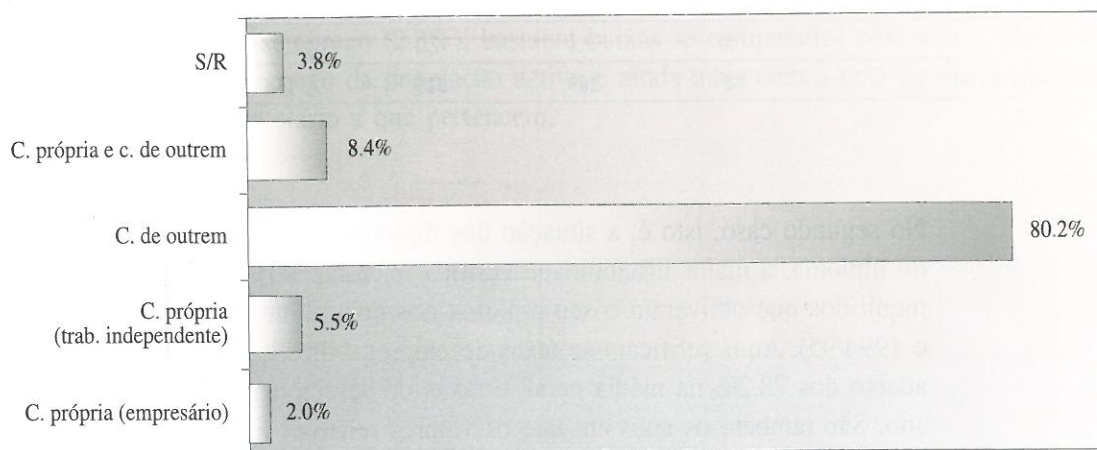


Gráfico 11. — Situação dos diplomados empregados (N = 653)

Mesmo assim, o emprego por conta de outrem é superior à média global nas Licenciaturas em Ensino e nos Bacharelatos e inferior à referida média nas Licenciaturas em Engenharia e ainda mais nas Licenciaturas em Ciências. De forma inversa, é entre estas duas áreas que o trabalho independente e misto assume os valores mais elevados (cf. Quadro 10). Importa ainda referir que o desenvolvimento de trabalho por conta própria, na condição de empresário, é quase exclusivo dos diplomados na área das Engenharias.

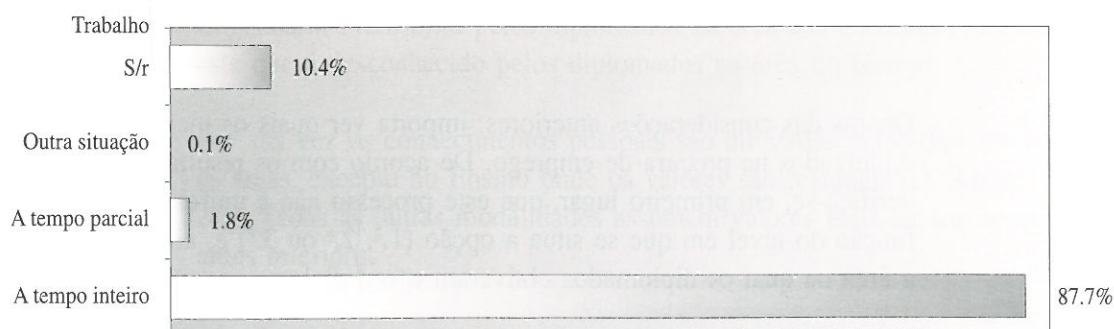
Por sua vez, a situação face ao emprego segundo o ano de conclusão do curso não apresenta nenhuma tendência com significado nas variáveis *trabalho por conta de outrem* e *por conta própria*, mas tende a aumentar o trabalho independente nos últimos anos de obtenção do diploma (cf. Quadro 11).

Quadro 10. — Situação dos diplomados empregados face ao emprego por área de formação (em %)

<i>Trabalho por conta</i>	<i>Área</i>				<i>S/R</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Bacharelato</i>	<i>Lic. Ensino</i>	<i>Lic. Engenharia</i>	<i>Lic. Ciências</i>		
Própria (Empresário)	0.0	0.4	4.9	0.0	0.0	2.0
Própria (trab. indep.)	5.4	0.0	7.4	13.1	13.3	5.5
De outrem	87.5	88.3	73.7	71.7	86.7	80.2
Próprio e de outrem	7.1	3.8	13.6	9.1	0.0	8.4
S/R	0.0	7.5	0.4	6.1	0.0	3.8
Total (N)	56	240	243	99	15	653

Quadro 11. — Situação dos diplomados empregados face ao emprego segundo o ano de obtenção do diploma (em %)

<i>Trabalho por conta</i>	<i>Ano</i>						<i>S/r</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Antes 1990/91</i>	<i>1990/91</i>	<i>1991/92</i>	<i>1992/93</i>	<i>1993/94</i>	<i>1994/95</i>		
Própria (Empresário)	3.0	0.0	1.3	2.4	2.3	2.0	0.0	2.0
Própria (trab. ind.)	1.5	5.6	2.6	8.5	10.2	7.8	15.4	5.5
De outrem	76.0	86.7	87.2	84.1	80.7	76.5	61.5	80.2
Próprio e de outrem	12.5	6.7	3.8	4.9	6.8	8.8	15.4	8.4
S/R	7.0	1.1	5.1	0.0	0.0	4.9	7.7	3.8
Total (N)	200	90	78	82	88	102	13	653

**Gráfico 12.** — Duração do tempo de trabalho (N = 653)

Quanto à duração do tempo de trabalho, 87.7% referiu que ele é realizado a tempo inteiro e apenas 1.8% a tempo parcial (cf. Gráfico 12). Importa referir a elevada percentagem (10.4%) dos que não responderam a esta questão, particularmente entre os Licenciados em Ciências e Engenharia (cf. Quadro 12) e os que obtiveram o seu diploma nos anos lectivos de 1993/94 e 1994/95 (cf. Quadro 13). Em nosso entender, estes dados mostram, no seguimento de outros anteriores, realidades distintas entre os diplomados nas quatro áreas de formação:

- maior estabilidade e tradicionalismo nas Licenciaturas em Ensino e nos Bacharelatos;
- maior instabilidade e assunção de novas tipologias de trabalho e de relações contratuais entre os diplomados em Engenharia e em Ciências.

Quadro 12. — Duração do tempo de trabalho segundo a área de formação (em %)

Tipo de trabalho	Área					TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências	S/R	
A tempo inteiro	94.2	93.4	84.9	83.1	0.0	87.7
A tempo parcial	5.8	0	2.7	1.5	0.0	1.8
Outra situação	0.0	0.0	0.3	0.0	0.0	0.1
S/R	0.0	6.6	12.1	15.4	100.0	10.4
Total (N)	56	240	243	99	15	653

Quadro 13. — Duração do tempo de trabalho segundo o ano de obtenção do diploma (em %)

Tipo de trabalho	Ano						S/r	TOTAL
	Antes 1990/91	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95		
A tempo inteiro	89.4	89.0	91.4	93.6	83.0	84.4	53.8	87.7
A tempo parcial	0.5	4.0	0.0	1.0	3.4	3.2	0.0	1.8
Outra situação	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	0.0	0.1
S/R	10.1	7.0	8.6	5.4	13.6	11.6	46.2	10.4
Total (N)	200	90	78	82	88	102	13	653

Depois das considerações anteriores, importa ver quais os meios utilizados pelos diplomados na procura de emprego. De acordo com os resultados do inquérito verifica-se, em primeiro lugar, que este processo não é uniforme variando em função do nível em que se situa a opção (1.^a, 2.^a ou 3.^a) e, ainda, de acordo com a área na qual os diplomados obtiveram o seu diploma.

Quanto ao primeiro aspecto, o concurso oficial com 52.0%, é o meio mais utilizado, em 1.^a opção, na procura de emprego. Em 2.^a opção, predomina, com 30.7%, a resposta a anúncios e em 3.^a opção são preponderantes os conhecimentos pessoais (27.2%), os centros de emprego (20.4%) e a procura junto dos empresários (cf. Gráfico 13).

Entre os diplomados em Ensino, o concurso oficial, com 95.2%, é o meio utilizado quase em exclusivo na procura de emprego. Esta percentagem decresce para 61.8% entre os diplomados com um Bacharelato, para os 41.6% entre os diplomados na área das Ciências e para os 17.9% nos diplomados em Engenharia (cf. Anexo 2.3).

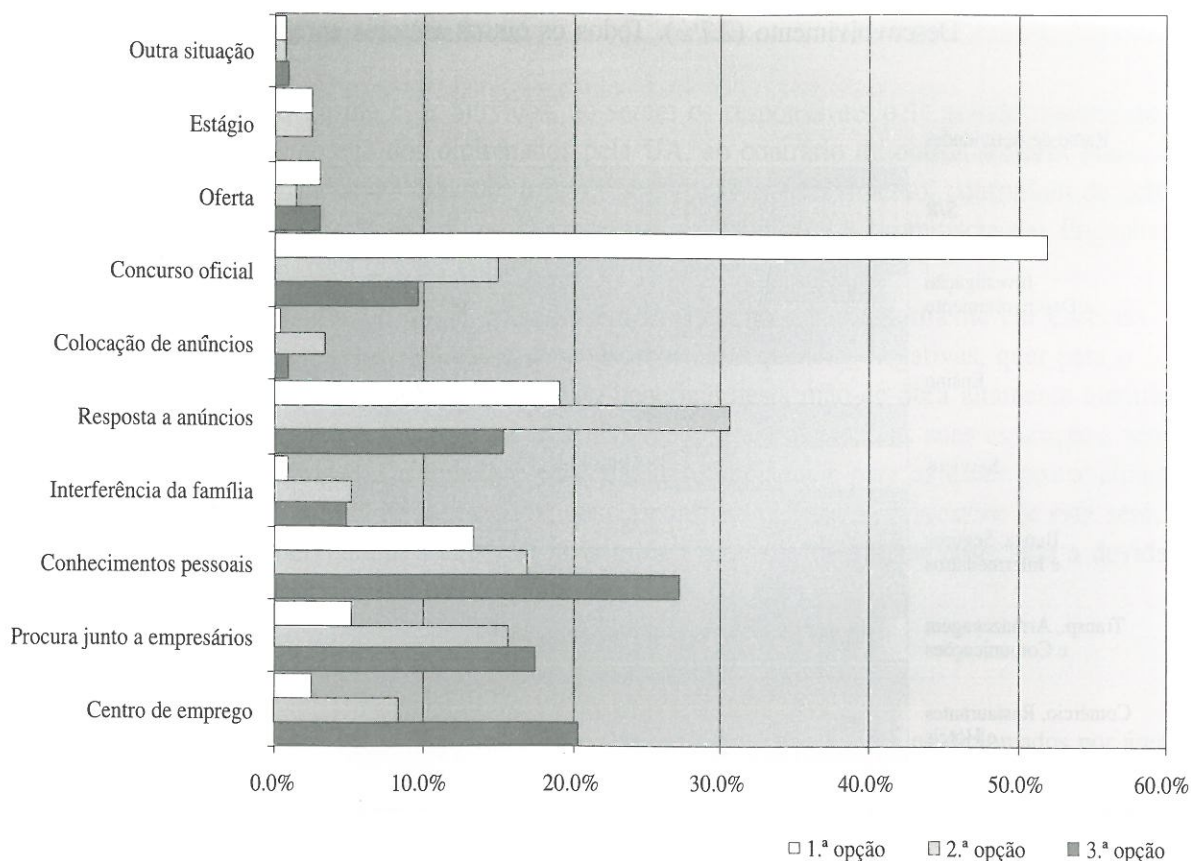


Gráfico 13. — Meios utilizados na procura de emprego (N = 581; 153; 103)

Por sua vez, a resposta a anúncios é o meio mais utilizado pelos diplomados em Engenharia (42.2%), e pelos diplomados na área das Ciências (15.7%), processo este que é desconhecido pelos diplomados na área do Ensino.

Por sua vez os conhecimentos pessoais são utilizados pelos diplomados em todas as áreas, excepto no Ensino onde os valores são residuais (cf. Anexos 2.3, 2.4 e 2.5). Todas as outras modalidades assumem valores mais baixos do que nos casos antes referidos.

4.3.2. As actividades económicas e o tipo de emprego a que estão ligados os diplomados

Procura-se neste ponto conhecer quais os sectores de actividade, o tipo e dimensão das empresas a que estão ligados os diplomados no desempenho das suas actividades profissionais.

Quanto ao primeiro aspecto e de acordo com os dados do Gráfico 14, o Ensino com 51.6%, os Serviços com 15.9% e a Indústria Transformadora com 10.8% são os grandes responsáveis pelo emprego dos diplomados inquiridos. Numa posição

distante surge o sector dos Transportes e Armazenagem (2.8%) e a Investigação e Desenvolvimento (2.7%). Todos os outros sectores apresentam valores residuais.

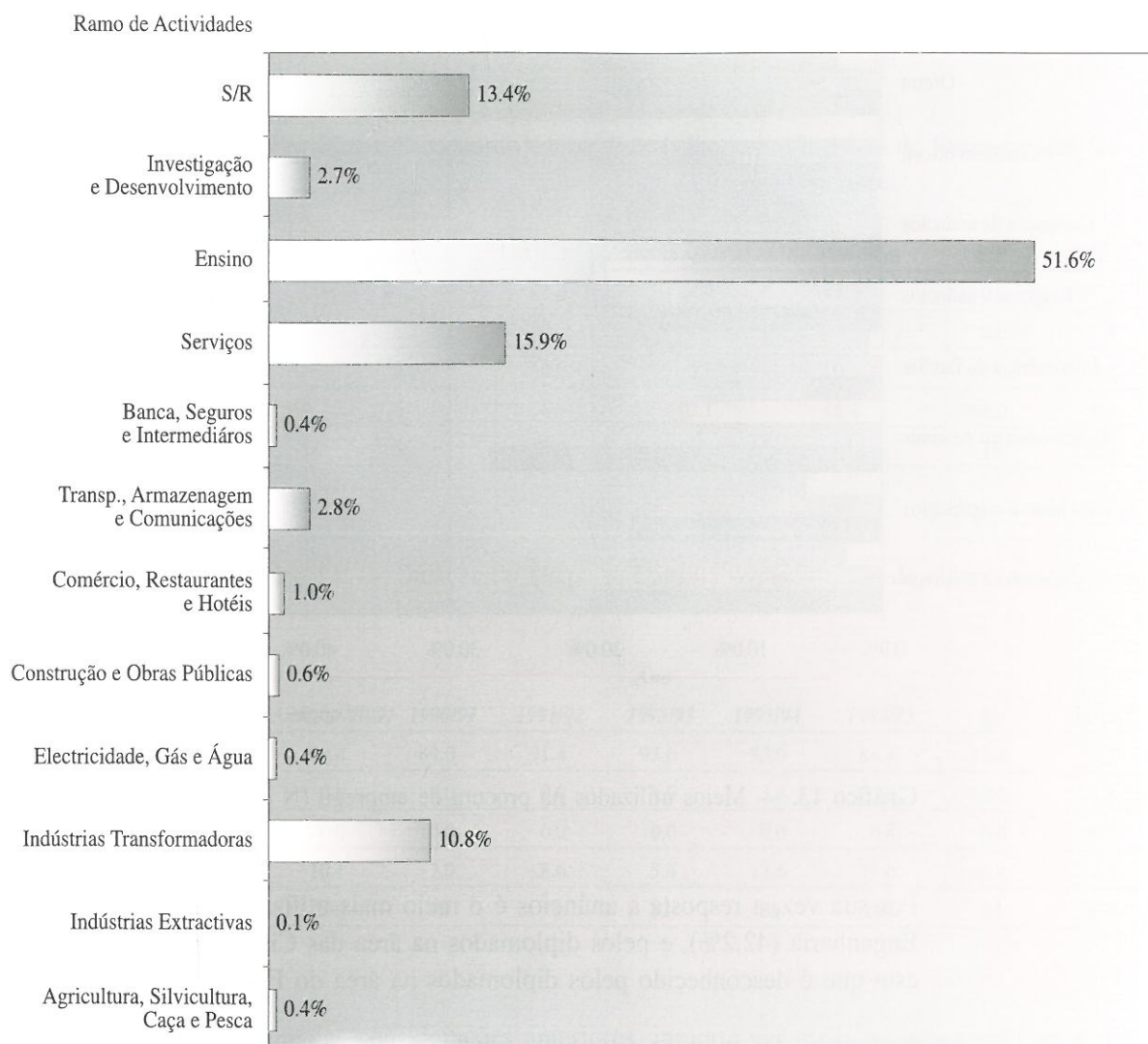


Gráfico 14. — Actividade a que estão ligados os diplomados (N = 816)

Na Indústria Transformadora o ramo dos produtos minerais não metálicos, com 31.8%, é o mais representativo e apresenta-se bastante distante dos outros ramos de actividade que oscilam entre os 2.3% no papel, artes gráficas e publicações e os 9.1% nos produtos metálicos, equipamentos e material de transporte (cf. anexo 2.6).

Esta distribuição, de acordo com os dados do Quadro 14, apresenta algumas variações por área de formação que importa referir: os diplomados com uma licenciatura em ensino com um bacharelato são absorvidos na quase totalidade (89.2% e 87.0%, respectivamente) pelo sistema educativo; os diplomados em engenharia repartem-se pelos serviços (27.6%), pela indústria transformadora (25.6%) e pelo ensino (18.5%); o ensino, com 40.3%, e os serviços, com 19.5%, são os sectores que mais empregam os diplomados em ciências.

Estes dados permitem-nos, entre outros, dois tipos de considerações sobre os quais importará reflectir:

- o Ensino e os Serviços, ao serem os responsáveis pela grande maioria do emprego dos diplomados pela UA, ao contrário de outros sectores mais ligados à Produção, à Investigação e Desenvolvimento, contrariam de certa forma as dinâmicas internas que apontam para a supremacia das Engenharias e das Ciências em relação ao Ensino;
- a situação dos licenciados em Engenharia e particularmente em Ciências apresenta algumas distorções com consequências negativas, quer para o Sistema Produtivo, que não beneficia desta mão-de-obra altamente qualificada, quer para os sujeitos que não vêem materializadas as suas aspirações, sendo obrigados a trabalhar em áreas não desejadas e para as quais provavelmente não estarão preparados, quer ainda para o Sistema Educativo (e esta será, porventura, a situação mais grave) uma vez integrados neste sem a devida preparação de natureza didáctico-pedagógica.

Quadro 14. — Actividades económicas a que estão ligados os diplomados por área de formação (em %)

Actividade	Área de formação				S/R	TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências		
Agricultura, Silvicult. Caça e Pesca	0.0	0.0	0.6	0.7	0.0	0.4
Indústrias Extractivas	0.0	0.0	0.3	0.0	0.0	0.1
Indústrias Transformadoras	0.0	0.4	25.6	5.4	0.0	10.8
Electricidade, Gás e Água	0.0	0.4	0.6	0.0	0.0	0.4
Construção e Obras Públicas	0.0	0.0	1.6	0.0	0.0	0.6
Comércio, Restaurantes e Hotéis	1.4	0.0	1.0	2.0	4.8	1.0
Transp., Armaz. e Comunicações	0.0	0.0	7.5	0.0	0.0	2.8
Banca, Seguros e Intermediários	0.0	0.0	0.3	0.7	4.8	0.4
Serviços	10.1	1.9	27.6	19.5	19.0	15.9
Ensino	87.0	89.2	18.5	40.3	19.0	51.6
Investigação e Desenvolvimento	1.4	0.4	3.6	3.4	19.0	2.7
S/R	0.0	7.8	12.7	28.2	33.3	13.4
Total (N)	69	269	308	149	21	816

No seguimento do que referimos no início deste ponto, procura-se aqui saber em que tipo de empresa ou organismo trabalham os diplomados em análise. Como pode ver-se no gráfico 15, o Estado, particularmente o Ministério da Educação, apresenta-se como o grande empregador dos diplomados pela UA. Sobre este aspecto importa ainda chamar a atenção para o número significativo (25.7%) atingido no desempenho de actividades profissionais em empresas privadas e para o facto de a própria UA, com 8.7%, ser uma empregadora, com significado, dos seus diplomados.

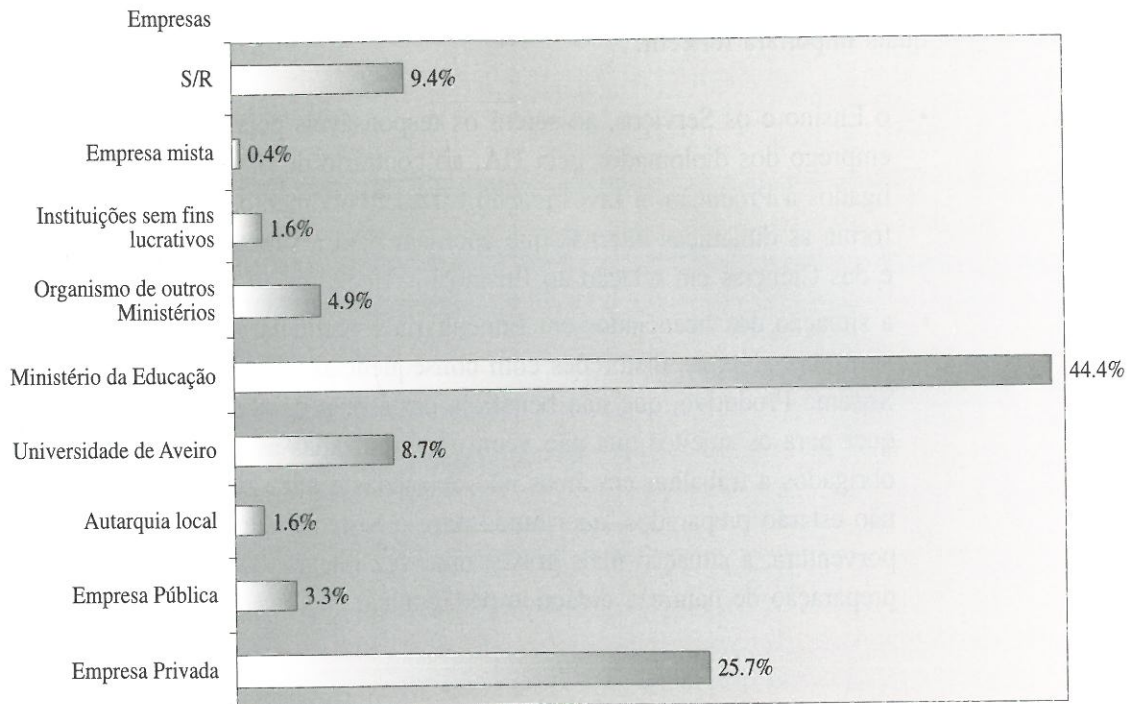


Gráfico 15. — Empresas onde são desempenhadas as actividades (N = 816)

Quadro 15. — Empresas onde são desempenhadas as actividades segundo a área de formação (em %)

Empresa	Área de formação				S/R	TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências		
Empresa Privada	21.7	2.6	52.3	16.8	9.5	25.7
Empresa Pública	0.0	1.1	6.5	2.7	0.0	3.3
Autarquia local	0.0	0.0	1.9	4.0	4.8	1.6
Universidade de Aveiro	1.4	2.2	13.3	15.4	0.0	8.7
Ministério da Educação	53.6	91.4	9.7	28.9	28.6	44.4
Organismo de outros Ministérios	20.3	0.4	4.5	6.0	9.5	4.9
Instituições sem fins lucrativos	2.9	0.0	1.9	2.7	4.8	1.6
Empresa mista	0.0	0.0	1.0	0.0	0.0	0.4
S/R	0.0	2.2	8.8	23.5	42.9	9.4
Total (N)	69	269	308	149	21	816

Esta incidência varia, assim, em função da área de obtenção do diploma, de acordo com os dados do Quadro 15:

- os diplomados em Ensino estão ligados em 91.4% dos casos ao Ministério da Educação;
- os diplomados com um Bacharelato distribuem-se pelo Ministério da Educação (53.6%), por Empresas Privadas (21.7%) e por outros Ministérios (20.3%);

- os diplomados em Engenharia na maioria dos casos desempenham as suas actividades em Empresas Privadas (52.0%), na UA (13.3%) e no Ministério da Educação (9.7%);
- os diplomados em Ciências apresentam o quadro mais disperso distribuindo-se pelo Ministério da Educação (28.9%), por Empresas Privadas (16.8%) e pela UA (15.4%).

Considerando o ano em que o diploma foi obtido, não é possível estabelecer correlações com algum significado, de acordo com os dados do Quadro 16.

Quadro 16. — Empresas onde são desempenhadas as actividades segundo o ano de conclusão do curso (em %)

<i>Empresa</i>	<i>Ano</i>						<i>S/r</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Antes 1990/91</i>	<i>1990/91</i>	<i>1991/92</i>	<i>1992/93</i>	<i>1993/94</i>	<i>1994/95</i>		
Empresa Privada	25.8	18.9	19.6	27.4	24.2	39.1	0.0	25.7
Empresa Pública	5.6	0.9	3.3	2.8	0.8	4.5	0.0	3.3
Autarquia local	1.7	1.8	1.1	0.9	1.6	0.8	11.8	1.6
Universidade de Aveiro	12.9	9.9	6.5	4.7	8.9	6.0	0.0	8.7
Ministério da Educação	40.8	53.2	57.6	46.2	43.5	39.1	0.0	44.4
Org. de outros Ministérios	5.2	6.3	3.3	8.5	4.0	1.5	11.8	4.9
Inst. sem fins lucrativos	0.9	0.9	3.3	1.9	2.4	1.5	0.0	1.6
Empresa mista	0.4	0.0	0.0	0.0	0.8	0.8	0.0	0.4
S/R	6.9	8.1	5.4	7.5	13.7	6.8	76.5	9.4
Total	233	111	92	106	124	133	17	816

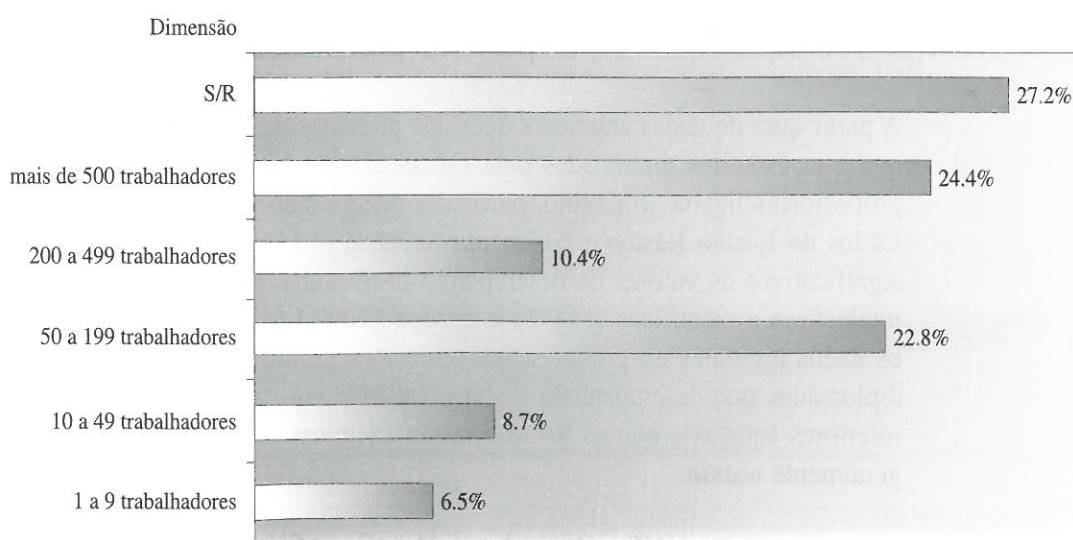


Gráfico 16. — Dimensão das empresas (N = 816)

Por último e de acordo com os dados do Gráfico 16, as Grandes Empresas, com 24.4%, e as PME, com um número de trabalhadores entre os 50 e os 199, com 22.8%, são as grandes responsáveis pela criação de emprego para este tipo de oferta. No primeiro caso estarão as Grandes Empresas e a própria UA; no segundo caso, as empresas serão, de forma dominante, Escolas do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário. As PME de pequena dimensão e as micro-empresas, com 8.7% e 6.5%, respectivamente, não se apresentam propícias à absorção desta mão-de-obra.

Existem, pois, variações de acordo com a área de formação: os diplomados em Engenharia e em Ciências estão mais ligados às Grandes Empresas; os diplomados em Ensino às Médias Empresas (com um número de trabalhadores entre os 50 e os 199); e os diplomados com um Bacharelato aparecem associados às Pequenas Empresas (cf. Quadro 17).

Quadro 17. — Dimensão das empresas por área de formação (em %)

Dimensão da empresa	Área de formação				S/R	TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências		
1 a 9 trabalhadores	26.1	0.0	8.8	5.4	0.0	6.5
10 a 49 trabalhadores	23.2	4.5	9.7	7.4	9.5	8.7
50 a 199 trabalhadores	13.0	33.5	19.8	14.8	19.0	22.8
200 a 499 trabalhadores	2.9	7.8	14.6	10.7	4.8	10.4
mais de 500 trabalhadores	14.5	20.4	31.8	22.8	9.5	24.4
S/R	20.3	33.8	15.3	38.9	57.1	27.2
Total (N)	69	269	308	149	21	816

4.3.3. Situação dos diplomados e perspectivas profissionais

A partir quer de dados anteriores quer dos presentes no gráfico 17, pode referir-se que a maioria dos diplomados pela UA desenvolve as suas actividades profissionais ligada ao Ensino, particularmente como professores dos 2.ª e 3.ª Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário (44.4%). São ainda significativos os valores de desempenho profissional no âmbito das profissões intelectuais e científicas (13.0%) e de direcção (11.8%). Ainda, e de acordo com os dados presentes no gráfico antes referido, é significativo (8.4%) o número de diplomados que desempenham a sua actividade em categorias profissionais inferiores àquelas a que as habilitações académicas de nível superior dão geralmente acesso.

Esta distribuição, conforme pode observar-se no quadro 18, é bastante variável por área de formação, quanto aos seguintes aspectos:

- os diplomados com uma Licenciatura em Ensino são professores em 98.3% dos casos, especialmente no EB e no ES (92.9%);

- os diplomados com um Bacharelato são igualmente professores na quase totalidade (91.9%), com destaque para o 1.º Ciclo do EB e Educação de Infância (75.0%);
- os diplomados em Engenharia são os que mais desempenham a sua actividade como dirigentes do sector público e privado e em profissões intelectuais e científicas (28.0% e 25.1%, respectivamente). São também os diplomados nesta área que mais desempenham funções como técnicos intermédios (16.5%), isto é, profissões para as quais não são habitualmente necessárias habilitações de nível universitário;
- os diplomados na área das Ciências repartem as suas actividades profissionais pela docência (57.1%), com destaque para o 3.º Ciclo do EB e ES (40.4%) e pelas profissões intelectuais e científicas (21.2%). É significativo também entre estes diplomados o desempenho de actividades enquanto técnicos de nível intermédio (10.1%).

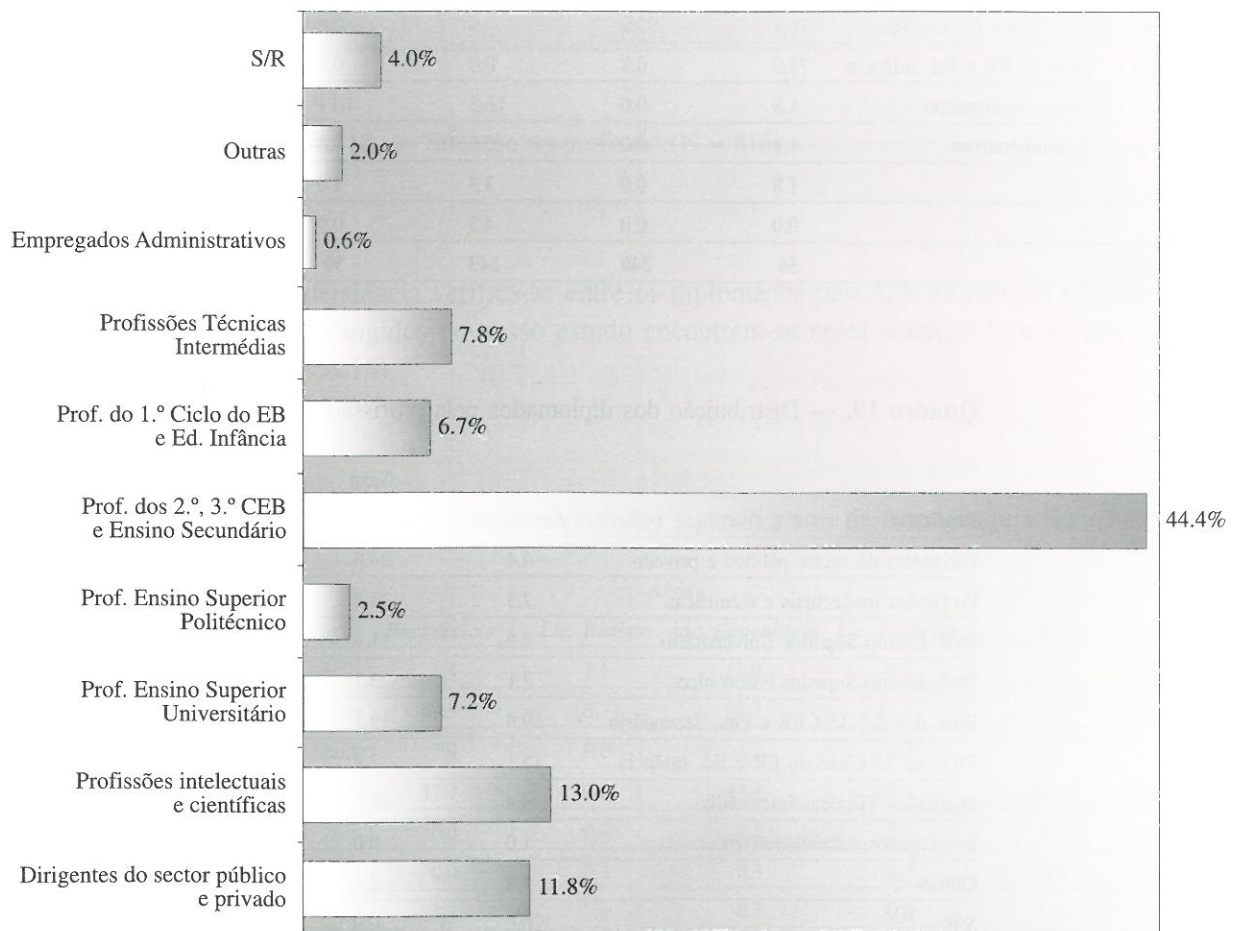


Gráfico 17. — Distribuição dos diplomados pelas profissões (N = 653)

A dicotomia histórica existente no desempenho de actividades profissionais segundo o sexo, é ainda evidente entre os diplomados pela UA no espaço

temporal deste estudo. Esta afirmação é sustentada pelos dados do Quadro 19 segundo os quais os diplomados do sexo feminino são docentes do EB e do ES em 74.1% dos casos, por oposição aos 21.9% do sexo masculino. Por sua vez os diplomados do sexo masculino desempenham profissões de direcção, intelectuais e científicas e ainda as ligadas à docência do Ensino Superior em 61.5% dos casos. Estes valores descem para 18.7% entre os diplomados do sexo feminino.

Quadro 18. — Distribuição dos diplomados pela profissão segundo a área de formação (em %)

Profissão	Área de formação				S/R	TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências		
Dirig. do sector público e privado	3.6	0.4	28.0	6.1	0.0	11.8
Profissões intelectuais e científicas	0.0	1.3	25.1	21.2	0.0	13.0
Prof. Ensino Superior Universitário	0.0	2.5	11.1	14.1	0.0	7.2
Prof. Ensino Superior Politécnico	0.0	2.1	3.3	3.0	0.0	2.5
Prof. dos 2.º, 3.º CEB e Ensino Sec.	16.1	92.9	7.4	40.4	0.0	44.4
Prof. do 1.º Ciclo do EB e Ed. Infância	75.0	0.8	0.0	0.0	0.0	6.7
Profissões Técnicas Intermédias	1.8	0.0	16.5	10.1	0.0	7.8
Empregados Administrativos	1.8	0.0	0.8	1.0	0.0	0.6
Outras	1.8	0.0	3.3	4.0	0.0	2.0
S/R	0.0	0.0	4.5	0.0	100.0	4.0
Total (N)	56	240	243	99	15	653

Quadro 19. — Distribuição dos diplomados pela profissão segundo o sexo (em %)

Profissão	Sexo		S/R	TOTAL
	Feminino	Masculino		
Dirigentes do sector público e privado	4.4	24.0	4.5	11.8
Profissões intelectuais e científicas	7.3	22.4	13.6	13.0
Prof. Ensino Superior Universitário	4.9	11.4	4.5	7.2
Prof. Ensino Superior Politécnico	2.1	3.7	0.0	2.5
Prof. dos 2.º, 3.º CEB e Ens. Secundário	59.0	19.1	27.3	44.4
Prof. do 1.º Ciclo do EB e Ed. Infância	15.1	2.8	18.2	6.7
Profissões Técnicas Intermédias	4.4	14.2	9.1	7.8
Empregados Administrativos	1.0	0.0	0.0	0.6
Outras	1.8	2.4	0.0	2.0
S/R	0.0	0.0	22.7	4.0
Total (N)	385	246	22	653

Importa agora analisar o nível de estabilidade dos diplomados no sistema de emprego. Esta problemática remete-nos para a questão da flexibilidade no desempenho das actividades profissionais e, sobretudo, para a assunção de novos tipos de relações contratuais entre o capital e o trabalho. Como exemplo deste

último caso, sobressai quer o trabalho a termo certo em que a relação contratual é débil e temporariamente delimitada, quer o trabalho independente em que a relação contratual se limita à produção de um ou de um conjunto limitado de bens ou à prestação de tarefas e/ou funções. Neste caso, o pagamento é unitário e a relação contratual tende a terminar com a sua efectivação (Martins, 1997; CCE, 1993; Handy, 1994; Naisbitt, 1988).

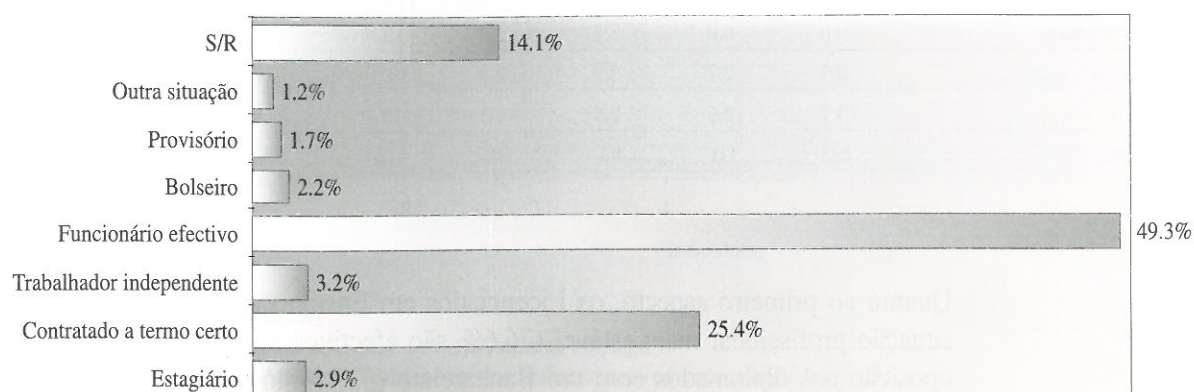


Gráfico 18. — Situação na profissão (N = 816)

Esta tendência verifica-se entre os diplomados pela UA na medida em que 30.3% dos abrangidos no nosso estudo encontram-se nesta situação face ao emprego (cf. Gráfico 18).

Quadro 20. — Situação na profissão segundo a área de formação (em %)

Situação na profissão	Área				S/R	TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências		
Estagiário	1.4	1.1	1.9	8.7	4.8	2.9
Contratado a termo certo	49.3	16.7	22.7	31.5	52.4	25.4
Trabalhador independente	2.9	0.0	4.2	6.7	4.8	3.2
Funcionário efectivo	37.7	76.6	43.8	18.1	38.1	49.3
Bolseiro	0.0	0.0	4.5	2.7	0.0	2.2
Provisório	0.0	3.3	0.3	2.7	0.0	1.7
Outra situação	8.7	1.1	0.3	0.0	0.0	1.2
S/R	0.0	1.1	22.1	29.5	0.0	14.1
Total (N)	69	269	308	149	21	816

Os valores antes referidos variam em função da área de formação (cf. Quadro 20) e do ano de obtenção do diploma (cf. Quadro 21).

Quadro 21. — Situação na profissão segundo o ano de obtenção do diploma (em %)

<i>Situação na profissão</i>	<i>Ano</i>						<i>S/r</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Antes 1990/91</i>	<i>1990/91</i>	<i>1991/92</i>	<i>1992/93</i>	<i>1993/94</i>	<i>1994/95</i>		
Estagiário	0.4	3.6	5.4	2.8	2.4	6.0	0.0	2.9
Contratado a termo certo	11.6	19.8	19.6	36.8	33.9	40.6	29.4	25.4
Trabalhador independente		1.8	2.2	6.6	5.6	5.3	5.9	3.2
Funcionário efectivo	71.2	56.8	60.9	35.8	33.9	25.6	17.6	49.3
Bolseiro	1.7	2.7	3.3	0.9	2.4	3.0	0.0	2.2
Provisório	0.0	0.0	1.1	2.8	2.4	5.3	0.0	1.7
Outra situação	0.9	2.7	0.0	2.8	0.0	0.8	5.9	1.2
S/R	14.2	12.6	7.6	11.3	19.4	13.5	41.2	14.1
Total (N)	233	111	92	106	124	133	17	816

Quanto ao primeiro aspecto, os Licenciados em Ensino são os que detêm a situação profissional mais estável (76.6% são efectivos nos seus empregos), por oposição aos diplomados com um Bacharelato (52.1% dos quais tem relações contratuais precárias) e aos diplomados na área das Ciências, aqueles que apresentam um quadro mais negativo. Destes, só 18.1% dos casos possuem relações contratuais estáveis.

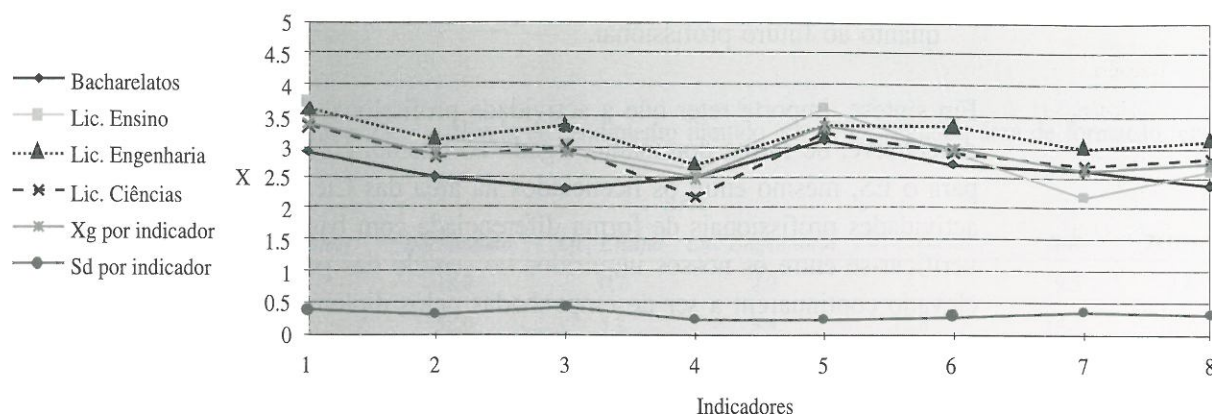
No segundo caso, existe uma relação directa entre o ano de obtenção do diploma e os níveis de estabilidade no emprego: a tendência é a do aumento da instabilidade em anos mais recentes, especialmente a partir do ano lectivo 1992/93 (cf. Quadro 21). A variável sexo não interfere, de forma significativa, nos níveis de instabilidade no emprego (cf. Quadro 22).

Quadro 22. — Situação na profissão segundo o sexo (em %)

<i>Situação na profissão</i>	<i>Sexo</i>		<i>S/R</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>		
Estagiário	2.2	4.0	4.5	2.9
Contratado a termo certo	26.1	23.8	31.8	25.4
Trabalhador independente	2.6	4.3	0.0	3.2
Funcionário efectivo	51.1	47.2	36.4	49.3
Bolseiro	1.8	3.0	0.0	2.2
Provisório	2.4	0.7	0.0	1.7
Outra situação	1.4	0.7	4.5	1.2
S/R	12.2	16.5	22.7	14.1
Total (N)	491	303	22	816

O último aspecto tratado neste ponto pretende medir, com base nas opiniões dos diplomados, o seu grau de satisfação, o seu reconhecimento social, a sua

mobilidade social e, ainda, as suas perspectivas em termos de futuro, do ponto de vista profissional e social.



Indicadores

1. Satisfação com a situação face ao emprego
2. Articulação entre o diploma realizado e os proventos recebidos
3. Reconhecimento social pelo facto de ser licenciado
4. Reconhecimento social pelo facto de ser licenciado pela UA
5. A sua situação geral melhorou relativamente aos seus pais
6. A sua situação no emprego vai melhorar materialmente
7. A sua situação no emprego vai melhorar em estabilidade
8. A sua situação no emprego vai melhorar em estatuto

Gráfico 19. — Nível de satisfação no emprego e perspectivas (N = 653)

Uma análise global aos dados do Gráfico 19 e do Anexo 2.7 permite afirmar que, em termos de média global, a apreciação é ligeiramente positiva (2.9 numa escala de 1 a 5, em que 1 significa o mínimo de valoração e 5 o máximo) e relativamente homogénea, isto é, o nível de dispersão é baixo ($sd = 0.31$). Existem, contudo, alguns aspectos pontuais, quer entre indicadores, quer entre áreas de formação, que importa referir:

- os diplomados na área das Engenharias são os que fazem a apreciação, em termos médios, mais elevada (3.2), ao passo que é entre os diplomados com um Bacharelato que a apreciação geral é a mais baixa (2.6);
- o nível de satisfação no emprego obteve a pontuação mais elevada, entre todos os indicadores (3.4), mostrando-se os Licenciados em Ensino os mais satisfeitos (3.7) e os diplomados com um Bacharelato os menos satisfeitos (2.9);
- os diplomados reconhecem ter existido alguma mobilidade social, aspecto mais evidente entre os Licenciados em Ensino;
- o reconhecimento social da sua condição de diplomado em Estudos Superiores Universitários e ainda o facto desse diploma ter sido obtido na UA apresenta, em ambos os casos, valores bastante modestos (2.9 e 2.5, respectivamente). Os valores mais elevados são atribuídos pelos Licenciados na área das

Engenharias e os mais baixos pelos diplomados com um Bacharelato (neste caso os valores são já negativos);

- as perspectivas dos diplomados relativamente ao emprego não se apresentam muito positivas do ponto de vista material, da estabilidade e do estatuto. No seu conjunto, os Licenciados na área das Engenharias são os mais optimistas quanto ao futuro profissional.

Em síntese, importa reter que a actividade profissional dos diplomados se desenvolve, de forma dominante, ligada ao Ensino, com destaque para o EB e para o ES, mesmo entre os licenciados na área das Ciências. O desempenho de actividades profissionais de forma diferenciada com base no sexo continua a verificar-se entre os nossos inquiridos no sentido das posições de estatuto mais elevado continuarem a ser desempenhadas pelos diplomados do sexo masculino.

Apesar de se tratar de uma população jovem e ainda há pouco tempo empregada, é significativo o grau de instabilidade no emprego, o que poderá traduzir a emergência de um novo tipo de relações contratuais entre o capital e o trabalho.

Por último, importa referir que a opinião que os diplomados têm das suas condições no presente e das suas perspectivas de futuro, sem serem negativas, não as podemos considerar muito optimistas.

4.3.4. Níveis de rendimento dos diplomados em 1996

De acordo com os resultados obtidos no nosso inquérito, os níveis salariais dos diplomados pela UA apresentam-se bastante heterogéneos, quer em termos de média geral, quer quanto à área de formação, ao ano de obtenção do diploma, ao sexo, à profissão e quanto ao tipo de empresa em que desempenham a sua actividade profissional.

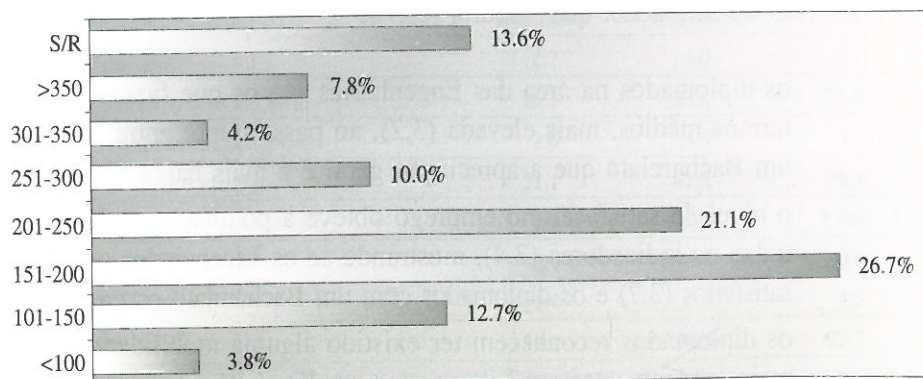


Gráfico 20. — Níveis de rendimento líquido, 1996 (N = 816)

Em termos gerais e de acordo com os dados do Gráfico 20, os valores mais significativos encontram-se nos escalões situados entre os 151 e os 200 mil escudos (26.7%) e entre os 201 e os 250 mil escudos (21.1%). Ainda de acordo com os dados do gráfico antes referido, é significativo (7.8%) o número de diplomados com vencimentos superiores a 350 mil escudos.

Quadro 23. — Níveis de rendimento líquido em 1996, segundo área de formação (em %)

Intervalo (em contos)	Área					S/R	TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências	S/R		
<100	18.8	0.7	2.9	4.7	9.5	3.8	
101-150	58.0	5.2	9.4	12.8	14.3	12.7	
151-200	17.4	33.1	21.4	32.2	14.3	26.7	
201-250	5.8	38.3	11.7	17.4	9.5	21.1	
251-300	0.0	10.0	14.9	4.7	0.0	10.0	
301-350	0.0	0.7	9.4	2.0	0.0	4.2	
>350	0.0	2.2	18.2	1.3	0.0	7.8	
S/R	0.0	9.7	12.0	24.8	52.4	13.6	
Total (N)	69	269	308	149	21	816	

Os licenciados em Engenharia são os que apresentam o níveis salariais mais elevados (18.2% referiram valores acima dos 350 mil escudos). Por oposição, os diplomados com um Bacharelato em situação alguma ultrapassam os 250 mil escudos situando-se na maioria dos casos abaixo dos 150 mil escudos (76.8%). Os licenciados em Ensino e em Ciências apresentam uma situação intermédia relativamente aos casos antes referidos (cf. Quadro 23).

Quadro 24. — Níveis de rendimento líquido em 1996, segundo o ano de formação (em %)

Intervalo (em contos)	Ano						S/r	TOTAL
	Antes 1990/91	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95		
<100	0.9	3.6	5.4	6.6	3.2	6.8	0.0	3.8
101-150	2.6	17.1	15.4	13.2	22.6	17.3	0.0	12.7
151-200	12.4	19.8	23.9	35.8	36.3	45.1	11.8	26.7
201-250	24.5	33.3	25.0	20.8	13.7	9.0	23.5	21.1
251-300	19.3	7.2	6.5	9.4	4.8	5.3	0.0	10.0
301-350	9.4	2.7	2.2	0.9	1.6	2.3	5.9	4.2
>350	19.3	7.2	4.3	1.9	2.4	1.5	0.0	7.8
S/R	11.6	9.0	17.4	11.3	15.3	12.8	58.8	13.6
Total (N)	233	111	92	106	124	133	17	816

Quanto à relação entre o ano de obtenção do diploma e os vencimentos, os mais elevados encontram-se, como seria de esperar, entre os diplomados antes do ano lectivo de 1990/91 e os mais baixos no ano lectivo de 1994/95 (cf. Quadro 24). Por sua vez, os diplomados do sexo masculino auferem rendimentos consideravelmente mais elevados do que os diplomados do sexo feminino. Com efeito, enquanto os primeiros auferem rendimentos superiores a 301 mil escudos em 26.0% dos casos, entre os segundos esse valor só é ultrapassado por 2.9% das inquiridas (cf. Quadro 25).

Quadro 25. — Níveis de rendimento ilíquido em 1996, segundo o sexo (em %)

<i>Intervalo (em contos)</i>	<i>Sexo</i>		<i>S/R</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>		
<100	5.0	2.2	0.0	3.8
101-150	15.4	9.5	0.0	12.7
151-200	30.9	20.6	21.1	26.7
201-250	25.1	14.9	21.1	21.1
251-300	7.5	13.7	15.8	10.0
301-350	1.7	7.9	5.3	4.2
>350	1.2	18.1	5.3	7.8
<i>S/R</i>	13.3	13.0	31.6	13.6
Total (N)	482	315	19	816

Quadro 26. — Níveis de rendimento ilíquido em 1996, segundo a profissão (em %)

<i>Intervalo (em contos)</i>	<i>Profissão</i>										<i>TOTAL</i>
	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>	<i>G</i>	<i>H</i>	<i>I</i>	<i>J</i>	
<100	0.0	0.0	4.3	0.0	0.7	31.8	3.9	75.0	15.4	3.2	3.8
101-150	10.4	14.1	2.1	0.0	7.2	54.5	15.7	0.0	7.7	15.3	12.7
151-200	16.9	24.7	8.5	18.8	41.4	13.6	25.5	0.0	23.1	18.5	26.7
201-250	11.7	15.3	14.9	37.5	39.0	0.0	15.7	25.0	30.8	5.8	21.1
251-300	10.4	12.9	34.0	12.5	8.6	0.0	21.6	0.0	7.7	4.2	10.0
301-350	10.4	8.2	12.8	0.0	0.3	0.0	5.9	0.0	7.7	4.2	4.2
>350	31.2	16.5	14.9	12.5	1.4	0.0	11.8	0.0	0.0	3.7	7.8
<i>S/R</i>	9.1	8.2	8.5	18.8	1.4	0.0	0.0	0.0	7.7	45.0	13.6
Total (N)	77	85	47	16	290	44	51	4	13	189	816

Legenda — Profissão

- A — Dirigentes do sector público e privado
- B — Profissões intelectuais e científicas
- C — Prof. Ensino Superior Universitário
- D — Prof. Ensino Superior Politécnico
- E — Prof. dos 2.º, 3.º Ciclo EB e Ensino Secundário
- F — Prof. do 1.º Ciclo do EB e Ed. Infância
- G — Profissões Técnicas Intermédias
- H — Empregados Administrativos
- I — Outras
- J — S/R

No que respeita à relação entre profissão e níveis de rendimento, estes são mais elevados entre os dirigentes do sector público e privado, nas profissões intelectuais e científicas e entre os professores do ensino superior universitário e politécnico, e por esta ordem. Os níveis salariais mais baixos encontram-se entre os professores do 1.º Ciclo do EB e educadores de infância (cf. Quadro 26).

Por último, os níveis salariais mais elevados encontram-se entre os diplomados que desempenham as suas actividades em empresas públicas e privadas, em autarquias locais e na própria UA (cf. Quadro 27).

Quadro 27. — Níveis de rendimento ilíquido em 1996, segundo a empresa em que desempenham funções (em %)

<i>Intervalo (em contos)</i>	<i>Tipo de empresa</i>									<i>TOTAL</i>
	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>	<i>G</i>	<i>H</i>	<i>I</i>	
<100	6.2	0.0	7.7	2.8	1.9	10.0	7.7	0.0	3.9	3.8
101-150	14.8	7.4	23.1	8.5	13.3	20.0	7.7	0.0	6.5	12.7
151-200	20.5	22.2	30.8	22.5	32.9	15.0	30.8	0.0	26.0	26.7
201-250	11.9	3.7	15.4	18.3	30.4	22.5	7.7	66.7	11.7	21.1
251-300	10.5	25.9	7.7	16.9	8.3	10.0	15.4	0.0	5.2	10.0
301-350	8.6	7.4	0.0	8.5	0.3	7.5	7.7	33.3	2.6	4.2
>350	19.0	25.9	15.4	9.9	0.8	2.5	7.7	0.0	3.9	7.8
S/R	8.6	7.4	0.0	12.7	12.2	12.5	15.4	0.0	40.3	13.6
Total (N)	210	27	13	71	362	40	13	3	77	816

Tipo de empresa
 A — Empresa Privada
 B — Empresa Pública
 C — Autarquia local
 D — Universidade de Aveiro
 E — Ministério da Educação
 F — Organismo de outros Ministérios
 G — Instituições sem fins lucrativos
 H — Empresa mista
 I — S/R

Em síntese, pode dizer-se que existe uma grande dispersão nos vencimentos dos diplomados inquiridos, a qual pode ser explicada, como vimos, com base no ano de obtenção do diploma, na área de formação, no sexo, na profissão e na natureza da empresa a que estão ligados profissionalmente os diplomados.

4.4. Os diplomados e a Universidade de Aveiro

Na sequência da análise que temos vindo a fazer, pretende-se aqui analisar, num primeiro momento, a opinião que os diplomados têm da UA quanto à formação aí recebida, a adequação desta ao desempenho das actividades profissionais e a interferência da formação e da Universidade na sua entrada no sistema de emprego; num segundo momento, procura-se quantificar as relações que os diplomados mantêm com a UA, qual a sua natureza e, ainda, quem foi responsável por esse processo.

4.4.1. A formação recebida na UA e a passagem à vida activa

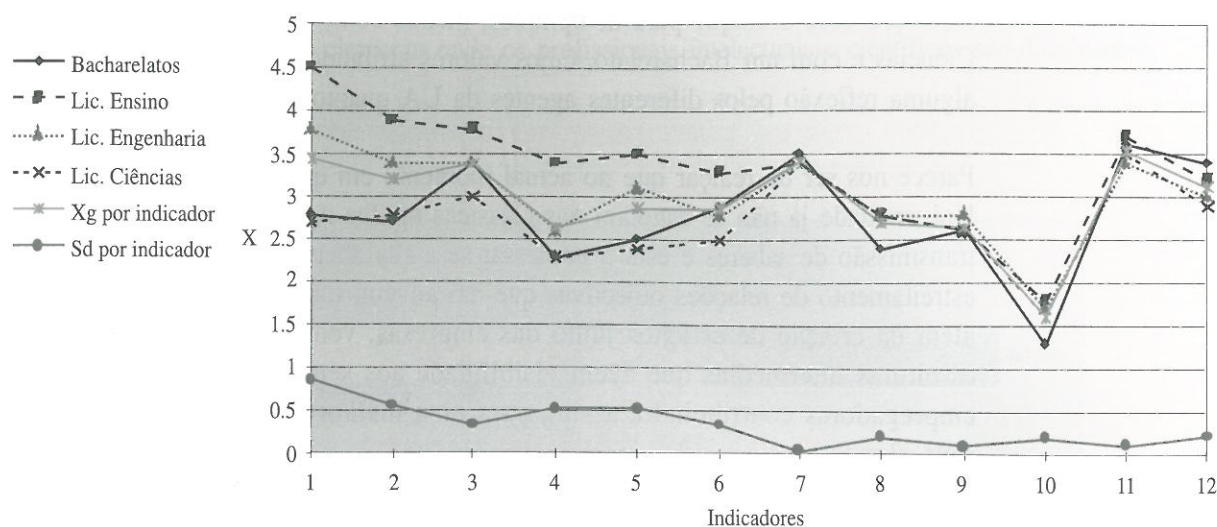
Da análise do Gráfico 21 e do Anexo 3.1 pode verificar-se alguma heterogeneidade nas opiniões dos diplomados segundo os indicadores e as áreas de formação. Para facilitar a análise, os indicadores serão agrupados em quatro níveis segundo a sua natureza:

- a) formação recebida na UA e inserção no sistema de emprego;
- b) níveis de realização das componentes teórica e prática e da sua articulação;
- c) formação e desempenho das actividades profissionais;
- d) interferência directa da UA na inserção no sistema de emprego.

Quanto ao primeiro aspecto, e de acordo com os indicadores 1 a 5, pode considerar-se que a relação entre a aprendizagem feita na UA e o emprego apresenta, em termos médios, valores positivos (estes variam entre 2.7 e 3.5 numa escala de 1 a 5, em que 1 significa o mínimo e 5 o máximo).

Existe, contudo, alguma dispersão (o sd varia entre os 0.33 e os 0.86) nas opiniões segundo a área de formação, apresentando os diplomados com uma Licenciatura em Ensino os valores mais elevados (estes variam entre os 3.4 e os 4.5). Por oposição, os diplomados com uma Licenciatura em Ciências e com um Bacharelato são os que têm opiniões mais negativas (os valores variam entre os 2.3, já negativo, e os 3.4). Os diplomados em Engenharia apresentam valores intermédios relativamente às áreas antes referidas (aqui os valores variam entre os 2.6 e os 3.8).

No que respeita à opinião dos diplomados sobre os níveis de realização dos saberes teóricos e práticos e da forma como se articulam, pode dizer-se que os valores são razoavelmente positivos (3.4), quanto ao desenvolvimento da componente teórica e bastante homogéneos ($sd=0.05$). Quanto à componente prática e quanto à articulação desta com a componente teórica, obtiveram-se valores médios de 2.7 (ligeiramente positivos) e também homogéneos ($sd=0.2$ e 0.1 , respectivamente). Os diplomados com um Bacharelato foram os únicos que atribuíram valores negativos (2.4) ao desenvolvimento da componente prática.



Indicadores

1. A facilidade de arranjar emprego deveu-se ao curso realizado
2. A aprendizagem que fez na UA facilitou o encontrar emprego
3. A aprendizagem que fez na UA facilitou a sua integração e consolidação no emprego
4. A UA interferiu, de alguma forma, na sua situação face ao emprego
5. A realização do curso na UA facilitou a empregabilidade
6. A aprendizagem feita na Universidade de Aveiro está articulada com a via activa
7. As componentes teóricas são bastante desenvolvidas
8. As componentes práticas são bastante desenvolvidas
9. Existe uma boa articulação entre a prática e a teoria
10. Para arranjar o primeiro emprego houve interferência de algum órgão da UA.
11. A formação adquirida na UA permitiu-lhe cumprir as tarefas que lhe foram atribuídas
12. A formação adquirida na UA permitiu-lhe introduzir alterações inovadoras no desempenho das suas actividades

X = média ponderada numa escala de 1 a 5, em que 1 significa o mínimo e 5 o máximo

Gráfico 21. — Avaliação da Universidade de Aveiro (N = 835)

Por sua vez, os indicadores referentes à: *aprendizagem feita na UA está articulada com a via activa; formação adquirida na UA permitiu-lhe cumprir as tarefas que lhe foram atribuídas; formação adquirida na UA permitiu-lhe introduzir alterações inovadoras no desempenho das suas actividades*, obtiveram todos valores positivos (2.9, 3.9 e 3.1, respectivamente) e também bastante homogéneos (o sd foi 0.33, 0.13 e 0.22, pela mesma ordem). A apreciação mais positiva foi feita pelos diplomados em Ensino e a mais negativa pelos diplomados em Ciências.

Por último, a interferência directa da UA ou de algum dos seus órgãos na inserção no sistema de emprego apresenta valores bastante negativos em todas as áreas de formação, o que mostra, claramente, não ser uma área de intervenção da UA.

Em síntese, pode dizer-se que a apreciação global à maioria dos indicadores feita pelos diplomados, sem ser negativa, não apresenta valores que permitam à UA e aos seus agentes ficarem tranquilos quanto aos níveis de realização. Verifica-se,

mesmo assim, existir alguma diferenciação nas opiniões segundo a área de formação com destaque para as opiniões, menos boas, dos diplomados em Ciências e com um Bacharelato, cujos valores atribuídos devem ser objecto de alguma reflexão pelos diferentes agentes da UA quanto às suas práticas.

Parece-nos ser de realçar que no actual momento em que as funções da Universidade já não se esgotam nas clássicas tarefas de investigação e transmissão de saberes e está a processar-se a sua abertura à sociedade, com o estreitamento de relações objectivas que daí advém, torna-se imperioso que, para além da criação de estágios junto das empresas, venha igualmente a criar-se estruturas intermédias que dêem visibilidade aos seus diplomados junto dos empregadores contribuindo, assim, para uma melhor empregabilidade dos seus alunos.

4.4.2. Ligação dos diplomados à Universidade de Aveiro

Do total dos inquiridos com actividade profissional, 32.6% mantêm com a UA algum tipo de relação no âmbito da sua ocupação actual (cf. Gráfico 22). Os valores que traduzem esta relação são superiores à média entre os licenciados na área das Engenharias, sensivelmente igual entre os diplomados em Ciências e inferiores entre os diplomados em Ensino (cf Anexo 3.2). Por sua vez, a UA e as empresas sem fins lucrativos (particularmente a primeira, como é natural), são aquelas em que os valores são superiores à média enquanto que os valores mais baixos encontram-se entre os diplomados que desenvolvem a sua actividade em empresas privadas. Mesmo nestas os valores assumem algum significado (25.2%), o que não deixa de ser significativo dada a clássica separação entre o Sistema Educativo e o Sistema Empresarial (cf. Anexo 3.3). Quanto aos valores desta relação segundo o ano de obtenção do diploma, não se verificam tendências com significado digno de realce (cf. Anexo 3.4).

Quanto à natureza que dá forma às relações dos diplomados com a UA, predominam com 36.0% os processos formativos quer ao nível de pós-graduações (27.4%) quer ao nível de acções de formação (8.6%). O fornecimento de serviços ou documentos assume igualmente um peso elevado (28.6%), enquanto que os processos de investigação, com 14.3%, as relações contratuais como funcionários (9.0%) e a consultoria técnica assumem as posições com menor peso (cf. Gráfico 23).

Relativamente à classe docente, os professores dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, com 24.8%, os professores do Ensino Superior Universitário, com 13.5%, e os profissionais ligados às Áreas Intelectuais e Científicas, com 13.2%, são os grupos profissionais que mais relações profissionais mantêm com a sua universidade de origem (cf. Anexo 3.5). Ainda de acordo com os dados do anexo antes referido, os primeiros estão presentes de forma dominante nas acções de formação, como utilizadores de documentos e na rubrica *consultoria técnica*. Por sua vez os professores do Ensino Superior

Universitário mantêm relações com a Universidade ou na condição de professores ou na condição de alunos de pós-graduações. Neste caso, os projectos de investigação são o elemento onde os profissionais intelectuais e científicos são dominantes.

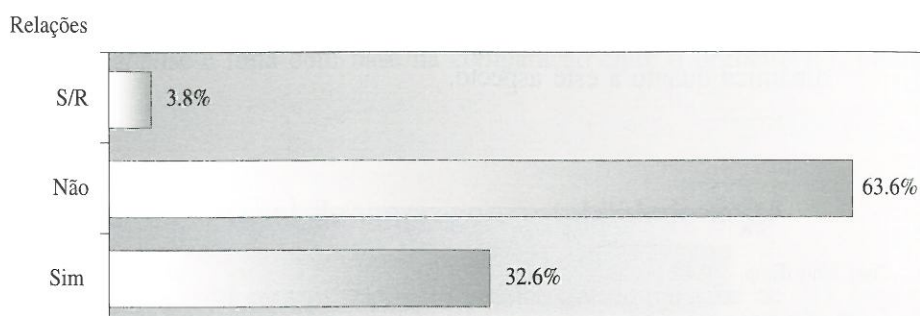


Gráfico 22. — Relações com a UA no âmbito das actividades profissionais (N = 816)

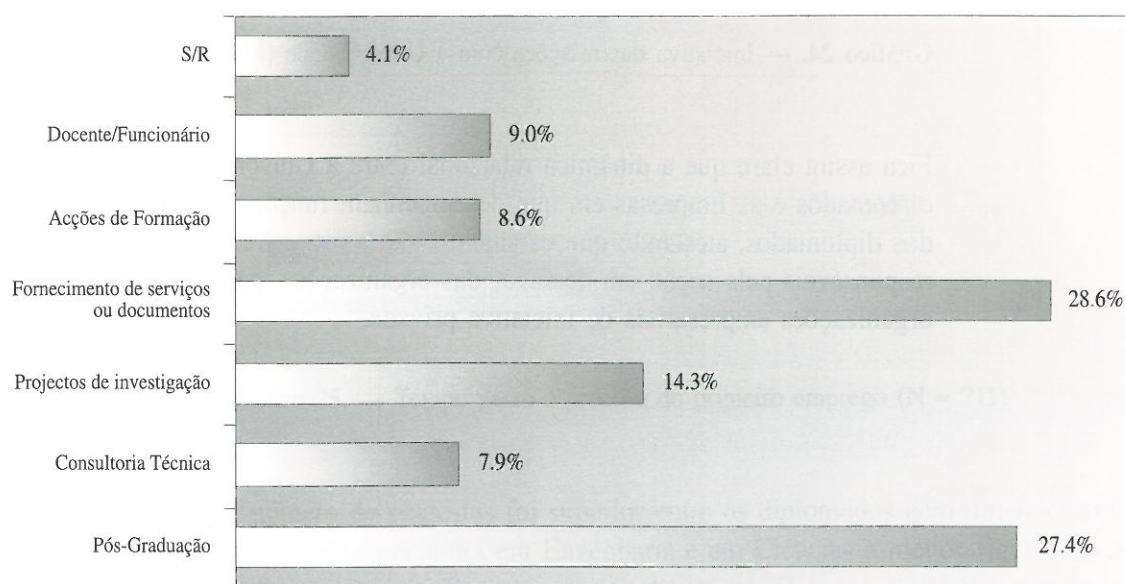


Gráfico 23. — Natureza das relações com a Universidade de Aveiro (N = 266)

Quanto à relação dos diplomados com a UA, atendendo às empresas onde desempenham a sua actividade profissional e à natureza dos conteúdos, pode dizer-se o seguinte: os diplomados ligados a empresas privadas dedicam-se maioritariamente à consultoria técnica, a projectos de investigação e à utilização de serviços e/ou documentos; os diplomados da UA ou são professores ou realizam pós-graduações; os diplomados empregados no ME frequentam a Universidade em acções de formação e na utilização de serviços e/ou documentos (cf. Anexo 3.6).

Procurando agora saber-se de quem foi a iniciativa pela relação dos diplomados com a Universidade, observando o Gráfico 24 constata-se que os diplomados, individualmente, com 53.4%, e de forma conjunta com a Universidade (10.1%) foram os grandes responsáveis pela aproximação e desenvolvimento das relações. Importa referir que a intervenção das Empresas de forma isolada ou em conjunto com os seus activos ou com a própria Universidade assume valores residuais. A UA, ao ter sido responsável por 15.4% das iniciativas, apresenta já alguma dinâmica quanto a este aspecto.

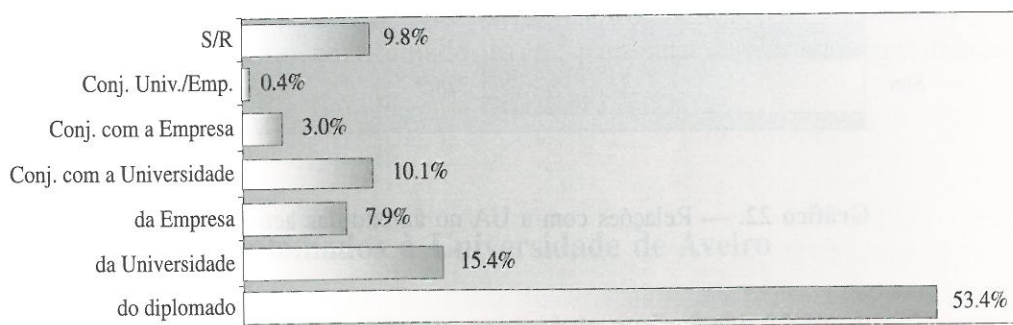


Gráfico 24. — Iniciativa das relações com a Universidade (N = 266)

Fica assim claro que a dinâmica relacional entre a Universidade, os seus diplomados e as Empresas em que desempenham funções é mais da iniciativa dos diplomados, atestando que os sujeitos são a este nível os grandes responsáveis pela acção em desfavor das organizações, particularmente das organizações empresariais de iniciativa privada.

4.5. Trajectórias profissionais após a obtenção do diploma

Neste último ponto, analisa-se, por um lado, o processo de entrada no sistema de emprego e a estabilidade neste e, por outro, procura-se conhecer a mobilidade entre as empresas e os sectores de actividade e, ainda, a evolução salarial. Esta análise é feita com base na comparação entre o primeiro e o último emprego.

4.5.1. Entrada no sistema de emprego e estabilidade neste

De acordo com os dados do Gráfico 25, de um total de 211 inquiridos (cuja resposta se apresentaram mensuráveis) a maioria (75.8%) gastou menos de 12 meses à procura do seu primeiro emprego. Mesmo assim 16.2% dos diplomados procurou emprego entre 1 a 2 anos e 8.4% acima deste intervalo de tempo.

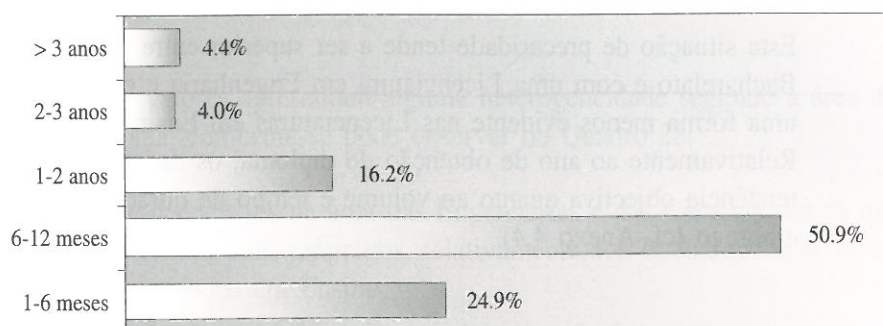


Gráfico 25. — Tempo gasto à procura do primeiro emprego (N = 211)

O número de respostas foi superior entre os diplomados com um Bacharelato, com uma Licenciatura em Engenharia e em Ciências e menos significativo entre os licenciados em Ensino o que traduz, como já antes se referiu, a maior dificuldade de arranjar emprego nos primeiros relativamente aos últimos (cf. Anexo 4.1). Quanto ao tempo gasto pelos que responderam à questão, os valores não variam de forma substancial entre as quatro áreas de formação, o mesmo acontecendo relativamente ao ano de obtenção do diploma, isto é, o tempo gasto até à obtenção do primeiro emprego não apresentou nenhuma tendência com significado quanto aos grupos estudados (cf. Anexo 4.2).

Note-se, no entanto, que a situação no emprego iniciou-se de forma precária já que cerca de 52.0% referiu essa precaridade que se manteve por períodos longos de tempo: entre 1 a 2 anos (22.0%); entre 2 a 3 anos (16.5%); e superior a 3 anos (21.8%) (cf. Gráfico 26). De qualquer forma, a tendência é para uma efectivação dado que esta situação de precaridade assumia valores consideravelmente inferiores em 1996, isto é, um ano após os últimos inquiridos

terem obtido o seu diploma. Não obstante a tendência positiva, os valores continuam muito elevados.

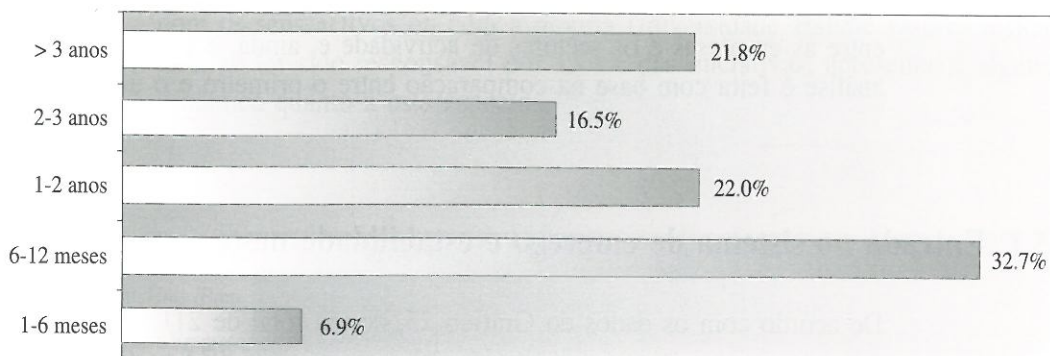


Gráfico 26. — Contrato a termo certo (N = 421)

Esta situação de precaridade tende a ser superior entre os diplomados com um Bacharelato e com uma Licenciatura em Engenharia e em Ciências, apresentando uma forma menos evidente nas Licenciaturas em Ensino (cf. Anexo 4.3). Relativamente ao ano de obtenção do diploma, os dados não mostram nenhuma tendência objectiva quanto ao volume e tempo de duração do regime precário de emprego (cf. Anexo 4.4).

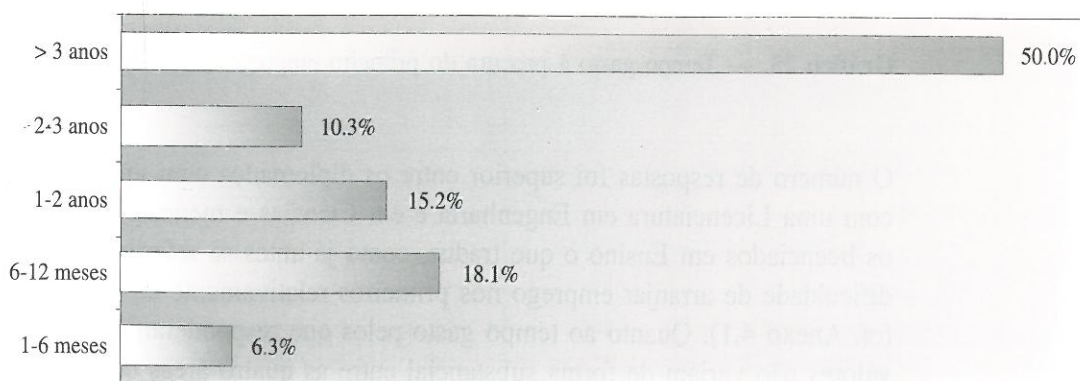


Gráfico 27. — Funcionário efectivo (N = 396)

Na situação inversa temos os valores de efectividade (48.0%) relativamente aos quais os licenciados em Ensino e os licenciados que obtiveram o diploma há mais tempo apresentam uma situação de estabilidade tendencialmente melhor (cf. Gráfico 27 e Anexos 4.5 e 4.6).

4.5.2. Mobilidade dos diplomados

A maioria (57.9%) dos diplomados empregados teve durante a sua vida profissional apenas um emprego. Dos restantes, 23.6% teve dois, 9.8% três e 5.4% teve quatro ou mais empregos (cf. Gráfico 28).

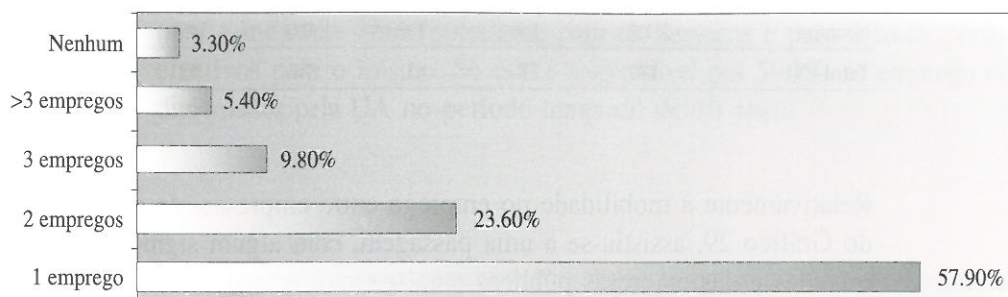


Gráfico 28. — Número de empregos (N = 574)

Estes valores apresentam alguma heterogeneidade segundo a área de obtenção do diploma, conforme se pode observar no Quadro 28:

- os licenciados na área das Engenharias e das Ciências são os que referiram ter possuído mais empregos, relativamente aos Bacharelatos e em especial aos licenciados em Ensino;
- os bacharelatos e os licenciados em ciências são os que mais referiram não ter tido nenhum emprego;
- os licenciados em Ensino tiveram em 86.2% dos casos apenas um emprego, o que atesta ser a área de maior estabilidade.

Como seria de esperar, o ano de obtenção do diploma influencia igualmente o número de empregos detidos verificando-se que o aumento destes últimos tem uma correlação positiva com a antiguidade (cf. Quadro 29).

Quadro 28. — Número de empregos segundo a área de formação (em %)

N.º empregos	Área				TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências	
1 emprego	56.5	86.2	45.7	47.8	57.9
2 empregos	22.5	7.2	30.8	30.1	23.6
3 empregos	4.8	3.9	13.8	11.5	9.8
>3 empregos	8.1	2.7	6.9	4.4	5.4
Nenhum	8.1	0.0	2.8	6.2	3.3
Total (N)	62	172	247	113	574

Quadro 29. — Número de empregos segundo o ano de obtenção do diploma (em %)

N.º empregos	Ano						TOTAL
	Antes 1990/91	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	
1 emprego	53.7	52.8	67.2	54.1	62.0	63.3	57.9
2 empregos	20.3	27.8	23.0	28.4	22.8	23.5	23.9
3 empregos	15.3	9.7	3.3	13.5	8.7	2.0	9.8
>3 empregos	9.0	8.3	4.9	4.1	2.2	1.0	5.4
Nenhum	1.7	1.4	1.6	0.0	4.4	10.2	3.3
Total (N)	177	72	61	74	92	34	574

Relativamente à mobilidade no emprego entre empresas, de acordo com os dados do Gráfico 29, assistiu-se a uma passagem, com algum significado, das empresas privadas e das empresas públicas para o sector estatal, isto é, para o Ministério da Educação e para a UA.

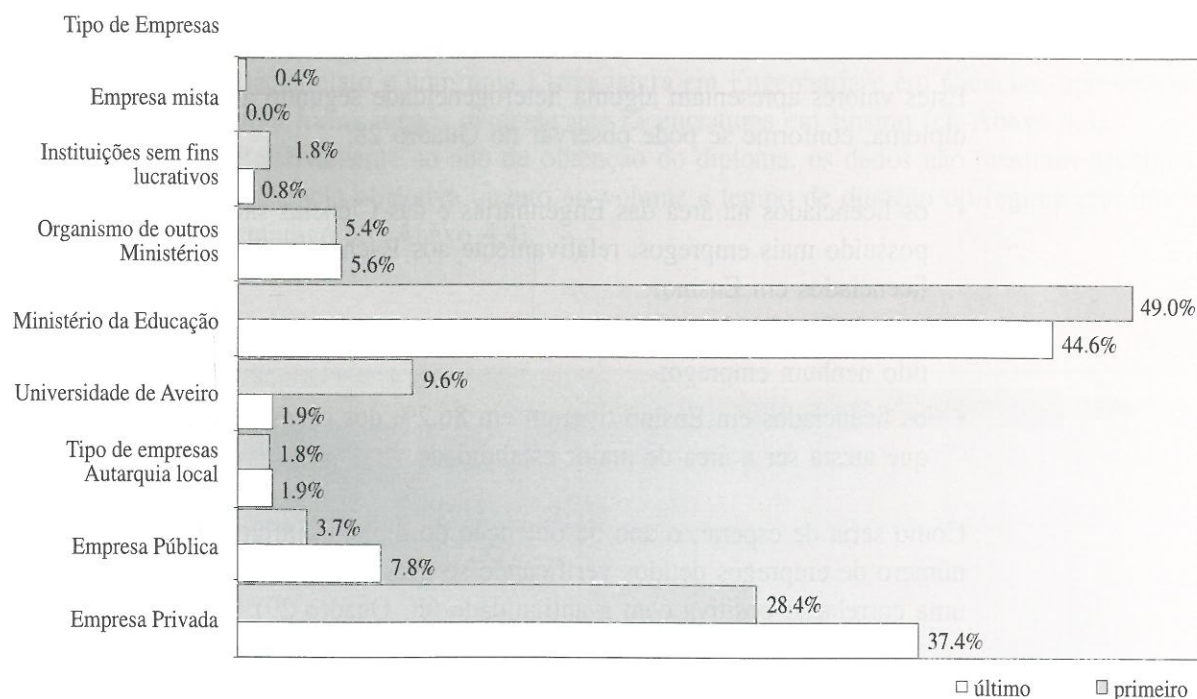


Gráfico 29. — Mobilidade no emprego entre empresas

As empresas privadas, que foram as responsáveis por 37.4% do primeiro emprego, viram essa representatividade baixar para 28.4%, o que representa uma perda de 9.0%. Esta tendência de baixa foi ainda mais acentuada nas empresas públicas uma vez que dos 7.8% de diplomados que nelas tiveram o primeiro emprego apenas 3.7% o mantiveram. Verificou-se entre estas uma perda relativa bastante superior à das empresas do sector privado que já foi considerável.

Quanto ao Ministério da Educação, que foi o maior responsável pela criação do primeiro emprego (44.6%), viu essa representatividade aumentar para 49.0% no último emprego. A UA foi a organização em que os ganhos foram superiores ao passar de 1.9% como responsável pelo primeiro emprego para 9.6% no último.

Decorrente do que antes referimos para a mobilidade entre empresas, verifica-se a mesma tendência quando a análise recai nos sectores de actividade. Conforme pode ver-se no Gráfico 30, quase todos os sectores produtivos, com destaque para a Indústria Transformadora, para os Serviços e para a I&D, perdem efectivos para o Ensino. Só este é responsável por 59.1% do emprego dos diplomados pela UA no período temporal de 10 anos.

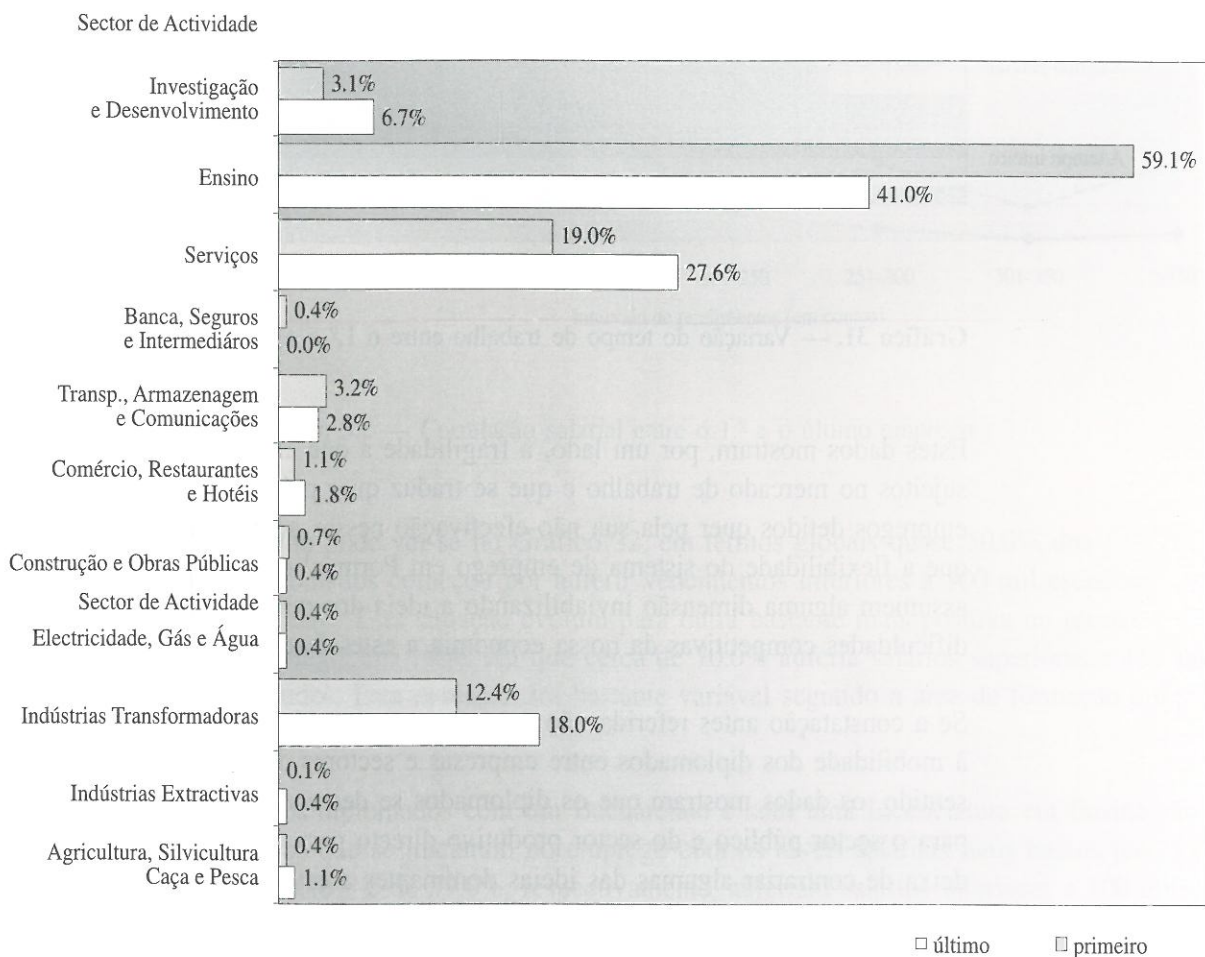


Gráfico 30. — Mobilidade no emprego entre sectores de actividade

Importa ter presente que a perda apontada ao sector da I&D pode não ser efectiva já que é de supor que esses investigadores tenham entrado no Ensino Superior Universitário continuando aí a fazer investigação de forma cumulativa. Relativamente aos sectores produtivos, é de referir o crescimento tímido no sector dos Transportes e das Comunicações, da Banca, dos Seguros

e da Construção e Obras Públicas. Apesar do crescimento, parece-nos que ele não acompanha a dinâmica que estes sectores aparentemente assumiram e estão a assumir.

O trabalho a tempo inteiro a que 82.0% dos diplomados estavam sujeitos no primeiro emprego passou para 97.8% no último, o que vem ao encontro de outros dados que dão conta de uma certa tendência para a normalização do sistema de emprego (cf. Gráfico 31).

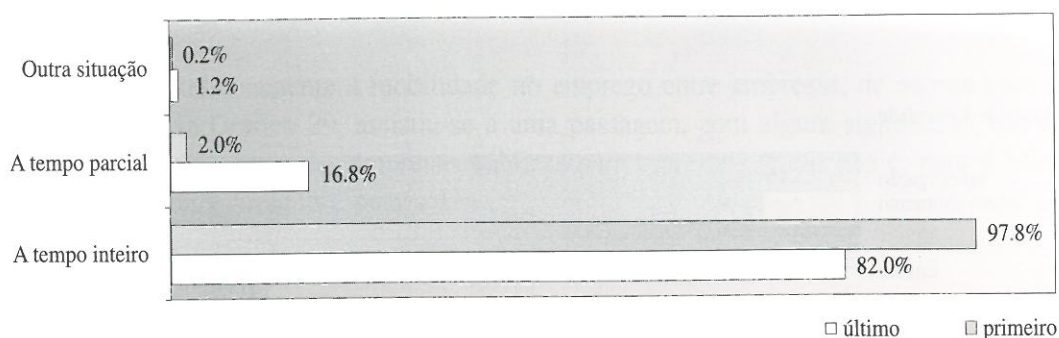


Gráfico 31. — Variação do tempo de trabalho entre o 1.º e o último emprego

Estes dados mostram, por um lado, a fragilidade a que alguns diplomados estão sujeitos no mercado de trabalho e que se traduz quer pelo elevado número de empregos detidos quer pela sua não-effectivação nessas actividades. Parece assim que a flexibilidade do sistema de emprego em Portugal e a não-rigidez normativa assumem alguma dimensão inviabilizando a ideia dos que atribuem as dificuldades competitivas da nossa economia a estes factores.

Se a constatação antes referida não é nova, o mesmo não acontece relativamente à mobilidade dos diplomados entre empresas e sectores de actividade. Neste sentido, os dados mostram que os diplomados se deslocam do sector privado para o sector público e do sector produtivo directo para o ensino, o que não deixa de contrariar algumas das ideias dominantes a este respeito.

Considerando que os proventos materiais do sector privado são mais elevados, e de certa forma este aspecto foi atrás demonstrado como verdadeiro, temos de admitir que aos salários mais elevados e à instabilidade do sector privado se opõe o sector público ligado ao ensino no qual os empregos, apesar de menos rendáveis, apresentam-se mais estáveis e por isso com capacidade de competir com o sector privado.

Se esta tese for confirmada por outros estudos podemos então estar em presença de um modelo de emprego em que a estabilidade laboral se torna o elemento mais relevante na procura e estabilização do emprego, relativamente a outros elementos como o nível salarial auferido.

4.5.3. Evolução e estrutura da rendibilidade

Já atrás se deu conta da grande heterogeneidade dos vencimentos dos diplomados de acordo com as áreas de formação, o ano de obtenção do diploma, o sexo, a profissão e o emprego no qual são desempenhadas as actividades profissionais. Aqui, procura-se ver como evoluíram os salários entre o primeiro e o último emprego segundo as áreas de formação e o sexo.

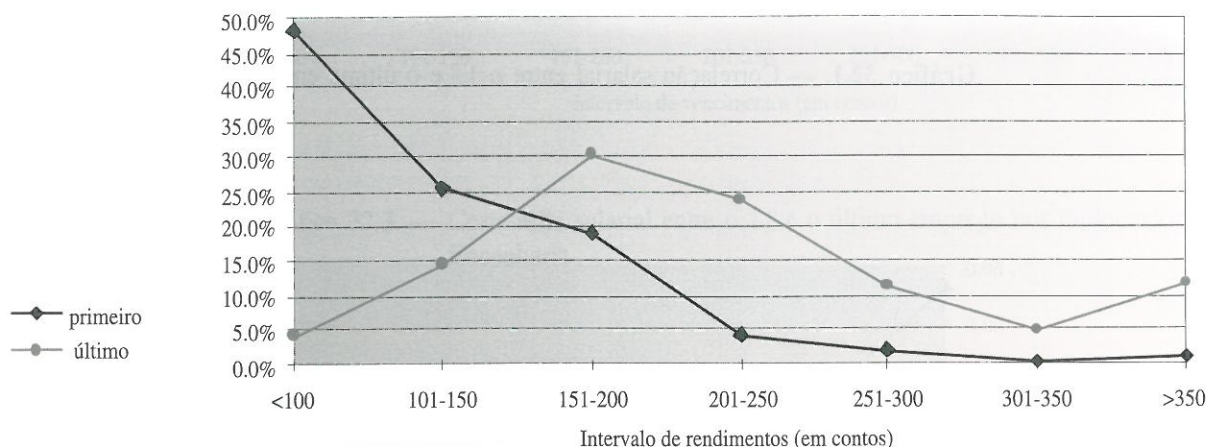


Gráfico 32. — Correlação salarial entre o 1.º e o último emprego

Como pode ver-se no Gráfico 32, em termos globais quase 50.0% dos diplomados começou por auferir vencimentos inferiores a 100 mil escudos mensais. Esta situação evoluiu para outra bastante mais positiva no último emprego, em 1996, em que cerca de 70.0% auferia salários superiores a 151 mil escudos. Esta evolução foi bastante variável segundo a área de formação e o sexo:

- os diplomados com um Bacharelato e com uma Licenciatura em Ensino são os que se iniciaram no emprego com os níveis salariais mais baixos (cerca de 70.0% e de 57.0%, respectivamente, auferiam salários inferiores a 100 mil escudos). Esta situação, que já era desfavorável aos diplomados com um Bacharelato acabou por se agravar no último emprego em que os vencimentos foram inferiores a 151 mil escudos, em cerca de 80.0% dos casos. Entre os diplomados em Ensino a evolução foi mais acentuada pois cerca de 90.0% obteve salários superiores a 151 mil escudos, com destaque para os intervalos 151 a 200 mil escudos e 201 a 250 mil escudos (cf. Gráficos 32.1 e 32.2);

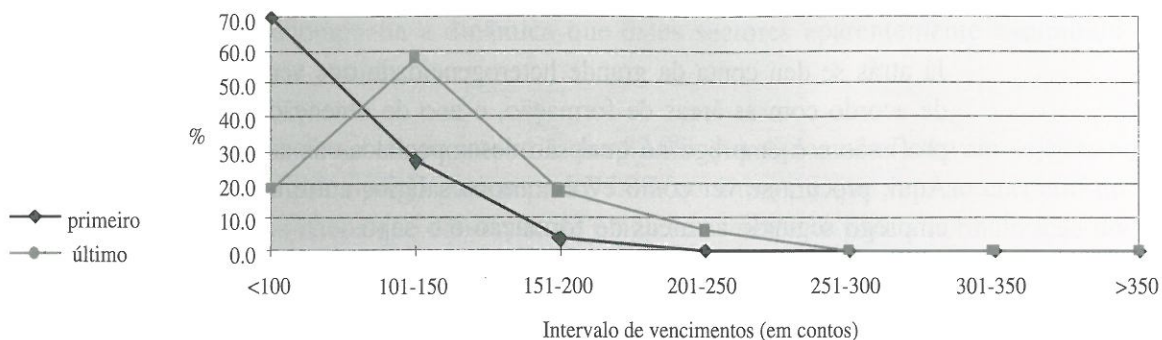


Gráfico 32.1. — Correlação salarial entre o 1.º e o último emprego nos bacharelatos

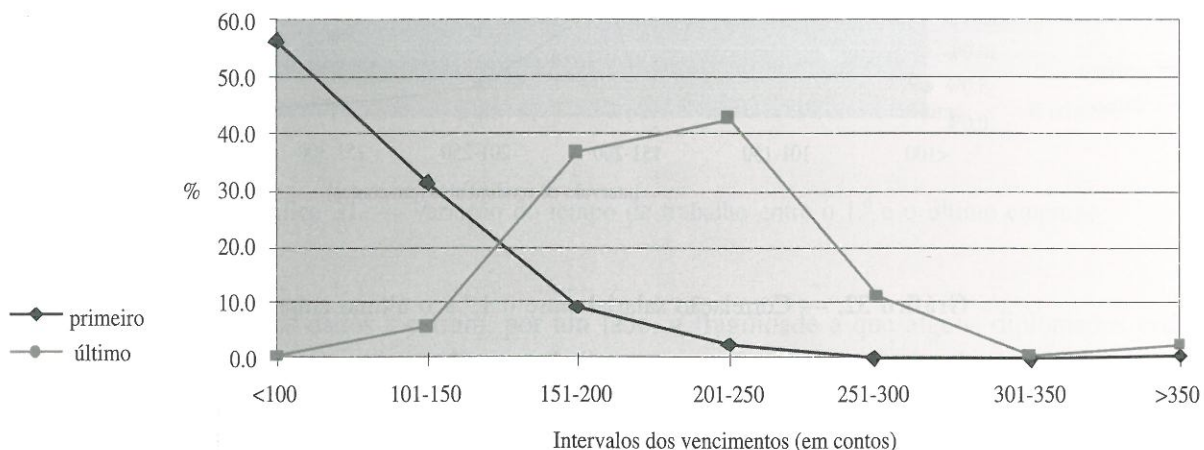


Gráfico 32.2. — Correlação salarial entre o 1.º e o último emprego nos diplomados em Ensino

- os diplomados em Engenharia e em Ciências tiveram um início muito semelhante já que em ambos os casos cerca de 35.0% iniciaram a sua actividade com vencimentos inferiores a 100 mil escudos. A evolução para o último emprego apresentou-se, contudo, bastante mais favorável aos primeiros já que os vencimentos destes foram superiores a 151 mil escudos em cerca de 85.0%, com a particularidade de serem mesmo os diplomados que auferem os vencimentos mais elevados, com cerca de 20.0% a indicar salários superiores a 350 mil escudos. Estes valores não se verificaram entre os licenciados em Ciências uma vez que os seus salários centram-se no intervalo de 151 a 200 mil escudos, sendo insignificante a percentagem dos que auferem vencimentos acima dos 300 mil escudos (cf. Gráficos 32.3 e 32.4);

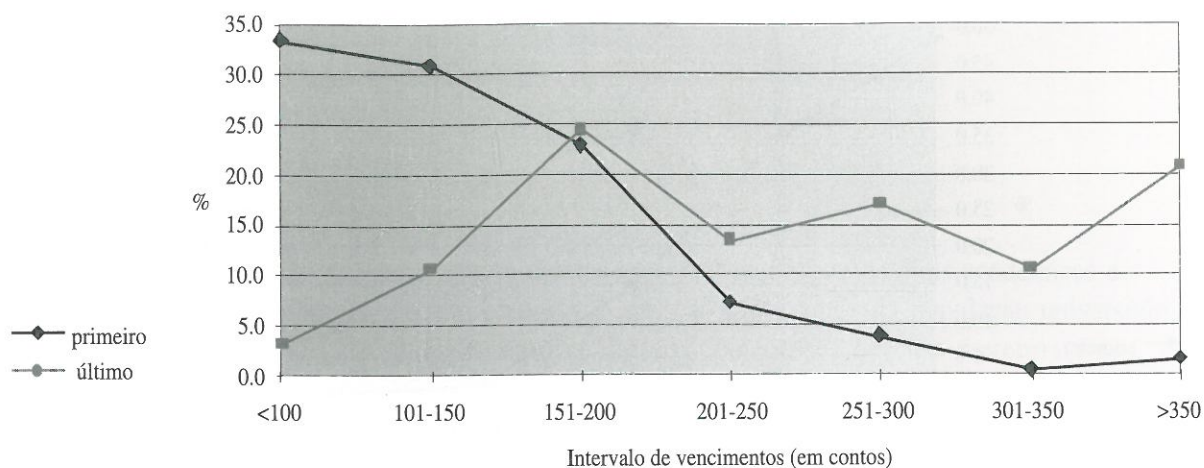


Gráfico 32.3. — Correlação salarial entre o 1.º e o último emprego nos diplomados em Engenharia

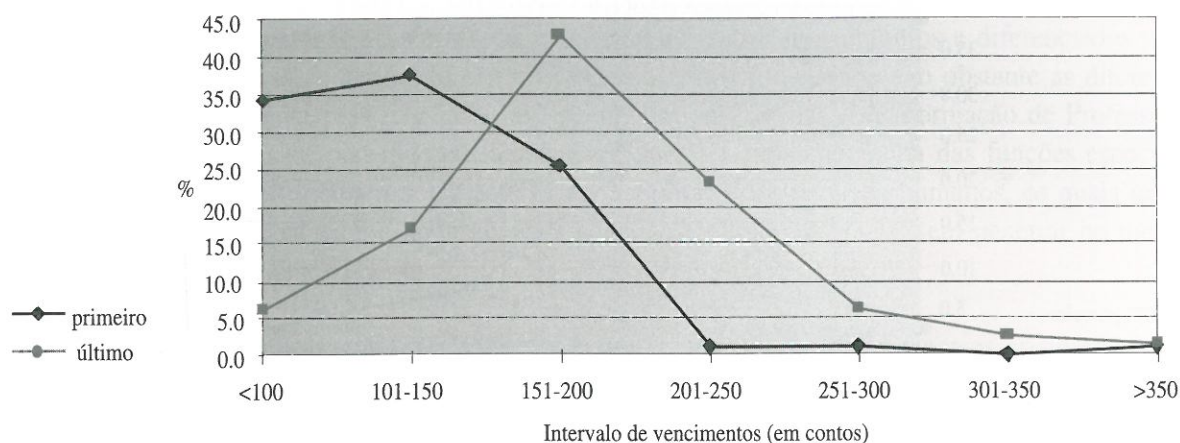


Gráfico 32.4. — Correlação salarial entre o 1.º e o último emprego nos diplomados em Ciências

- os diplomados do sexo masculino apresentam uma situação salarial melhor do que a dos diplomados do sexo feminino quer no primeiro emprego quer, e sobretudo, no segundo. Aliás, os primeiros apresentam uma curva próxima da dos diplomados na área das Engenharias, enquanto os segundos aproximam-se mais da curva dos diplomados em Ensino (cf. Gráficos 32.5 e 32.6).

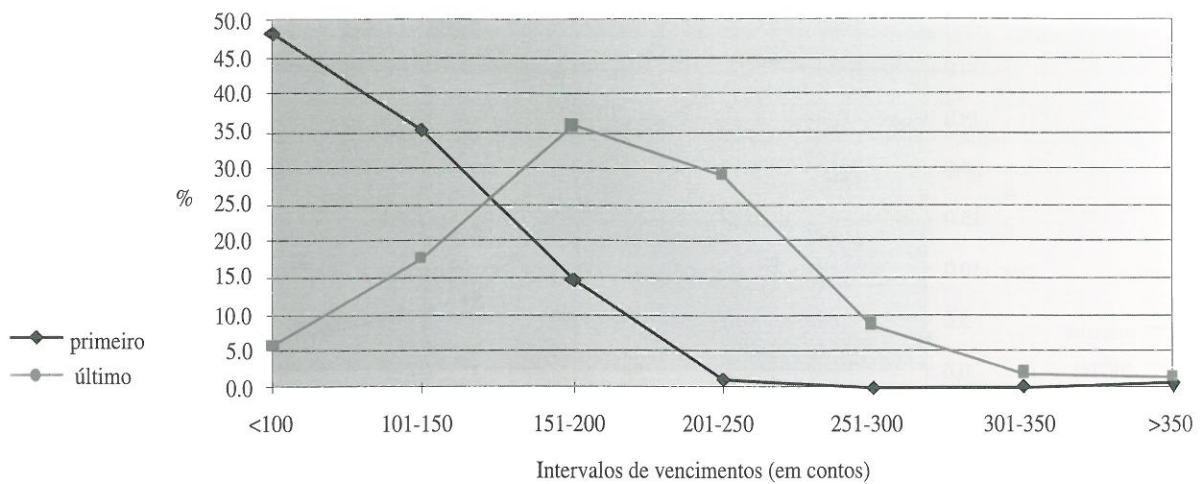


Gráfico 32.5. — Correlação salarial entre o 1.º e o último emprego entre os diplomados do sexo feminino

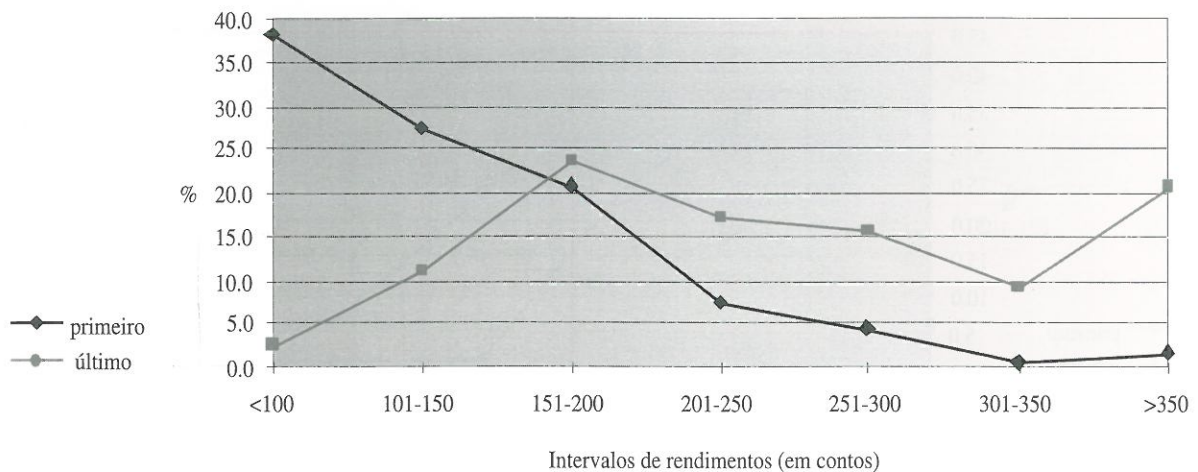


Gráfico 32.6. — Correlação salarial entre o 1.º e o último emprego entre os diplomados do sexo masculino

Da análise global dos dados, verifica-se que a evolução salarial apresentou-se mais positiva entre os licenciados em Engenharia e os licenciados em Ensino. Enquanto os primeiros obtêm salários mais elevados, os segundos apresentam um quadro bastante mais homogéneo. Entre os licenciados em Ciências, não só os vencimentos no global são inferiores, relativamente aos casos anteriores, como a dispersão é também superior, particularmente quando comparada com a verificada entre os diplomados em Ensino. Por último, a situação mais desfavorável é apresentada, a todos níveis, pelos diplomados com um Bacharelato.

5. Conclusão

No termo deste estudo destinado a conhecer as trajectórias académicas e profissionais e, em especial, a inserção profissional da população universitária diplomada pela UA, e para além dos comentários que nos mereceram os resultados obtidos, importará recordar alguns aspectos que embora já mencionados no texto anterior merecem, a concluir, algum destaque.

O conhecimento das condições de inserção profissional e das dificuldades sentidas pelos diplomados de Ensino Superior constitui-se como um importante instrumento de análise referente não só às condições de funcionamento desta instituição universitária, mas também um barómetro do estado da economia e da abertura do mercado de trabalho a uma mão-de-obra jovem e qualificada que aspira, através da titularidade de um diploma, à sua inserção no mundo laboral. Os resultados desta pesquisa mostram que no contexto temporal a que limitamos a nossa análise e em relação à população universitária oriunda da UA, essa integração se tem processado, embora com ritmos distintos e diferenciados por áreas de formação específicas, com relativa facilidade não obstante as diferenças encontradas nas áreas de Engenharia, de Ciências e de Formação de Professores. Assim, podemos afirmar que a UA está a prosseguir uma das funções específicas que orientam a sua actividade, a formação de recursos humanos, os quais na sua globalidade e após diversos percursos formativos conseguem penetrar no mercado de emprego.

Não obstante esta constatação genérica, importa aqui realçar os aspectos centrais deste trabalho.

Mobilidade: geográfica e social

Quanto ao primeiro tipo de mobilidade, a UA interferiu na deslocação de pessoas, num primeiro momento do interior (dos espaços rurais e das pequenas vilas) para o litoral, contribuindo assim para uma certa urbanização e litoralização da sociedade portuguesa. Num segundo momento, e após terminado o curso, assistiu-se a um certo retorno para o interior no desempenho da actividade profissional. Este movimento, a manter-se e a consolidar-se, conduziria a uma interiorização desta mão-de-obra altamente qualificada. Pensamos que se trata de um fenómeno conjuntural e que tal se fica a dever ao facto de só existirem vagas docentes no Sistema Educativo no interior para quem inicia as suas actividades profissionais.

No que respeita à mobilidade social e apenas com base na opinião dos diplomados não se verifica, em termos médios, uma ascensão muito significativa.

Moratória social: espaço de tempo que medeia o fim do curso e a obtenção de um emprego.

A moratória social dos diplomados inquiridos está a alargar-se e nesse espaço de tempo os sujeitos ou ficam inactivos, na condição de desempregados, ou continuam estudos académicos (pós-graduações, mestrados ou doutoramentos), ou ainda fazem estágios em regime não-contratual de emprego. No primeiro caso, o desemprego assume valores consideravelmente baixos, particularmente entre os licenciados em Ensino, e os tempos gastos à procura do primeiro emprego não se podem considerar elevados em relação ao que ocorre em outros países. Para esta situação, de não-desemprego acentuado, terão contribuído os estágios e a continuação de estudos académicos a que um número considerável de licenciados se dedicou. Os estágios apresentaram-se como uma boa forma de garantir o emprego. Já a continuação dos estudos académicos poderá estar apenas a adiar a sua entrada no mercado de trabalho.

Esta situação poderá ser explicada quer pela concorrência nacional (ou mesmo regional) propiciada pelo aumento da oferta deste tipo de mão-de-obra, quer pelas características do tecido produtivo que não consegue absorver todos os licenciados, nomeadamente os que detêm uma formação técnica e/ou tecnológica, em princípio indispensável ao processo de crescimento empresarial, de inovação e de desenvolvimento do território, quer ainda pelas características dos empregadores em Portugal pouco propensos a valorizar a formação (Martins, 1996: 366).

Este alargamento da moratória social, quando não inscrito no projecto de vida dos sujeitos e resultar antes dos constrangimentos sociais, poderá ter consequências negativas a vários níveis: limites na competitividade da economia portuguesa e conseqüente atraso no desenvolvimento; não realização das aspirações pelos sujeitos e conseqüente aumento das frustrações individuais e colectivas; a impossibilidade de assumir os papéis sociais e profissionais torna os indivíduos dependentes da família para manterem o seu nível de vida ou, quando esta não garantir certas condições materiais, poderá assistir-se a uma mobilidade social descendente.

Sistema de emprego: (ins/es)tabilidade e mobilidade entre empresas e sectores de actividade

Os níveis de empregabilidade, a estabilização no emprego, os vencimentos auferidos e a mobilidade no emprego e entre empresas e sectores de actividade varia bastante consoante a área de formação.

Os licenciados em Ensino são os diplomados que apresentam o quadro mais estável a todos os níveis: empregabilidade total, desempenho de actividades ligadas à docência na quase totalidade, estabilidade no emprego e vencimentos bastante homogéneos. Os licenciados em Engenharia apresentam uma situação intermédia quanto a estes indicadores sendo contudo os que auferem os vencimentos mais elevados e os que referem maiores índices de satisfação. Por

último, os licenciados em Ciências e os diplomados com um Bacharelato apresentam em termos gerais (embora por diferentes razões) a situação mais instável no emprego, sendo igualmente os mais insatisfeitos.

Nestas três áreas, particularmente entre os licenciados em Ciências, verificam-se níveis de instabilidade bastante acentuados e que se traduzem pelo elevado número de empregos detidos, pelo volume e duração dos contratos a termo certo, pela duração do trabalho a tempo parcial e pelo desempenho do trabalho na condição de independente.

O Sistema Educativo assume-se como o grande empregador dos diplomados pela UA, mesmo dos licenciados na área das Ciências e até da área das Engenharias. Aliás, é este sector que apresenta o quadro de emprego mais estável, embora não o melhor remunerado, e que se assume como o pólo de atracção dos diplomados no Sistema de Emprego verificando-se uma nítida passagem do sector privado e do sector produtivo directo para o sector público associado ao Ensino, isto é, um privilegiar da estabilidade em desfavor de áreas instáveis não obstante nelas se verificarem os salários mais elevados.

Numa fase em que se defende a relação objectiva entre a Universidade e a Sociedade, isto é, a articulação entre a oferta e a procura, vemos valorizada, quase em exclusivo, pela Universidade, a componente minoritária em desfavor do Ensino para o qual se deslocam cerca de 60.0% de todos os efectivos que obtiveram o seu diploma nesta Universidade. Pensamos que esta dessincronia entre a realidade e aquilo que legitimamente defendemos e para o qual temos trabalhado não pode levar a Universidade e os seus agentes a equacionar estratégias com base em (pré)conceitos ou na defesa de interesses particulares ignorando a realidade objectiva.

Os diplomados e a Universidade de Aveiro

A apreciação global que os diplomados fazem da UA, sem ser negativa, não pode deixar esta e os seus agentes tranquilos. Esta apreciação varia consoante os indicadores avaliados e segundo a área de formação dos diplomados.

As posições mais críticas são referidas pelos diplomados com um Bacharelato e o indicador *intervenção da Universidade na obtenção de emprego* é o único ao qual foi atribuído, por todos, uma pontuação negativa, o que atesta não ser uma área prioritária nesta Universidade.

Importa referir que os diplomados continuam ligados à UA, em números consideráveis, após a obtenção do diploma quer na continuação de estudos académicos, quer ligados à investigação ou ainda na obtenção de recursos bibliográficos, materiais ou de consultoria. Este processo maioritariamente desencadeado pelos sujeitos e não pelas organizações, especialmente as de iniciativa privada, pode ter resultado ou dos constrangimentos sociais que conduziram ao alargamento da moratória social, ou do seu projecto de vida ou, ainda, da necessidade de *re-socialização* em novas aprendizagens.

Este último aspecto, a ser significativo (o que os dados não nos permitem afirmar), poderia ser o resultado quer das solicitações do Sistema Produtivo e de quadros legais associados à consolidação da carreira profissional ligada ao Ensino quer das lacunas na formação de base ao nível das componentes teórica e prática e, em especial, da articulação entre estas duas componentes. A estrutura dos saberes científicos, técnicos e práticos e a articulação entre si e com as necessidades do Sistema de Emprego (visto numa dimensão dinâmica e contingencial) deve ser, a par da *investigação pura* sem a qual uma Universidade dificilmente se tornará um centro de excelência, a grande preocupação da UA. A definição dos saberes que conduza ao estabelecimento de perfis profissionais não se mostra uma tarefa fácil na sociedade actual condicionada pelas mudanças/mutações dos Sistemas Económico, Social, Cultural, Tecnológico e de Emprego. Estas dificuldades ao nível da concretização dos perfis profissionais não podem servir de elemento justificativo à sua não-discussão pela UA.

A apreciação destes resultados leva-nos a considerar como válidos os pressupostos teóricos em que assenta o nosso estudo, sugerindo não só o eventual aprofundamento de algumas questões tratadas mas ainda outro tipo de análise que, considerando a opinião dos empregadores, entre outras, possa evidenciar as preferências pelo recrutamento destes diplomados e também a natureza do seu desempenho. Por outro lado, e fazendo fé nos resultados alcançados, parece-nos importante que estes possam vir a ser actualizados periodicamente e eventualmente confrontados com os resultados de outros estudos levados a cabo em instituições congéneres.

Bibliografia

- AMARAL, Alberto (1996) — A Universidade e a regionalização. In: *Actas das III Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia*. Porto: Universidade do Porto, pp. 11-23.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1989) — *Desequilíbrios demográficos do sistema educativo português*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação, nº 5).
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1991) — *Análise social da educação: indicadores e conceitos*. Leiria: Roble Edições.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1996) — *O ensino superior em Portugal*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- BATISTA, Maria de Lurdes (1996) — *Os diplomados do ensino superior e o emprego – a problemática da inserção na vida activa*. Lisboa: Departamento de Programação e Gestão Financeira – Ministério da Educação.
- BOUDON, R.; BOURICAUD, F. (1986) — *Dictionnaire critique de Sociologie*. Paris: Éditions Minuit.
- BOURDON, Jean (1995) — *Mobilité régionale du capital humain dans le cas français* (Comunicação apresentada no: 19.º Colóquio Anual da Association Canadienne des Sciences Régionales. Montréal: Université de Québec à Montréal.
- BOURDON, F.; BOURDON, J. (1995) — *Une lecture de la dynamique industrielle, de l'espace français, à travers la localisation des ingénieurs de R et D (période 1969-1993)*. Comunicação apresentada no Colóquio: Dynamiques industrielles. Toulouse: ASDRLF.
- CARNEIRO, Roberto (1988) — *Educação e emprego em Portugal: uma leitura de modernização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Vol V de: *Portugal: os próximos 20 anos*).
- CCE (1993) — *L'Emploi en Europe*. Luxemburgo. CCE.
- CHUARD, D. (1995) — *Le devenir des étudiants de l'Université de Bourgogne*. Dijon: Université de Bourgogne.
- COLEMAN, James S.; HUSÉN, Torstén (1990) — *Tornar-se adulto numa sociedade em mutação*. Porto: Afrontamento.

COOMBS, Philip, H. (1970) — *Qu'est-ce que la planification de l'éducation*. Paris: Institut International de Planification de l'Éducation-Unesco (Principes de la planification de l'éducation, n.º 1).

DURKHEIM, Emile (1980) — *Éducation et sociologie*. Paris: Presses Universitaires de France.

FERNANDES, Eduardo de Oliveira (1985) — *A Universidade pólo de excelência para o desenvolvimento*. In: Pinto, 1985, 25-38.

GEP (1987) — *Desenvolvimento dos recursos humanos em Portugal: cenários até 2005*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento — Ministério da Educação e Cultura.

HAAG, Daniel (1981) — *Pour le droit à l'éducation: quelle gestion*. Paris: Unesco.

HANDY, Charles (1994) — *Deuses da gestão*. Lisboa: Ed. CETOP

LOUREIRO, João Evangelista (coord.) (1985) — *O futuro da educação nas novas condições sociais, económicas e tecnológicas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

MARTINS, António Maria (1996) — *Escola e mercado de trabalho*. Aveiro: Universidade de Aveiro (Dissertação de Doutoramento) — Policopiada.

MARTINS, António Maria (1997) — *Sistema de emprego e novos perfis profissionais*. In: *Sociologia — Problemas e Práticas*, 24, pp. 115-139.

MASJUAN, Josep M.; et al. (1996) *La inserció professional dels nous titulats universitaris*. Barcelona: Universidade Autónoma de Barcelona.

NAISBITT, John (1988) — *Macrotendências*. Lisboa: Presença

OCDE (1996) — *Education at a glance — OECD indicators*. Paris: OCDE.

PERROUX, François (1981) — *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PORTER, ME (1990) — *A vantagem competitiva das nações*. São Paulo; Editora Campus.

PINTO, Alexandre de Sousa (1988) — *Ensino superior e desenvolvimento económico e social*. Porto: Comissão Nacional da Unesco/CCRN.

RASSEKH, S.; VAIDEANU, G. (1987) — *Les contenus de l'éducation*. Paris: Unesco

RIBEIRO, Darcy (1978) — *O processo civilizatório*. Petrópolis: Ed. Vozes.

SEARL (1980) — *Livro branco sobre a regionalização*. Lisboa: SEARL/MAI.

SANYAL, B. (1988) — Le développement technologique et ses conséquences sur l'enseignement supérieur. *In: Nouvelles tendances dans l'enseignement supérieur*. Paris: IIPÉ/Unesco.

Anexos

Anexo 1. — Caracterização dos inquiridos

1.1. Área e curso frequentados

<i>ÁREA (1)</i>	<i>N (2)</i>	<i>% (3)</i>	<i>CURSO (4)</i>	<i>N (5)</i>	<i>% (6)</i>
			Cerâmica e Vidro	37	4.4
			Ambiente	45	5.4
			Gestão Industrial	43	5.1
			Electrónica	161	19.3
			Física	1	0.1
Engenharia	315	37.7	Geológica	28	3.4
			Biologia	34	4.1
			Física da Atmosfera	4	0.5
			Física dos Materiais	3	0.4
			Planeamento e Turismo	25	3.0
			Matemática	21	2.5
			Planeamento Reg. e Urbano	35	4.2
			Química Alimentar	10	1.2
Ciências	154	18.4	Química Analítica	22	2.6
			Música	2	0.2
			Biologia e Geologia	38	4.6
			Electrónica	2	0.2
			Física e Química	23	2.8
			Português/Francês	86	10.3
			Inglês/Alemão	31	3.7
			Português/Inglês	60	7.2
			P/L/G	16	1.9
Ensino	269	32.2	Matemática	11	1.3
			Ed. de Infância	38	4.6
Bacharelatos	74	8.9	Prof. 1.º Ciclo Ens. Básico	36	4.3
S/R	23	2.8	S/R	23	2.8
Total	835	100	Total	835	100

Anexo 2. — Situação dos diplomados face ao emprego

Anexo 2.1. Caracterização da procura de emprego por área (em %)

<i>Procura</i>	<i>Área</i>					<i>TOTAL</i>
	<i>Bacharelato</i>	<i>Lic. Ensino</i>	<i>Lic. Engenharia</i>	<i>Lic. Ciências</i>	<i>S/R</i>	
1.º Emprego	60.0	0.0	57.1	60.0	100.0	63.2%
Novo emprego	40.0	0.0	42.9	40.0	0.0	36.8%
Total (N)	5	0	7	5	2	19

Anexo 2.2. Caracterização da procura de emprego segundo o ano de obtenção do diploma (em %)

<i>Procura de trabalho</i>	<i>Ano</i>						<i>TOTAL</i>
	<i>Antes 1990/91</i>	<i>1990/91</i>	<i>1991/92</i>	<i>1992/93</i>	<i>1993/94</i>	<i>1994/95</i>	
1.º Emprego	33.3	0.0	100.0	0.0	75.0	70.0	63.2
Novo emprego	66.7	100.0	0.0	0.0	25.0	30.0	36.6
Total (N)	3	1	1	0	4	11	19

Anexo 2.3. Meios utilizados na procura de emprego (1.ª opção, em %)

<i>Meios utilizados</i>	<i>Área</i>					<i>TOTAL</i>
	<i>Bacharelato</i>	<i>Lic. Ensino</i>	<i>Lic. Engenharia</i>	<i>Lic. Ciências</i>	<i>S/R</i>	
Centro de emprego	2.9	0.0	2.7	5.6	16.7	2.6
Procura junto a empresários	4.4	0.5	9.4	6.7	0.0	5.3
Conhecimentos pessoais	20.6	3.2	17.0	21.3	8.3	13.4
Interferência da família	0.0	0.0	1.8	0.0	8.3	0.9
Resposta a anúncios	1.5	0.0	42.2	15.7	25.0	19.3
Colocação de anúncios	0.0	0.0	0.4	1.1	0.0	0.3
Concurso oficial	61.8	95.2	17.9	41.6	25.0	52.0
Oferta	5.9	0.5	4.0	3.4	0.0	2.9
Estágio	0.0	0.5	4.0	3.4	16.7	2.6
Outra situação	2.9	0.0	0.4	1.1	0.0	0.7
Total (N)	68	189	223	89	12	581

Anexo 2.4. Meios utilizados na procura de emprego (2.^a opção, em %)

<i>Meios utilizados</i>	<i>Área</i>				<i>S/R</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Bacharelato</i>	<i>Lic. Ensino</i>	<i>Lic. Engenharia</i>	<i>Lic. Ciências</i>		
Centro de emprego	12.5	12.5	8.0	6.9	0.0	8.5
Procura junto a empresários	4.2	0.0	16.1	17.2	80.0	15.7
Conhecimentos pessoais	20.8	12.5	19.5	10.3	0.0	17.0
Interferência da família	12.5	0.0	4.6	3.4	0.0	5.2
Resposta a anúncios	33.3	25.0	29.9	34.5	20.0	30.7
Colocação de anúncios	4.2	25.0	1.1	3.4	0.0	3.3
Concurso oficial	12.5	25.0	16.1	13.8	0.0	15.0
Oferta	0.0	0.0	1.1	3.4	0.0	1.3
Estágio	0.0	0.0	2.3	6.9	0.0	2.6
Outra situação	0.0	0.0	1.1	0.0	0.0	0.7
Total (N)	24	8	87	29	5	153

Anexo 2.5. Meios utilizados na procura de emprego (3.^a opção, em %)

<i>Meios utilizados</i>	<i>Área</i>				<i>S/R</i>	<i>TOTAL</i>
	<i>Bacharelato</i>	<i>Lic. Ensino</i>	<i>Lic. Engenharia</i>	<i>Lic. Ciências</i>		
Centro de emprego	14.3	0.0	20.3	22.2	50.0	20.4
Procura junto a empresários	14.3	33.3	17.2	22.2	0.0	17.5
Conhecimentos pessoais	21.4	33.3	31.3	16.7	25.0	27.2
Interferência da família	21.4	0.0	3.1	0.0	0.0	4.9
Resposta a anúncios	14.3	33.3	14.1	22.2	0.0	15.5
Colocação de anúncios	0.0	0.0	0.0	5.6	0.0	1.0
Concurso oficial	7.1	0.0	10.9	11.1	0.0	9.7
Oferta	7.1	0.0	1.6	0.0	25.0	2.9
Estágio	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outra situação	0.0	0.0	1.6	0.0	0.0	1.0
Total (N)	14	3	64	18	4	103

Anexo 2.6. Indústria transformadora a que estão ligados os diplomados (em %)

<i>Ramo de actividade</i>	<i>Amostra</i>	
	<i>N</i>	<i>%</i>
Alimentação, bebidas e tabaco	5	5.7
Têxteis, vestuário e couro	3	3.4
Madeira e cortiça	3	3.4
Papel, artes gráficas e publicações	2	2.3
Químicas, carvão e produtos de borracha e plástico	6	6.8
Produtos minerais não metálicos	28	31.8
Metalurgia de base	7	8.0
Produtos metálicos, equipamentos e material de transporte	8	9.1
Outras indústrias transformadoras	21	23.9
S/R	5	5.7
Total	88	100

Anexo 2.7. Nível de satisfação no emprego e perspectivas (N=653)

<i>Indicadores</i>	<i>Bacharelatos</i>	<i>Lic. Ensino</i>	<i>Lic. Eng.</i>	<i>Lic. Ciências</i>	<i>Xg por indicador</i>	<i>Sd por indicador</i>
1	2.9	3.7	3.6	3.3	3.4	0.36
2	2.5	3.1	3.1	2.8	2.9	0.29
3	2.3	3.0	3.3	3.0	2.9	0.42
4	2.5	2.6	2.7	2.2	2.5	0.22
5	3.1	3.6	3.3	3.2	3.3	0.22
6	2.7	2.9	3.3	2.9	3.0	0.25
7	2.6	2.2	3.0	2.7	2.6	0.33
8	2.4	2.6	3.1	2.8	2.7	0.30
Xg por área	2.6	3.0	3.2	2.9	2.9	0.3
Sd por área	0.27	0.51	0.27	0.34	0.31	0.07

X = média ponderada numa escala de 1 a 5, em que 1 significa o mínimo e 5 o máximo

Anexo 3. — Posição dos diplomados face à Univerisdade de Aveiro

Anexo 3.1. Apreciação da Universidade de Aveiro por área de formação

Indicadores	Bacharelatos	Lic. Ensino	Lic. Eng.	Lic. Ciências	Xg por indicador	Sd por indicador
	X	X	X	X	X	
1	2.8	4.5	3.8	2.7	3.5	0.86
2	2.7	3.9	3.4	2.8	3.2	0.56
3	3.4	3.8	3.4	3.0	3.4	0.33
4	2.3	3.4	2.6	2.3	2.7	0.52
5	2.5	3.5	3.1	2.4	2.9	0.52
6	2.9	3.3	2.8	2.5	2.9	0.33
7	3.5	3.4	3.4	3.4	3.4	0.05
8	2.4	2.8	2.8	2.8	2.7	0.20
9	2.6	2.6	2.8	2.6	2.7	0.10
10	1.3	1.8	1.7	1.6	1.6	0.22
11	3.6	3.7	3.4	3.5	3.6	0.13
12	3.4	3.2	3.0	2.9	3.1	0.22
Xg por área	2.8	3.3	3.0	2.7	3.0	0.3
Sd por área	0.65	0.69	0.54	0.50	0.54	0.24

X = média ponderada numa escala de 1 a 5, em que 1 significa o mínimo e 5 o máximo

Anexo 3.2. Relações com a UA no âmbito das actividades profissionais e por área de formação (em %)

Relações	Área				S/R	TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências		
Sim	21.7	27.9	39.6	32.2	28.6	32.6
Não	78.3	72.1	58.8	55.7	33.3	63.6
S/R	0.0	0.0	1.6	12.1	38.1	3.8
Total (N)	69	269	308	149	21	816

Anexo 3.3. Relações com a UA no âmbito das actividades profissionais e segundo o tipo de empresa a que estão ligados (em %)

Relações	Empresa									
	Privada	Pública	A. Local	UA	ME	Estado	S/lucro	E. Mista	S/R	TOTAL
Sim	25.2	29.6	30.8	97.2	22.4	32.5	46.2	33.3	40.3	32.6
Não	74.8	66.7	69.2	0.0	77.6	65.0	53.8	66.7	24.7	63.6
S/R	0.0	3.7	0.0	2.8	0.0	2.5	0.0	0.0	35.1	3.8
Total (N)	210	27	13	71	362	40	13	3	77	816

Anexo 3.4. Relações com a UA no âmbito das actividades profissionais e segundo o ano de obtenção do diploma (em %)

Relações	Ano lectivo						S/r	TOTAL
	Antes 1990/91	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95		
Sim	36.5	31.5	39.1	22.6	33.1	30.8	23.5	32.6
Não	61.4	68.5	60.9	76.4	58.9	67.7	0.0	63.6
S/R	2.1	0.0	0.0	0.9	8.1	1.5	76.5	3.8
Total (N)	233	111	92	106	124	133	17	816

Anexo 3.5. Natureza da relação com a Universidade segundo a profissão (em %)

Natureza da relação	Tipo de empresa										TOTAL (N)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Pós-Graduação	2.7	11.0	23.3	2.7	16.4	0.0	0.0	0.0	5.5	38.4	73.0
Consultoria Técnica	4.8	19.0	0.0	0.0	28.6	9.5	9.5	0.0	0.0	28.6	21.0
Projectos de investigação	10.5	26.3	2.6	5.3	13.2	0.0	5.3	0.0	5.3	31.5	38.0
For. de serv. ou documentos	13.2	11.8	3.9	1.3	39.5	5.3	3.9	0.0	0.0	21.1	76.0
Acções de Formação	13.0	8.7	0.0	0.0	47.8	4.3	13.0	0.0	0.0	13.0	23.0
Docente/Funcionário	0.0	8.3	62.5	0.0	8.3	0.0	4.2	0.0	0.0	16.7	24.0
S/R	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	36.4	63.6	0.0	11.0
Total	7.0	13.0	13.5	1.9	24.8	2.6	4.1	1.5	4.9	25.9	266.0

Tipo de profissões

1. Membro de corpos legislativos, quadros dirigentes da Função Pública, directores e quadros dirigentes de Empresas
2. Profissões intelectuais e científicas
3. Professor do Ensino Superior Universitário
4. Professor do Ensino Superior Politécnico
5. Professor do 2.º e 3.º Ciclo do EB e do Ensino Secundário
6. Professores do 1.º Ciclo do EB e Educadoras de Infância
7. Profissões técnicas intermédias
8. Empregados administrativos
9. Outras
10. Sem resposta

Anexo 3.6. Natureza da relação com a Universidade segundo a empresa em que desempenham funções (em %)

<i>Natureza da relação</i>	<i>Empresa</i>									<i>TOTAL (N)</i>
	<i>Privada</i>	<i>Pública</i>	<i>A. Local</i>	<i>UA</i>	<i>ME</i>	<i>Estado</i>	<i>S/lucro</i>	<i>E. Mista</i>	<i>S/R</i>	
Pós-Graduação	8.2	2.7	0.0	46.6	20.5	1.4	0.0	0.0	20.5	73.0
Consultoria Técnica	52.3	0.0	4.8	4.8	28.5	4.8	0.0	0.0	4.8	21.0
Projectos de investigação	28.9	7.9	0.0	15.8	18.4	7.9	7.9	2.6	10.5	38.0
For. de serv. ou documentos	26.3	2.6	3.9	5.3	43.4	6.6	1.3	0.0	10.5	76.0
Ações de Formação	13.0	4.3	0.0	0.0	56.5	17.4	4.3	0.0	4.3	23.0
Docente/Funcionário	0.0	0.0	0.0	83.3	12.5	0.0	0.0	0.0	4.2	24.0
S/R	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	72.7	18.2	9.1	11.0
Total	19.2	3.0	1.5	24.4	28.9	5.3	4.9	1.1	11.7	266.0

Anexo 4. — Trajectórias e inserção no mercado de trabalho

Anexo 4.1. Tempo gasto à procura do primeiro emprego segundo a área de formação (em %)

Intervalo	Área				TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências	
1-6 meses	13.2	4.2	42.9	9.8	24.9
6-12 meses	44.7	75.0	42.9	58.8	50.7
1-2 anos	26.3	8.3	10.2	23.5	16.2
2-3 anos	7.9	4.2	1.0	5.9	4.0
> 3 anos	7.9	8.3	3.1	2.0	4.4
Total (N)	38	24	98	51	211

Anexo 4.2. Tempo gasto à procura do primeiro emprego segundo o ano de obtenção do diploma (em %)

Intervalo	Ano						TOTAL
	Antes 1990/91	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	
1-6 meses	35.7	21.2	0.0	26.8	20.0	32.7	25.1
6-12 meses	46.4	54.5	70.6	41.5	55.0	48.1	50.7
1-2 anos	7.1	15.2	17.6	17.1	20.0	17.3	16.1
2-3 anos	0.0	9.1	0.0	4.9	5.0	1.9	3.8
> 3 anos	10.7	0.0	11.8	9.8	0.0	0.0	4.3
Total (N)	28	33	17	41	40	52	211

Anexo 4.3. Contrato a termo certo segundo a área de formação (em %)

Intervalo	Área				TOTAL
	Bacharelato	Lic. Ensino	Lic. Engenharia	Lic. Ciências	
1-6 meses	0.0	3.5	12.7	6.8	6.9
6-12 meses	29.1	45.1	26.7	21.6	32.3
1-2 anos	20.0	19.0	24.0	27.0	22.3
2-3 anos	20.0	17.6	13.3	18.9	16.6
> 3 anos	30.9	14.8	23.3	25.7	21.9
Total (N)	55	142	150	74	421

Anexo 4.4. Contrato a termo certo segundo o ano de obtenção do diploma (em %)

<i>Intervalo</i>	<i>Ano</i>						<i>TOTAL</i>
	<i>Antes 1990/91</i>	<i>1990/91</i>	<i>1991/92</i>	<i>1992/93</i>	<i>1993/94</i>	<i>1994/95</i>	
1-6 meses	10.6	3.0	1.9	4.2	5.2	14.5	6.9
6-12 meses	30.6	34.3	25.0	25.4	35.1	44.9	32.8
1-2 anos	11.8	11.9	26.9	26.8	28.6	29.0	22.1
2-3 anos	9.4	14.9	19.2	19.7	28.6	7.2	16.4
> 3 anos	37.6	35.8	26.9	23.9	2.6	4.3	21.9
Total (N)	85	67	52	71	77	69	421

Anexo 4.5. Funcionário efectivo segundo a área de formação (em %)

<i>Intervalo</i>	<i>Área</i>				<i>TOTAL</i>
	<i>Bacharelato</i>	<i>Lic. Ensino</i>	<i>Lic. Engenharia</i>	<i>Lic. Ciências</i>	
1-6 meses	11.4	3.4	9.2	3.0	6.3
6-12 meses	20.0	19.9	13.8	27.3	18.2
1-2 anos	20.0	13.6	17.8	6.1	15.2
2-3 anos	14.3	8.5	10.5	15.2	10.4
> 3 anos	34.3	54.5	48.7	48.5	50.0
TOTAL (N)	35	176	152	33	396

Anexo 4.6. Funcionário efectivo segundo o ano de obtenção do diploma (em %)

<i>Intervalo</i>	<i>Ano</i>						<i>TOTAL</i>
	<i>Antes 1990/91</i>	<i>1990/91</i>	<i>1991/92</i>	<i>1992/93</i>	<i>1993/94</i>	<i>1994/95</i>	
1-6 meses	1.8	3.0	5.7	4.8	12.8	31.3	6.3
6-12 meses	6.7	22.4	20.8	19.0	41.0	34.4	18.2
1-2 anos	4.9	13.4	13.2	33.3	35.9	25.0	15.2
2-3 anos	4.3	13.4	18.9	26.2	7.7	3.1	10.4
> 3 anos	82.2	47.8	41.5	16.7	2.6	6.3	50.0
Total (N)	163	67	53	42	39	32	396

Colecção
UNIVERSIDADE HOJE

Série
CONTRIBUTOS

ISBN 972-8021-56-9



9 789728 021566